



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Ana Paula da Silva

**"A lição da mocidade reta": um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas
para crianças e jovens (1937-1945)**

Rio de Janeiro

2011

Ana Paula da Silva

"A lição da mocidade reta": um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945)

- Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Ana Paula da.
“A lição da mocidade reta” : um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945) / Ana Paula da Silva. – 2011.
109f.

Orientadora: Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação e Estado – Brasil – Teses. 2. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945 – Teses. 3. Vargas, Getúlio, 1882-1954 – Biografias – Teses.
I. Magaldi, Ana Maria Bandeira de Mello. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

nt

CDU 37.014(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Ana Paula da Silva

"A lição da mocidade reta": um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de agosto de 2011.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi
Faculdade de Educação - UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Libania Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luiz Reznik
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

À minha família, por ter tornado possível o caminho até aqui. Em especial, à minha mãe, minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Feliz aquele que tem a oportunidade de agradecer por suas conquistas, pois não há quem vença sozinho. Por esta conquista, agradeço, primeiramente, a Deus, pela dádiva da vida e pela força para enfrentar os percalços do caminho.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Professora Ana Magaldi, pela paciência diante de minhas inúmeras dúvidas, pelas intervenções sempre providenciais, pelo cuidado e atenção dispensados a mim durante todo o processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Este período foi, para mim, de muito aprendizado.

Às colegas do grupo de pesquisa, pelas discussões tão enriquecedoras, pelo companheirismo e pelas sugestões tão pertinentes. Todos os momentos contribuíram, de alguma forma, para a organização deste trabalho.

Ao Professor Luís Reznik, pela leitura atenciosa de meu texto, quando era, ainda, um projeto de pesquisa. Suas observações foram fundamentais para a definição dos rumos da investigação e da escrita.

Ao Professor Orlando de Barros, pelas aulas tão especiais, nas quais se podia fechar os olhos e sentir-se, por alguns instantes, vivendo aqueles tempos de Vargas. Agradeço, também, pela atenção com meu trabalho, pelas contribuições que viabilizaram a escrita do mesmo e pelas indicações bibliográficas.

Aos organizadores dos acervos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas; da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, pelo cuidado na preservação e conservação de importantes fontes de pesquisa para a historiografia e por possibilitarem o acesso às mesmas.

A todos os professores que tive ao longo do curso. Certamente, de alguma forma, todas as disciplinas contribuíram para o aperfeiçoamento da pesquisa e do exercício da escrita.

Aos professores da banca examinadora, pela disponibilidade para leitura deste singelo trabalho e pelas contribuições para o aprimoramento do mesmo.

À minha família, minha base, o motivo pelo qual este objetivo foi perseguido e através do qual pôde ser alcançado.

O presente ilumina a compreensão do passado e a imersão neste ilumina o presente.

Norbert Elias

RESUMO

SILVA, Ana Paula da. "*A lição da mocidade reta*": um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945). 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O presente trabalho destina-se à reflexão acerca de algumas das dimensões do projeto político e educacional posto em prática no período do Estado Novo (1937-1945), buscando focalizar estratégias encaminhadas no sentido da formação da população infanto-juvenil, com base em valores morais e sociais afinados com a ideologia do regime. No âmbito das estratégias voltadas para fortalecimento e legitimação do regime, que procurava construir uma identificação com a nação, houve a preocupação com a produção de uma imagem idealizada do próprio Estado Novo, da figura de Vargas diante do povo e de sua relação com este, em especial, com os trabalhadores e a juventude. Para isso, o governo lançou mão de estratégias diversas para popularização da figura do presidente diante dos jovens e produziu todo um conjunto de representações acerca de valores como família, educação, trabalho e nação. Tais estratégias compreenderam uma vasta produção de materiais impressos e, entre estes, biografias de Getúlio Vargas, voltadas para o público infanto-juvenil. Assim, a intenção deste estudo é refletir sobre a produção destes impressos no âmbito do projeto político e educacional do regime, buscando apreender de que forma estas publicações, que têm como pano de fundo a trajetória de vida do presidente, forneceram aos jovens modelos de comportamento e parâmetros de conduta valorizados socialmente e, em que medida, se configuraram, elas próprias, produtoras daquela realidade.

Palavras-chave: Estado Novo. Educação. Juventude.

ABSTRACT

This work is intended to reflect about some of the dimensions of the political and educational project implemented during the Estado Novo (1937-1945), seeking to focus on strategies directed towards the formation of the juvenile population, based on values attuned to moral and social ideology of the regime. As part of strategies for strengthening and legitimizing the regime, which sought to build identification with the nation, we were concerned with the production of an idealized image of the Estado Novo itself, the figure of Vargas before the people and their relationship with this, in particular, workers and young. For this, the government resorted to various strategies for popularizing the figure of the president before young people and produced a whole set of ideas about values such as family, education, work and nation. Such strategies comprise a vast production of printed materials, and among these biographies of Getulio Vargas, aimed at children and youth. For this, the intention is to reflect on the production of these forms within the educational and political project of the regime, seeking to understand how these publications, which have as a background on the life histories of the President, provided the young role models and parameters of conduct socially valued, and to what extent, if configured themselves producing that reality.

Keywords: Estado Novo. Education. Young.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa da publicação História de um menino de São Borja.....	16
Figura 2 - Capa da publicação Getúlio Vargas para crianças.....	16
Figura 3 - Capa da publicação Uma biografia para gente nova.....	16
Figura 4 - Capa da publicação Perfil do Estudante Getúlio Vargas.....	16
Figura 5 - Folheto de lançamento da Coleção Biblioteca Pátria.....	21
Tabela 1 - Títulos dos capítulos das publicações.....	24
Figura 6 - Mensagem introdutória de Getúlio Vargas para crianças.....	44
Figura 7 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	46
Figura 8 - Ilustração de História de um menino de São Borja.....	47
Figura 9 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	61
Figura 10 - Ilustração de História de um menino de São Borja.....	76
Figura 11 - Ilustração de História de um menino de São Borja.....	78
Figura 12 - Ilustração de História de um menino de São Borja.....	83
Figura 13 - Ilustração de História de um menino de São Borja.....	83
Figura 14 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	84
Figura 15 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	84
Figura 16 - Ilustração de Getúlio vargas para crianças.....	84
Figura 17 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	84
Figura 18 - Página extraída da publicação A juventude no Estado Novo.....	93
Figura 19 - Página extraída da publicação A Juventude no Estado Novo.....	93
Figura 20 - Ilustração de Getúlio Vargas para crianças.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNLI	Comissão Nacional de Literatura infantil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	BIOGRAFIAS DE GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS E JOVENS	15
1.1	Produzindo roteiros para os jovens brasileiros	19
1.2	Lições para a mocidade: usos do impresso e modelação da juventude	25
1.3	Fabricando a história: notas sobre escrita biográfica no Estado Novo	31
2	A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL: INSTITUIÇÕES E ESPAÇOS EDUCATIVOS	37
2.1	"O cabedal dos bons exemplos": a família como instituição educativa	37
2.2	Formando o Brasil de amanhã	44
2.3	Mobilizando a Juventude Brasileira	51
2.4	No serviço militar, o compromisso com a nação	55
3	VARGAS, A MOCIDADE E A PÁTRIA	59
3.1	"Vamos trabalhar!": o discurso em torno do trabalho	60
3.2	Vargas: chefe e provedor da família brasileira	66
3.3	A política como vilã da história	75
3.4	A nação ensinada aos jovens	81
3.5	O "brasileiro mais brasileiro": a imagem da nação em Vargas	89
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

O dia em que uma nação inteira chorou. Assim foi definido o dia 24 de agosto de 1954, segundo noticiado por boa parte da imprensa brasileira à época. Uma breve pesquisa *on line* permite acessar uma infinidade de manchetes de jornais, fotografias e vídeos que registraram a intensa comoção popular que marcou esta data, a data da morte do presidente Getúlio Vargas. A despedida do homem que, naquele momento, saía da vida para entrar na história, levou milhares de pessoas a formar intermináveis filas para ver o corpo exposto no Palácio do Catete. Um tanto de outras, com a notícia do suicídio, reagiu com fúria, atacando jornais e rádios de inimigos políticos do presidente morto. O cortejo fúnebre do presidente, no Rio de Janeiro, e o enterro em sua cidade natal, São Borja, situam-se entre as maiores manifestações populares da história do país¹. Não raro, em fotografias e vídeos que registraram o acontecimento, vêem-se homens e mulheres protagonizando cenas de dor e desespero. A impressão que algumas imagens deixam é a de que aquele seria um momento de despedida de um ente querido, de alguém afetivamente próximo das pessoas que ali se encontravam².

Vargas foi o presidente brasileiro que mais tempo permaneceu no poder. O primeiro governo durou quinze anos, sendo oito deles em regime ditatorial – o Estado Novo. Esta, sem dúvidas, é uma das complexas ambiguidades que cercaram seu governo: como o chefe de uma ditadura, marcada pelo cerceamento dos direitos individuais, pela censura aos meios de comunicação e até mesmo por tortura e morte daqueles considerados inimigos do regime³; ainda assim, se tornou um líder de projeção indiscutível, como deixa ver a comoção popular provocada pela ocasião de sua morte? Como essa liderança mitificada foi construída? O mito Vargas foi construído principalmente durante o Estado Novo, pela promoção de uma série de medidas que constituíram a chamada política social do governo, bem como pelo eficiente sistema de divulgação e propaganda possibilitado pelo regime ditatorial, que ampliou significativamente os poderes do governo central.

¹ Informações coletadas na Exposição Virtual do Memorial Municipal Getúlio Vargas, organizado pela Secretaria Municipal de Cultura, da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/>>

² Sobre o tema, ver: FERREIRA (1994). Neste estudo, o autor resgata diferentes manifestações de tristeza e revolta da população urbana brasileira, diante da notícia da morte de Getúlio Vargas. São focalizados motins e protestos em capitais como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e outras.

³ Segundo afirma Jorge Ferreira: “Sem dúvida, sob os mais diversos pretextos, anarquistas, comunistas e integralistas foram duramente perseguidos; sindicalistas sofreram ameaças e violências; jornalistas conviveram com o arbítrio dos censores; malandros e capoeiras perderam a liberdade de frequentar o espaço público; alemães, italianos e japoneses, particularmente após a declaração de guerra ao Eixo, conheceram constrangimentos diversos.” (FERREIRA, 1997, p. 91)

O período de 1937 a 1945, assim, foi marcado pelo esforço de produção de uma imagem idealizada da figura de Vargas diante da população. A intensa propaganda efetuada em torno de sua imagem buscava forjar uma relação de proximidade entre o presidente e o povo. “As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política”; afirma Francisco Campos, no livro “O Estado Nacional”⁴. A construção de uma personalidade carismática para Vargas tornou-se preocupação constante dos órgãos oficiais do Estado Novo, que buscaram criar uma identificação entre o presidente e a população, uma relação que possibilitasse a legitimação do regime e a adesão ao projeto estadonovista.

Por ter se caracterizado pelo entrecruzamento de práticas tão contraditórias, que tiveram implicações diversas, o Estado Novo se configura como um importante período na história recente da sociedade brasileira, constituindo-se em tema de grande interesse para os historiadores. Segundo Maria Helena Capelato (2003), a razão que explica este interesse é o fato de que, considerando aspectos positivos e negativos, as mudanças ocorridas neste período foram inegáveis, e afetaram significativamente o cenário social e político nos anos que se seguiram. Em nosso caso, interessa particularmente o estudo deste momento, no qual a educação foi pensada como política civilizatória e esteve no bojo dos debates relacionados às questões sociais, constituindo-se um dos pilares de sustentação da ideologia do regime.

Como afirma Terry Eagleton (1997), “a palavra ‘ideologia’ é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias” (p. 15). Considerando, assim, a complexidade do termo, cabe ressaltar que tratamo-lo, neste estudo, como sistema simbólico de crenças e valores, como fenômeno de produção de significados acerca do mundo social. Segundo Lúcia Lippi Oliveira,

[...] a ideologia é aquilo que justifica e compromete a crença que confere caráter justo e necessário aos empreendimentos humanos. [...] A ideologia desempenha, enquanto código, uma função de integração da sociedade, mas convém não esquecer que ela interpreta e justifica, fundamentalmente, o sistema de autoridade. (OLIVEIRA, 1982, p. 9)⁵

Nesse sentido, é possível afirmar que o governo do Estado Novo pôs em prática um projeto político e ideológico que, no âmbito desta investigação, é considerado, também, educacional. Levando em conta a heterogeneidade deste complexo ideológico, em virtude da multiplicidade de pensadores e intelectuais que contribuíram para conformá-lo, é possível, contudo, observar aspectos comuns, que caracterizaram um projeto oficial.

⁴ CAMPOS, 2001, p. 23. Francisco Campos foi ministro da Educação entre 1930 e 1932 e ministro da Justiça durante o Estado Novo. Na obra, de 1940, o autor, responsável pela elaboração da Constituição de 1937 e um dos principais ideólogos do governo Vargas, elabora uma espécie de fundamentação doutrinária e filosófica do regime.

⁵ OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982.

Um dos alvos privilegiados deste projeto foi, sem dúvida, a população infanto-juvenil. Consideradas fases fundamentais na formação da personalidade do indivíduo, infância e juventude constituíram-se, naquele momento, terrenos férteis para ação do Estado, um Estado que pretendia consolidar-se e prolongar-se. Considerando a imprecisão de termos como “infância” e “juventude”, é oportuno assinalar que estes serão utilizados, neste trabalho, em referência ao público de jovens em idade estudantil⁶. Pensar um futuro para o regime implicava educar os jovens a partir de preceitos adequados à ideologia estadonovista. Desta forma, entre os estudos historiográficos realizados sobre o período, as políticas educacionais voltadas para crianças e jovens têm sido constante objeto de investigação, por mostrar-se como um entre diversos caminhos possíveis de compreensão e interpretação daquela experiência política⁷. E este foi o viés escolhido neste trabalho. A presente investigação insere-se no campo da História da Educação Brasileira, visando uma reflexão acerca de algumas dimensões da política educacional do Estado Novo.

Estudar História, desde os tempos de escola, sempre foi algo prazeroso e, nesta área, a História do Brasil, mais especificamente, instigava-me bastante. O interesse particular pelos tempos de Vargas, talvez tenha sido estimulado pelos depoimentos de um avô que, enquanto esteve conosco, se referia ao ex-presidente, muito respeitosamente, como “doutor Vargas”, e dizia, com orgulho, ser ex-combatente da 2ª Guerra. Relatos de meu tio Júlio, nascido alguns anos depois da morte do presidente, também agregam elementos motivadores à escrita destas páginas. Pela vontade de seu pai, iria chamar-se Getúlio Vargas, mas, neste caso, prevaleceu a opinião materna. Conta ele que, na parede de sua casa, quando pequeno, havia retratos de seus avós, de seus pais e, junto a estes, um do ex-presidente. O retrato de um “estranho” colocado junto ao de membros da família, a meu ver, representa o estabelecimento de uma relação de proximidade, um lugar de destaque conferido à figura de Vargas, naquele ambiente familiar.

De certa forma, o percurso de escrita deste trabalho já vem sendo trilhado desde o período de minha graduação, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No curso de Pedagogia, com as disciplinas do campo da História da Educação, atrelaram-se o gosto pessoal e a formação profissional como docente, já iniciada com o curso Normal, no ensino

⁶ Tomamos como parâmetro a legislação educacional do período, a saber: Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529 de 2/1/1946) e Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.244 de 9/4/1942). A primeira, apesar de promulgada quando o Estado Novo não mais vigorava, teve seu processo de elaboração ainda durante o regime. Ambas estabelecem, respectivamente, matrícula no ensino primário fundamental para “crianças” entre 7 e 12 anos, e no ensino regular secundário para “adolescentes” entre 11 e 18 anos. Desta forma, os termos “infanto-juvenil”, “juventude”, “mocidade” serão aqui utilizados para indicar o público de jovens inscritos nestas faixas etárias, ainda que estas não estejam sendo consideradas como balizas rígidas; uma vez que, como será visto, o público “universitário” também será contemplado na abordagem.

⁷ Estudos como os de Luís Reznik (1992), Helena Bomeny (1999), Clarice Nunes (2001), Ana Magaldi (2003), Angela de Castro Gomes (2003 a; 2003 b), Libânia Xavier (2005), Maurício Parada (2009) e José Oriá Fernandes (2009); são alguns dos que apresentam este foco.

médio. Ao fim da disciplina História da Educação Brasileira, ministrada pela professora Sônia Maria de Castro Lopes, no 3º período do curso, foi realizada dinâmica de seminários sobre diferentes fases da educação no país, ao longo de sua história. O grupo do qual fazia parte ficou encarregado, por minha iniciativa, de elaborar trabalho sobre o período do primeiro governo Vargas, através do qual foi possível estabelecer maior aproximação com o tema. A partir deste trabalho, mais leituras foram feitas e minha monografia de conclusão do curso, em 2006, foi realizada no âmbito desta temática: “Educação moral e cívica no Estado Novo: Como formar o cidadão brasileiro?”. Busquei, então, no curso de Mestrado, uma oportunidade de crescimento profissional e de aprofundamento dos estudos iniciados na graduação.

Algumas questões apresentaram-se diante da temática que nos propomos investigar, como o papel conferido à educação naquele contexto e os usos que desta foram feitos em prol do projeto estadonovista. A reflexão em torno destas questões se realizou, neste trabalho, a partir, principalmente, de um objeto específico: biografias de Getúlio Vargas destinadas ao público infanto-juvenil. O diálogo com outras fontes e a bibliografia correlata ao tema levou à discussão de outros pontos: Como estas biografias serviram ao projeto educacional do Estado Novo? De que modo contribuíram para o esforço de produção de uma personalidade carismática para Vargas? Que representações do mundo social foram transmitidas aos jovens, através destas publicações? Reconhecendo que o exercício de pesquisa não se encerra em si, buscamos com este trabalho, mais que formular respostas esquemáticas, refletir acerca destas questões e contribuir para a ampliação dos debates historiográficos sobre a educação brasileira.

Tendo em vista a organização das temáticas desenvolvidas, o trabalho foi estruturado em três seções. Na primeira seção, as biografias serão abordadas enquanto objeto de pesquisa, sendo considerados aspectos ligados à materialidade e produção das mesmas. O objetivo desta seção é situar estas publicações num espectro mais amplo de produção de uma literatura cívico-patriótica, observada nos primeiros tempos republicanos e, em particular, o lugar que a escrita biográfica assume neste contexto. A segunda seção trata do tipo de formação pensada como ideal para o público infanto-juvenil naquele momento, sendo tema da reflexão, a partir do conteúdo das biografias, a função educativa conferida a diferentes espaços e instituições, como a família e a escola, entre outras, além das representações produzidas em torno destas instituições. Na última seção, serão abordados aspectos centrais da ideologia do Estado Novo, como a questão da nacionalidade e os discursos de valorização do trabalho e de desqualificação da política. As políticas sociais voltadas para os trabalhadores e suas famílias, enquanto práticas que sustentaram, no âmbito de ações concretas, o complexo discursivo do

regime, serão, também, focalizadas nesta seção. O intuito é mostrar, partindo do conteúdo das biografias, que este conjunto de medidas, tanto no campo da prática quanto no do simbólico, possibilitaram a personificação da ideia de nação na própria figura de Vargas, contribuindo para a construção de uma imagem mitificada do presidente.

Como afirma Peter Burke,

A história social e a cultura parecem estar se dissolvendo uma na outra. Alguns profissionais definem-se como 'novos' historiadores culturais, outros como historiadores 'socioculturais'. Seja como for, o impacto do relativismo cultural sobre o escrito histórico parece inevitável. (BURKE, 1992, p. 24).

Deste modo, sem a preocupação de enquadramento em uma filiação específica, buscamos que a escrita deste trabalho aproxime-se de uma concepção de escrita da história que, como aponta Burke, ancora-se numa noção ampla de cultura e reconhece que a realidade é social e culturalmente construída. Assim, propomo-nos a investigar, no contexto do Estado Novo, as imbricações entre história política e sócio-cultural, apontando para a importância das relações indissociáveis entre as práticas educativas e o contexto mais amplo em que se inscrevem.

1 BIOGRAFIAS DE GETÚLIO VARGAS PARA CRIANÇAS E JOVENS

“Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através de gerações.”

(Marc Bloch)⁸

A problematização dos documentos, sugerida por Marc Bloch, representa, como se sabe, um elemento central da atividade do historiador. É pensando a partir desse pressuposto que procuramos fundamentar o exercício de escrita deste trabalho. Buscando compreender algumas das dimensões que cercaram a relação que se pretendeu estabelecer entre Getúlio Vargas e a população infanto-juvenil, ao longo do Estado Novo, privilegiamos como fontes documentais primárias algumas biografias do então presidente produzidas para este público, neste período.

A escolha do gênero biográfico se deu, em parte, por opção metodológica. Durante a pesquisa, deparamo-nos com uma grande variedade de materiais produzidos para crianças e jovens naquele momento, tais como coletâneas com discursos de Vargas, entrevistas do presidente, livros sobre o Movimento de 1930 e a criação do Estado Novo, entre outros. Optamos, então, por um determinado tipo de material – biografias – com a intenção de limitar o foco da pesquisa e, desta forma, termos a possibilidade de promover uma análise mais profícua dos documentos. Além disso, consideramos o fato de as referidas publicações apresentarem-se como rico material no âmbito da temática trabalhada neste estudo. A escolha das obras seguiu, primordialmente, os seguintes critérios: que fossem produções dirigidas ao público infanto-juvenil e que se destinassem a “contar” a trajetória de vida de Vargas⁹. As publicações selecionadas foram: *História de um menino de São Borja, Getúlio Vargas para*

⁸ *Apud* LE GOFF (1990).

⁹ Foram pesquisados os acervos do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) e da Biblioteca Nacional, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

crianças, *Uma biografia para gente nova* e *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. As figuras de 1 a 4, mostradas a seguir, referem-se às capas das obras, respectivamente:

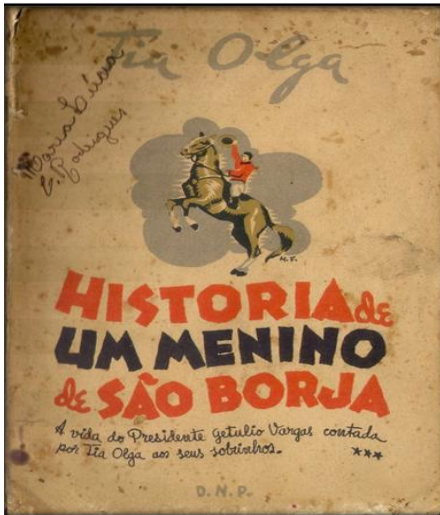


Figura 1- Capa da publicação *História de um menino de São Borja*

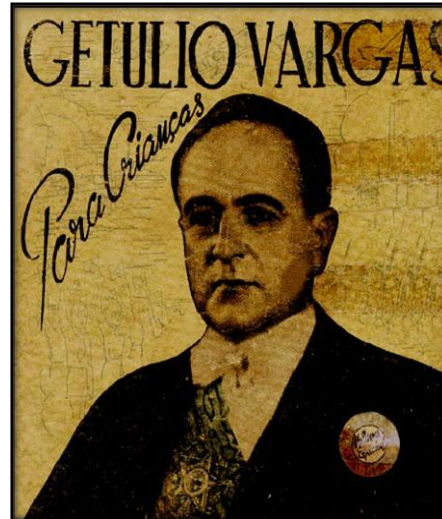


Figura 2- Capa da publicação *Getúlio Vargas para crianças*

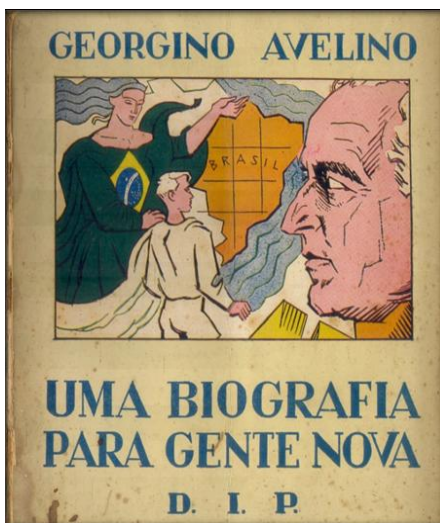


Figura 3- Capa da publicação *Uma biografia para gente nova*

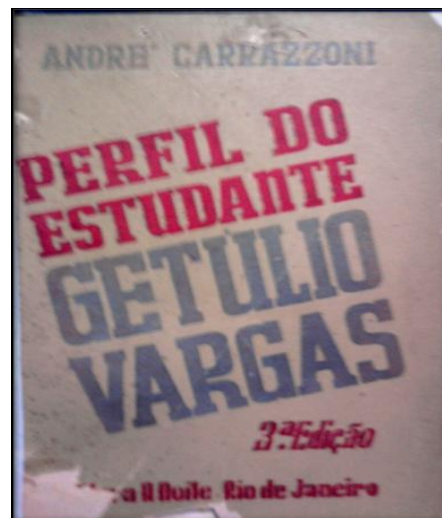


Figura 4- Capa da publicação *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*

A princípio, é preciso destacar a questão do uso do impresso como objeto e fonte de pesquisa para a historiografia, neste caso, para a historiografia da educação. Tomamos os impressos assinalados como objeto de pesquisa, ao tratá-los como instrumentos de intervenção do Estado, considerando, ainda, aspectos ligados à sua materialidade, uma vez que o texto não possui significação se pensado fora de seu suporte. Como apontam Clarice

Nunes e Marta Carvalho, tem sido possível perceber um alargamento da noção de documento para os estudos historiográficos, servindo como objetos e fontes de pesquisa para os historiadores uma variedade de documentos, escritos ou não:

Lembramos que o conteúdo e a concepção de documento se ampliou e enriqueceu, particularmente graças à contribuição dos historiadores dos Annales, sobretudo de sua primeira geração. [...] Documentos para a educação precisam ser tomados, portanto, na sua mais ampla acepção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou de qualquer outra maneira. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 37).

Certamente, assim como outras modalidades de documentos, o impresso apresenta-se como valioso material para a pesquisa historiográfica, na medida em que se configura como resíduo de práticas sociais, como produto da mentalidade de determinado grupo em determinada época. Segundo Jacques Le Goff,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545).

Assim, pensando as publicações como “produto da sociedade” na qual foram fabricadas, é possível considerá-las importante material de estudo, na medida em que se configuraram como investimento do Estado naquele momento. As produções constituem-se, ainda, rica fonte de pesquisa, ao considerarmos que seu conteúdo permite-nos acessar algumas das representações sociais que o governo do Estado Novo procurou estabelecer para a juventude. Vale lembrar que este conteúdo se expressa tanto através de textos escritos, quanto imagéticos. Os recursos iconográficos constituem-se, assim, elementos fundamentais na produção das representações veiculadas pelas publicações, uma vez que as imagens são lugares de enunciação tão complexos quanto o campo verbal.

Voltando às palavras de Bloch, citadas inicialmente, temos aí em jogo a “passagem da recordação através de gerações”, e é exatamente neste sentido que pensamos a opção pelo impresso como aspecto bastante relevante para esta pesquisa. Em nosso caso particular, o material impresso representa uma proposta de perenidade e perpetuação dos valores presentes nas biografias de Vargas, revelando o esforço do Estado Novo em fazer permanecer na memória coletiva, através deste suporte material, suas diretrizes. As produções aqui analisadas, então, constituem-se fragmento das práticas dominantes¹⁰ naquele momento, ou seja, das estratégias de intervenção do Estado Novo em relação à população, dando visibilidade a diferentes dimensões das relações de poder estabelecidas a partir do Estado.

¹⁰ Segundo CHARTIER, uma das operações próprias da história seria “dar conta, na ordem do discurso, da ‘razão’ ou da desrazão das práticas – tanto dessas práticas dominantes que organizam normas e instituições quanto daquelas, disseminadas e menores, que tecem o cotidiano ou sustentam os ilegalismos.” (CHARTIER, 2002, p. 150)

É preciso atentar, contudo, para o fato de que estas publicações veiculam o discurso oficial do governo estadonovista que, mesmo não tendo sido coeso, conformou um conjunto, identificando um projeto. É importante considerar que havia matizes na ideologia estadonovista, já que o regime foi marcado pela atuação de diversos ideólogos e intelectuais no aparelho governamental, o que propiciou uma diversidade de contribuições para a conformação do projeto político e educacional do regime.

O Estado Novo não pode ser caracterizado como apresentando uma doutrina oficial compacta, ou seja, homogênea. Ao contrário, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas, o que não impede que se encontre em seu seio um conjunto de idéias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político. (GOMES, 2005, p. 189).

Analisar as biografias de Vargas a partir das representações que o Estado procurou estabelecer através delas, de fato, constitui uma forma de pensar as práticas organizadas no âmbito da ação política a fim de formar o auditório infanto-juvenil dentro de valores morais e parâmetros de comportamento, como os prescritos nas publicações. Consideramos, contudo, a variedade de possibilidades de apropriação que o texto traz consigo, pois, como afirma Roger Chartier:

Por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la. (CHARTIER, 1990, p. 123).

Assim, um dos objetivos deste estudo é buscar compreender algumas formas pelas quais o governo do Estado Novo construiu mecanismos para legitimação do regime e direcionamento de condutas dos jovens, através das produções aqui analisadas. Desta forma, o presente trabalho propõe-se a problematizar a leitura prescrita destas biografias. Os usos efetivos destes impressos, realizados pelo público leitor, as diferentes apropriações/interpretações feitas a partir das representações presentes nestas publicações, constituem uma outra dimensão desta relação, que igualmente merece ser considerada em outras possíveis análises, revelando o caráter multifacetado dos documentos utilizados nas pesquisas em história da educação.

Desta forma, entendemos que a análise dos documentos, como sinaliza Le Goff, deve primar pela problematização de seu viés monumental, o que, no caso de um material originário de um projeto governamental de propaganda, é mais evidente e adquire mais força. Acreditando não ser adequado atribuir aos documentos *status* de verdade absoluta, como se representassem em si a completa realidade dos fatos, pensamos que o passado não deve ser

analisado a partir de um único elemento. As questões postas frente aos documentos e o diálogo com outras fontes possibilitarão a compreensão, em dada medida, da sociedade que os fabricou e das relações ali tecidas.

1.1 Produzindo roteiros para os jovens brasileiros

“Este livro é um roteiro para a Juventude Brasileira”.

(Apresentação da publicação *Getúlio Vargas para crianças*)

História de um menino de São Borja – A vida do Presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos, é uma publicação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), datada do ano de 1939. Com, aproximadamente, 20 cm de altura e 15 cm de largura, autoria fictícia de Tia Olga e organizada em dez capítulos, a obra articula texto escrito e imagético, apresentando, ao longo de suas oitenta páginas, dez figuras relacionadas a trechos da narrativa, além da imagem de capa, na qual figura um menino montado em um cavalo - certamente uma alusão ao menino Getúlio e sua infância no ambiente do campo. Em trabalho que examina a reação da imprensa nos últimos meses de existência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Orlando de Barros (2010) cita trechos de uma matéria do jornal *Correio da Manhã*, de número de agosto de 1946, que apontam como possível autor da obra o escritor e crítico literário Donatello Grieco. A matéria reproduz um debate ocorrido na Assembleia Constituinte, que girava em torno de algumas atividades do então extinto DIP, inclusive sobre os livros publicados para enaltecer Vargas. Entre os títulos ali em discussão, estava *História de um menino de São Borja* e, quando indagado sobre o verdadeiro autor da obra, o parlamentar que conduzia o debate teria respondido que havia sido informado tratar-se de Donatello Grieco, mas que não poderia assegurá-lo (Cf. BARROS, 2010). O nome da “autora”, o título e subtítulo da obra, a sigla do órgão responsável pela publicação e o ano da mesma, encontram-se na capa e na folha de rosto. Na contracapa temos, novamente, a sigla DNP e, no canto inferior direito, a inscrição “Nº 68”. Apesar de não apresentar dados técnicos de editoração além dos já mencionados, é provável que este seja o número referente ao exemplar aqui pesquisado, dentro da tiragem total da obra.

A narrativa se desenvolve em um ambiente familiar, no qual Tia Olga, também chamada por Tió, senhora que tem o costume de contar episódios da vida dos “grandes homens” a seus sobrinhos Rosa-Maria e Chico-Chicote, reúne-se com estes para contar-lhes a História de um menino de São Borja, qual seja, a história da vida do presidente Getúlio Vargas. Tal descrição destes personagens e do cenário sob o qual se desenvolve a narrativa constitui texto introdutório aos capítulos.

Getúlio Vargas para crianças é um livreto de cento e doze páginas, publicado pela Editora Grande Consórcio Suplementos Nacionais. Contém quarenta ilustrações, além da imagem de capa, que mostra um busto de Getúlio Vargas centralizado e o título da publicação acima. Escrita por Alfredo Barroso e ilustrada por Fernando Dias da Silva, a obra é volume especial de lançamento da coleção “Biblioteca Pátria”. Esta coleção, datada de 1940¹¹, é composta por um conjunto de livros, de mesmo formato, intitulados “Grandes Figuras do Brasil”. Com apresentação de Getúlio Vargas, na qual este reitera o empenho do governo em propagar exemplos de patriotismo por meio dos “vultos nacionais”, a coleção conta com quinze volumes, como “Anchieta para crianças”, “D. Pedro II para crianças”, “Duque de Caxias para crianças”, entre outros¹².

A Editora Grande Consórcio Suplementos Nacionais, em inícios dos anos 1940, é afetada por uma das medidas do governo do Estado Novo na tentativa de manter a imprensa sob controle: a política de estatização de meios de comunicação. Com o objetivo de reduzir forças contrárias ao regime e, ao mesmo tempo, ganhar terreno para difusão dos feitos de Vargas, o governo encampava empresas privadas que tivessem dívidas vencidas em bancos estatais. Desta forma, o Estado assumia todas as dívidas e, em contrapartida, ficava com a propriedade de todas as suas publicações. Assim, o governo cria, através do decreto-lei nº 2.073 de 8 de março de 1940, as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, das quais passa a fazer parte, a partir de 1942, a Grande Consórcio Suplementos Nacionais¹³.

Embora a publicação apresente o nome de seu autor, não nos foi possível arrecadar maiores informações sobre o mesmo, tendo sido pesquisados diferentes arquivos, bibliotecas e *sites* de busca. O ilustrador, Fernando Dias da Silva, atuou também na ilustração de outras publicações da Grande Consórcio Suplementos Nacionais. Iniciou a carreira ainda jovem,

¹¹ Em pesquisa no acervo do CPDOC, *Getúlio Vargas para crianças* consta do banco de dados como uma publicação do DIP, com data provável de 1942. Entretanto, a coleção Biblioteca Pátria data do ano de 1940. Uma passagem do próprio livreto dá a entender que a obra teria sido, ao menos escrita, realmente em 1940, ou seja, três anos após a instauração do regime do Estado Novo: “O Estado Novo, *com três anos de existência*, conta com inumeráveis serviços à coletividade brasileira...” (p. 96)[grifo nosso].

¹² Cf. Azilde Andreotti. Disponível em: <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

¹³ Cf. Gonçalo Junior (2004). É possível que a data de estatização da editora seja o motivo de a obra *Getúlio Vargas para crianças* constar no banco de dados do CPDOC como publicação do DIP, com data de 1942.

tendo sido vencedor do primeiro concurso de histórias em quadrinhos do *Suplemento Juvenil*, uma das publicações da editora, em 1937, com dezesseis anos.

Apresentando, aproximadamente, 13 cm de largura por 11 cm de altura, o que indica o formato de uma espécie de livro de bolso - leve e de fácil manuseio -, *Getúlio Vargas para crianças* é estruturada em capítulos com textos breves, intercalados com ilustrações em preto e branco, legendadas com trechos do próprio texto. Das publicações aqui analisadas, esta é a que apresenta maior número de ilustrações. Este aspecto – grande quantidade de imagens - parece ser comum aos demais volumes da coleção Biblioteca Pátria, como deixa ver a contracapa do folheto de lançamento da coleção (figura 5)¹⁴. Os oito capítulos seguem uma ordem cronológica, abordando desde a



Figura 5- Folheto de lançamento da Coleção Biblioteca Pátria

infância de Vargas até o período do Estado Novo. Como introdução aos capítulos, consta uma mensagem, assinada pelo presidente, dirigida aos leitores, na qual são exaltados o amor ao Brasil e o culto da Pátria.

Uma biografia para gente nova é uma publicação do DIP, do ano de 1941, de autoria de Georgino Avelino. O autor, natural do Rio Grande do Norte, dedicou-se ao jornalismo e à carreira política, tendo sido eleito deputado federal e senador por seu estado. Apesar de considerado, pelos chefes militares vitoriosos do movimento de 1930, comprometido com o governo de Washington Luís e de ter participado, ao lado dos paulistas, da Revolução Constitucionalista de 1932, no período do Estado Novo, reconciliado com Vargas, participou do governo como secretário-geral da Universidade do Distrito Federal e diretor de Turismo e Propaganda da prefeitura do Distrito Federal. No mesmo ano de 1941, teve outro livro publicado pelo DIP, *Caxias numa síntese emocional*, também uma biografia dirigida aos jovens¹⁵. *Uma biografia para gente nova* é uma obra com aproximadamente 20 cm de altura e 20 cm de largura, composta de trinta e uma páginas, e apresenta apenas uma imagem, a de capa, colorida, onde vemos a figura de uma mulher que veste uma espécie de túnica verde, com o desenho do losango amarelo e do círculo azul com a faixa branca que traz a inscrição da bandeira brasileira. Na verdade, é como se a mulher vestisse a própria bandeira. Ela mostra

¹⁴ Disponível em: <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

¹⁵ Cf. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

a um jovem o mapa do Brasil. Tem-se a impressão de que a mulher, em seu gesto acolhedor para com o menino, estaria representando a própria pátria, a “mãe gentil”, enfim, uma espécie de *Marianne*¹⁶ brasileira. À direita, na mesma imagem, temos desenhado, de perfil, o rosto de Getúlio Vargas¹⁷.

Publicada pela editora A Noite e escrita por André Carrazzoni, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, diferentemente das demais obras aqui analisadas, teve três edições. A primeira edição data de setembro de 1942, a segunda, de janeiro de 1943 e a terceira, de março deste mesmo ano. Para a realização do presente trabalho, utilizamo-nos de exemplar da 3ª edição, disponível no acervo do CPDOC¹⁸. A escolha pela utilização da última edição deveu-se ao fato de esta apresentar informações adicionais, além das apresentadas na 1ª edição. Cabe ressaltar que estas informações não se referem ao conteúdo do texto, que não se altera de uma edição para outra.

A editora *A Noite* fazia parte de um grande complexo editorial do grupo de mídia de mesmo nome. Do grupo *A Noite*, faziam parte, além da editora, os jornais *A Noite* e *A Manhã*, as revistas *Carioca* e *Noite Ilustrada*, bem como a famosa Rádio Nacional. O grupo também foi incorporado pelo governo do Estado Novo através de sua política de estatização. Em 1940, alegando insolvência fiscal de *A Noite*, o governo passa a controlar toda a aparelhagem do grupo, passando este a fazer parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional¹⁹.

O autor da obra, André Carrazzoni, nascido em 1897 no Rio Grande do Sul, dedicou-se durante anos à carreira jornalística. Em 1930, assumiu a direção do jornal *Correio do Povo*. Em 1932, publicou dois livros sobre o movimento de 1930: *Depoimentos* e *Sob o fogo invisível*. Dirigiu jornais no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de também ter fundado e dirigido o vespertino *A Hora*. Em 1939, publicou uma biografia de Vargas - *Getúlio Vargas* -, passando a ser considerado um dos “biógrafos oficiais” do presidente. Em 1940, quando *A Noite* passa a fazer parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, foi chamado a dirigir esse jornal. Assinou crônicas políticas e literárias em revistas desse período, presidiu o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e foi nomeado, já no segundo governo Vargas, superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, numa tentativa de recuperação do jornal *A Noite*, que se encontrava há alguns anos em crise, e da Rádio Nacional. Assumiu, ainda, alguns cargos em governos posteriores ao de Vargas, como

¹⁶ Imagem representativa da República, personificada na figura de mulher. Ver: CARVALHO (1990).

¹⁷ Vide figura 3.

¹⁸ No acervo da Biblioteca Nacional, consta apenas exemplar da 3ª edição. Já no CPDOC, segundo informações do banco de dados, haveria um exemplar de cada uma das edições. Contudo, durante o período de pesquisas nesta instituição, encontravam-se disponíveis apenas os exemplares da 1ª e da 3ª edições, sendo-nos informado que o exemplar da 2ª edição não havia sido encontrado no acervo.

¹⁹ Cf. BARROS, 2010.

presidente da Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal de 1956 a 1958 e diretor-geral do DASP entre 1963 e 1964²⁰.

A 1ª edição de *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* apresenta, após a folha de rosto, uma mensagem em nome da Confederação Brasileira de Desportos Universitários em oferecimento da obra ao V Congresso Nacional dos Estudantes, como homenagem a Vargas. Na 3ª edição da obra, não consta esta mensagem. Outro aspecto que difere da 1ª para a 3ª edição é que, no exemplar desta última, há orelhas com indicações de títulos e valores de outras publicações da editora, sob o título “Algumas edições de A Noite Editora”, o que não ocorre na 1ª edição. Esta preocupação envolvendo o mercado editorial é exclusividade desta publicação, entre as biografias utilizadas neste trabalho. Em ambas as edições, há um índice remissivo, com a indicação das páginas de início de cada capítulo. Contudo, somente a 3ª edição apresenta, após este índice, uma série de comentários sobre a obra, com o título “Algumas opiniões sobre o Perfil do Estudante Getúlio Vargas”. Os comentários são de autoria de jornalistas, escritores e políticos de destaque, quais sejam: Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Beni de Carvalho, Ivens de Araújo e Roberto Lira. Todos os comentários mostram-se elogiosos à obra e ao autor.

Com 17 cm de altura e 13 cm de largura, aproximadamente, sessenta e seis páginas e texto organizado em oito capítulos, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* é a única das publicações aqui analisadas a não apresentar nenhum tipo de ilustração. Comparando as capas da 1ª e da 3ª edições, é possível perceber que alguns aspectos gráficos desta última a tornam mais atraente visualmente. Apresentando as mesmas informações - nome do autor no topo, título da obra centralizado e nome da editora na parte inferior -, a 3ª edição, contudo, traz letras maiores, mais trabalhadas e em cores, o que não ocorre na 1ª edição.

Em ambas as edições, há um texto de apresentação da obra escrito por Gustavo Capanema, ministro de Educação entre os anos de 1934 e 1945. Em seu texto, Capanema atribui a Carrazzoni “uma das melhores biografias do presidente Getúlio Vargas”, referindo-se à obra *Getúlio Vargas*, escrita pelo autor em 1939, como mencionado anteriormente. O ministro prossegue, afirmando que Carrazzoni seria, então, o “mais indicado” para escrever “o perfil do estudante Getúlio Vargas”. Segundo ele, a ideia de escrever sobre o estudante Vargas teria surgido no “próprio meio universitário”, deixando claro, desta forma, o público ao qual se destinara a obra. O ministro continua sua exposição, exaltando o estudante Getúlio Vargas como “um portador de ideal”, ideal este que teria sido “o fundamento e o sinal do grande homem que ele viria a ser”, comparando-o a “Alexandre, Joana d’Arc, Lincoln e

²⁰ Cf. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

Tiradentes”. Capanema finaliza convocando o leitor, através da leitura da obra, a meditar sobre a “grande lição”, segundo ele, representada pela mocidade de Vargas.

A disposição dos capítulos das publicações, exceto de *Uma biografia para gente nova*, encontra-se na tabela 1, mostrada a seguir²¹:

Tabela 1- Títulos dos capítulos das publicações

	História de um Menino de São Borja	Getúlio Vargas para crianças	Perfil do Estudante Getúlio Vargas
Cap. 1	O Menino de São Borja	Infância e estudos	Perfil do Estudante Getúlio Vargas
Cap. 2	Um Feiticeiro dos Algarismos	A vida militar	Um ano crucial
Cap. 3	Um Soldado de Dezesesseis Anos	De Ministro a Presidente	Soldado e Estudante
Cap. 4	“Beau Geste”	A Revolução de Outubro	Vinte anos
Cap. 5	Um Advogado fora do Comum	A Reconstrução do Brasil	A Estação dos Ídolos
Cap. 6	Um Presidente danado para Trabalhar	O Estado Novo	Contra o Mito das Raças Superiores
Cap. 7	História de uma <i>Repreza</i> que Arreventou	Força e Trabalho	A caminho do Fórum
Cap. 8	E como Trabalhou!...	O Homem Simples e Bom	O Destino de uma Geração
Cap. 9	Senhora Dona Política, coberta de Ouro e Prata...	—	—
Cap. 10	O General que Venceu todas as Batalhas	—	—

Pode-se entender a utilização de notas de rodapé em *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* – que, segundo o próprio texto de apresentação, estaria voltada aos estudantes do meio universitário -, a escrita contínua de *Uma biografia para gente nova* e a ausência de ilustrações nestas duas publicações²², como indícios da destinação a adolescentes e jovens em idade um pouco mais avançada, ou seja, um público, espera-se, mais maduro e com maior capacidade reflexiva. Já *História de um Menino de São Borja* e *Getúlio Vargas para crianças*, pela considerável quantidade de ilustrações²³, bem como pelo teor das mesmas e, ainda, por se

²¹ A exclusão da publicação deve-se ao fato de esta apresentar uma escrita contínua, não estando organizada em capítulos.

²² No caso de *Uma biografia para gente nova*, há somente a ilustração da capa.

²³ A utilização de ilustrações parece ser um aspecto característico da produção literária voltada para o público infante-juvenil, segundo indicam documentos da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), datados de 04/06/1936. Segundo esquema de ficha-padrão, elaborado pela Comissão, para classificação de livros infantis,

caracterizarem como narrativas menos densas, revestidas de um caráter mais lúdico, parecem aproximar-se de um público mais infantil.

Guardadas algumas especificidades, o conteúdo das biografias veicula o significado de ser jovem e ser brasileiro construído pela ideologia estadonovista, neste caso, amparado no que seria o modelo biográfico de Getúlio Vargas. Estas publicações podem ser analisadas tendo-se em conta o horizonte mais amplo de uma literatura cívico-patriótica que, produzida com destaque nos primeiros tempos republicanos, se configurou como importante via para formação de crianças e jovens.

1.2 Lições para a mocidade: usos do impresso e modelação da juventude

“E aí está, rapazes, a lição da mocidade reta, rude e sóbria de Getúlio Vargas, a grande lição que, certamente, encontrareis nessas páginas escritas para vossa meditação.”

(Gustavo Capanema, texto de apresentação da publicação
Perfil do Estudante Getúlio Vargas)

Segundo Ana Magaldi e Libânia Xavier (2008), a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, a produção de impressos dotados de um viés educativo contribuiu para a “modelação de sujeitos” na sociedade brasileira, na medida em que estes estiveram inseridos num conjunto de ações veiculadas por estratégias variadas, voltadas para a “conformação de hábitos, valores e comportamentos” (p. 9). Um dos destinatários privilegiados deste tipo de produção foi o público de crianças e jovens, sendo percebido o esforço de produção de uma literatura patriótica para este auditório, fosse para uso escolar ou extra-escolar. O advento da República traz em seu bojo uma preocupação marcante de modernização do país, sendo observado, no âmbito da produção intelectual do período, intenso movimento de valorização de uma cultura letrada como requisito para sua viabilização. Assim, o primeiro quartel do século XX é marcado pelo incentivo e pela expansão de uma produção impressa de cunho cívico-pedagógico, destacando-se, nessas

elementos como “bom gosto/moralidade” das ilustrações, adequação destas ao texto e à idade, além da qualidade das gravuras, são considerados para avaliação dos livros indicados para as faixas etárias estabelecidas (desde “6-7 anos” até “12 anos em diante”), o que permite concluir que a utilização de figuras era aspecto estabelecido/recomendado para as publicações destinadas a este público.

publicações, a preocupação de intelectuais em operar uma nova leitura do país, através de temáticas voltadas para o estudo da realidade brasileira. Vista desse ângulo, esta literatura infanto-juvenil pode ser considerada como uma estratégia de formação de cidadãos, considerados os futuros responsáveis pelo e progresso da nação.

Estudos como os de Patrícia Hansen (2007), Cleber Vieira (2008) e José Fernandes (2009), são alguns dos que tratam da questão da produção impressa dirigida a este público ao longo do período republicano, sinalizando para o forte investimento realizado em torno destas publicações. Segundo Hansen (*op. cit.*), “a literatura cívico-pedagógica surgiu como uma resposta à constatação aguda, simultânea ao advento da república no Brasil, de que o país não era uma ‘nação’, um ‘povo’ ou uma ‘pátria completa’” (p. 228). Ainda, segundo a autora, a importância destes textos deve ser considerada pelo fato de estes terem constituído e divulgado um “código de conduta afinado com o ideal de uma nação moderna e civilizada” (p. 12).

Como visto, estas preocupações podem ser observadas desde fins do século XIX, mostrando-se presentes, ainda que com marcas próprias, durante o Estado Novo. O que alguns estudos acerca do tema permitem perceber é que, durante a Primeira República, grande parte das publicações dotadas deste viés cívico-pedagógico foi produzida por iniciativa de intelectuais engajados nas questões de seu tempo, através, por exemplo, da organização de grupos editoriais. A ressignificação efetuada pelo regime de 1937, neste âmbito, reside na centralidade assumida pelo governo, passando o aparelho estatal a ser o principal responsável pela viabilização e pela própria produção deste tipo de material.

Esta redefinição foi possibilitada, em grande medida, pelo forte investimento na propaganda política, conduzida por múltiplos meios e encaminhada pelos órgãos oficiais. Segundo Maria Helena Capelato (1999), o Estado Novo, ainda que não tenha se definido como “fenômeno fascista”, inspirou-se nas experiências alemã e italiana, no que se refere à propaganda política. A propaganda, estratégica para o exercício do poder em qualquer regime político, naqueles de tendência autoritária, assumiria “força muito maior porque o Estado [...] exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula” (p. 169). Como afirma a autora, a propaganda política “reforça tendências já existentes na sociedade”, e sua eficácia depende da “capacidade de captar e explorar os anseios e interesses” daqueles aos quais se dirige, não sendo, contudo, capaz de formar uma “opinião única” ou obter “adesão unânime” (p. 178). Apesar das limitações, esta foi, decerto, um dos pilares de sustentação do projeto político e educacional posto em prática no Estado Novo.

Entre as instituições governamentais constituídas com esse fim, esteve o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado em 1934 e substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938. Em 1939, o DNP dá lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), principal responsável pela produção e veiculação da propaganda oficial do regime. Criado pelo decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, o DIP representou a ampliação dos poderes do Estado, traçando as linhas mestras da cultura política estadonovista. Sua atuação se deu por várias frentes, entre as quais se situaram o intenso controle dos meios de comunicação, o maciço investimento na divulgação das realizações do governo, o apoio a produções culturais e artísticas que veiculassem mensagens afinadas com os valores estimulados pelo regime, além da edificação da figura de Vargas como mito político.

A máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getúlio Vargas era seu personagem central e, até 1944, o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações. (GOMES, 2005, p. 219).

Diretamente subordinado ao Presidente da República, o DIP era encarregado da “elucidação da opinião nacional sobre diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras”, além da competência de “combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional”²⁴. O objetivo da propaganda ideológica, naquele momento, era conseguir a colaboração de todos os segmentos sociais, buscando legitimidade para o novo governo, e, nesse sentido, o apelo à identidade nacional como fator de unidade do povo brasileiro foi um aspecto bastante explorado.

O órgão se tornou um mecanismo imprescindível à formação e disseminação da ideologia do Estado Novo, na medida em que produziu e controlou a circulação de diversos materiais impressos - livros, panfletos, jornais, revistas, periódicos - e mesmo de notícias a serem publicadas pela imprensa, além de ter sido responsável pela censura ao cinema, à música e demais produções culturais e artísticas. O rádio constituiu-se, talvez de forma mais emblemática, como um veículo de importância significativa no empenho para a popularização do regime, pois fazia chegar às zonas rurais e ao elevado número de analfabetos do país, o projeto de legitimação do Estado Novo, tornando-se fundamental como meio de integração e

²⁴ Cf. BRASIL. Decreto nº 5.077 de 29 de dezembro de 1939, que aprova o regimento do DIP.

uniformização política e cultural. Os programas radiofônicos “Hora do Brasil” e “Falando aos trabalhadores brasileiros”, provavelmente tenham sido os de maior destaque nesse sentido.

Devido à importância que adquiriu por suas funções, o DIP acabou se tornando um “superministério”²⁵, cerceando a liberdade de expressão no país e configurando-se como o mais eficaz porta-voz do Estado, tendo em vista que seriam de responsabilidade do órgão, conforme o artigo 19 do decreto de sua criação, “todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal”. Durante o Estado Novo, a redefinição da questão da identidade da nação e a preocupação em desenvolver entre a população o sentimento de patriotismo, foram conduzidas pelo DIP e suas ramificações, possibilitando ao governo, neste sentido, o estabelecimento de uma política nacional/nacionalizadora.

Em pesquisa realizada no acervo do Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, nos foi possível acessar uma grande quantidade de documentos enviados e recebidos por diferentes divisões do DIP²⁶, durante o período de 1937 a 1945²⁷. Entre ordens de pagamento de subvenções a revistas e jornais para propaganda de ações do governo, comprovantes de compra de materiais para as instalações físicas dos vários setores do órgão e de pagamento de gastos de funcionários em serviço; alguns documentos, em especial, mostraram-se importantes para este estudo. Tratam-se de ofícios dirigidos ao Serviço de Distribuição, enviados por representantes de instituições como escolas, orfanatos, bibliotecas públicas e os próprios Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs). Através destes ofícios, que vinham das mais diferentes regiões do país, era solicitado ao DIP o envio de materiais diversos, como bandeiras do Brasil, fotos de Getúlio Vargas e publicações impressas do órgão, para organização de bibliotecas próprias ou para fins de distribuição, dependendo da instituição e do tipo de material pedido. Entre os documentos, encontrou-se, também, considerável número de ofícios, encaminhados ao mesmo setor, de agradecimento pelo envio dos materiais solicitados, que, algumas vezes, eram bem especificados pelos solicitantes, com relação à quantidade de itens ou a determinados impressos, por exemplo. Outras solicitações eram realizadas sem este tipo de exigência mais específica, ficando a cargo do órgão a opção pelos materiais enviados, o que nos permite concluir que esta distribuição era realizada gratuitamente. Apesar de não havermos identificado, entre os

²⁵ Sobre o funcionamento do DIP, ver trabalho de Sonia Maria de Castro Lopes (1999). Segundo a autora, o órgão adquire a dimensão de um “superministério”, pelo significativo investimento que teve do governo e pelas funções que passou a assumir.

²⁶ De acordo com o decreto de sua criação, o DIP seria constituído de cinco divisões: Divulgação, Rádio-difusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. Dispunha, ainda, de Serviços Auxiliares, como Contabilidade, Filmoteca, Discoteca e Biblioteca.

²⁷ Os documentos pesquisados encontram-se catalogados no acervo da Coleção Agência Nacional, latas 2 a 4.

documentos examinados, uma referência direta às obras biográficas aqui analisadas, consideramos que os ofícios localizados trazem indícios de que as mesmas, integrando o conjunto de materiais publicados pelos próprios órgãos oficiais de propaganda ou patrocinados pelo governo, tenham circulado por escolas e outros espaços educacionais.

Segundo Gonçalves Junior (2004), as obras da coleção Biblioteca Pátria teriam sido produzidas a pedido do Ministério da Educação, para serem distribuídas nas escolas. A edição de estreia, *Getúlio Vargas para crianças*, seria descrita como “o livro padrão da juventude brasileira, lido como um catecismo em todas as escolas” (p. 84), segundo noticiara um número da revista *Vamos Ler!*, de 1944. Na reportagem, segundo o autor, há a imagem de uma sala de aula com dezenas de crianças simulando a leitura da biografia de Vargas produzida pela editora responsável pela publicação.

Além de indicar uma possível forma de distribuição das biografias, estes apontamentos sinalizam para um aspecto importante, neste contexto: aliado aos órgãos oficiais de propaganda, o Ministério de Educação e Saúde, sob a direção de Gustavo Capanema, foi, sem dúvida, o principal articulador da política cultural do Estado Novo. Segundo abordagem de Monica Velloso, o DIP, dirigido por Lourival Fontes, e o Ministério da Educação, com Capanema, teriam sido dois núcleos estratégicos para o projeto político-pedagógico do governo, com a atuação de grupos de intelectuais como participantes deste projeto, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime.

Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando a atingir distintas clientelas: o Ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular. Essa diversidade de orientação na política cultural transparece na própria composição dos intelectuais nos referidos organismos. O Ministério Capanema reunia um grupo ligado à vanguarda do movimento modernista. [...] Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía [...] intelectuais conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação. (VELLOSO, 2003, p. 149;150).

Repousa neste ponto, aliás, uma das ambiguidades que caracterizaram o regime: um momento de cerceamento de direitos civis e políticos foi propício, ao mesmo tempo, a um ambiente de intensa produção cultural e intelectual. Produção esta que, na órbita da ação governamental, deu-se, em grande medida, na abrangência das redes de sociabilidade do ministro Capanema²⁸. O período, segundo Helena Bomeny (2001), de “indiscutível mecenato da política brasileira” (p. 16), teve como marca a participação de um conjunto de intelectuais das mais diversas áreas de atuação que, por escolha voluntária ou por necessidades materiais, contribuíram para o crescimento da intervenção estatal na área cultural e para a efetivação de

²⁸ Sobre a estreita relação entre o ministério Capanema e círculos de intelectuais, ver: Schwartzman; Bomeny; Costa (2000), Gomes (2000) e Bomeny (2001).

uma parceria entre elite intelectual e governo²⁹. Como mostra Daryle Williams (2000), a preocupação em definir o Ministério de Educação e Saúde como um “Ministério da Cultura”, além de traduzir uma visão da cultura enquanto área estratégica para o Estado, aponta para o esforço da gestão de Capanema, de construção de uma cultura nacional e nacionalista, patriótica e moderna, responsável pela formação “do corpo, do espírito e da alma dos brasileiros” (p. 251).

No âmbito de ações voltadas para o público infanto-juvenil, é possível destacar a criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), em abril de 1936. O grupo, integrado, inicialmente, por intelectuais como Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Cecília Meireles, tinha por incumbência:

[...] selecionar livros para serem traduzidos; classificar, por idades, as obras existentes e censurar as que fossem perniciosas; organizar um projeto de bibliotecas infantis e, com destaque, promover o desenvolvimento de uma boa literatura para crianças e jovens. (GOMES, 2003 b, p. 117).

Inserida num contexto maior de iniciativas, como a fundação do Instituto Nacional do Livro, em dezembro de 1937, e da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1938, a criação da CNLI aponta para a preocupação do ministério com uma política de incentivo à leitura, para crianças e jovens, como via para a formação de hábitos e valores, em relação aos quais o Estado tinha interesses e responsabilidades. Segundo Gomes (*op. cit.*), uma questão inicial, posta para a Comissão, seria a de situar o campo de obras de literatura infantil, tendo-se chegado ao consenso de que seria “aquela que, por excelência, investia na imaginação infanto-juvenil e, nesses termos, contribuía para educar” (p. 118). Excluindo o conjunto de textos com explícitos objetivos didáticos, programáticos, técnicos ou científicos, o texto, para ser considerado de literatura infantil, deveria “ser ‘recreativo’ para, dessa maneira, ser ‘instrutivo’”³⁰.

Com base nos apontamentos de Gomes e em pesquisa em documentos referentes ao funcionamento da CNLI, consideramos ser possível classificar as biografias de Vargas, aqui analisadas, como literatura infanto-juvenil, na medida em que se configuraram como narrativas patrióticas, que objetivaram instruir seu público-alvo³¹. Apesar de haver indícios de uma possível utilização escolar destas publicações, como visto anteriormente, fica claro que

²⁹ Segundo apontado por Márcia Gonçalves, “a remuneração oferecida pelo DIP aos intelectuais que lhe prestavam ou vendiam serviços, ao lado da censura, foi uma combinação perversa que construiu laços de estreita dependência entre intelectuais e Estado.” (GONÇALVES, 2009, p. 218)

³⁰ *Idem.*

³¹ Os documentos consultados encontram-se no Arquivo Gustavo Capanema (GCg 1936-04-29 – rolo 42, ft. 814 a 1061) CPDOC/FGV. Em relatório datado de 7/5/1936, a Comissão estabelece uma classificação de gêneros /tipos de livros e as faixas etárias mais indicadas para cada um, considerando a “maturidade e os interesses correspondentes a cada idade”. Entre os tipos recomendados para crianças de oito anos em diante, encontram-se “narrativas de episódios de vida de crianças” e “narrativas patrióticas e cívicas”, em meio às quais pensamos ser possível situar as biografias de Vargas.

estas não apresentam um caráter didático evidente, aproximando-se mais do que se pode considerar “livros de leitura” que, utilizando a trajetória de vida de Vargas, inseriram-se no conjunto de “narrativas cívicas que cresceram com a República e que se destinavam a enaltecer o país, seu território e seu povo”³². O nacionalismo presente na literatura infanto-juvenil deste período consistia na produção de

[...] obras de cunho ufanista, que procuravam desenvolver nos pequenos leitores o sentimento de amor à Pátria, mediante a exaltação das riquezas naturais do Brasil e do conhecimento de sua história, através do exemplo edificante dos ‘filhos ilustres’ da terra. (FERNANDES, 2009, p. 50).

Nas obras em foco neste estudo, como será visto, o caráter nacionalista expressa-se, dentre outras formas, pela exaltação do território e das belezas naturais do país, bem como dos símbolos nacionais, como a bandeira brasileira. Estes elementos são explorados com a intenção de formar, no leitor, um sentimento de pertencimento que deveria ser partilhado por todos os brasileiros, reforçando a ideia de integração do povo e unidade da nação. A identificação de Vargas com a pátria é efetuada através do esforço de apontá-lo como um “filho ilustre” da terra brasileira, cuja trajetória de vida, segundo pretendem mostrar os textos, se confunde com a própria história do país, constituindo, assim, uma lição de patriotismo e parâmetro de conduta para a juventude. A maneira como os textos se encaminham deixa ver a intencionalidade de se estabelecer a vida de Vargas como um projeto bem sucedido, que deveria, por isso mesmo, servir de exemplo e ser assimilado e praticado por crianças e jovens.

1.3 **Fabricando a história: notas sobre escrita biográfica no Estado Novo**

“As vidas verdadeiramente grandes são lógicas e conseqüentes.”

(Gustavo Capanema, texto de apresentação da publicação
Perfil do Estudante Getúlio Vargas)

As palavras de Capanema revelam a atmosfera simbólica que envolve as produções sobre a vida de Getúlio Vargas em foco neste trabalho. Visando aprofundar a reflexão acerca das mesmas, faz-se necessário, inicialmente, destacar alguns aspectos referentes à escrita biográfica. Segundo Angela de Castro Gomes, o ato de escrever sobre a própria vida ou sobre

³² *Ibidem*, p. 125.

a vida dos outros, apesar de praticado há tempos, ganha contornos específicos no mundo moderno ocidental, *grosso modo*, a partir do século XVIII, com a emergência da figura do cidadão moderno, dotado de direitos civis e políticos - estes últimos, a partir do século XIX. O individualismo, que consagra as sociedades modernas através de uma espécie de “contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais” (GOMES, 2004, p.12), acaba por fixar uma lógica coletiva que não se sobrepõe ao indivíduo. A singularidade de sua identidade individual confere ao sujeito o título de “moderno”, afirmando seu lugar na sociedade, na medida em que o distingue dos demais, ao mesmo tempo em que o insere como parte constitutiva do todo social³³. Desta forma, a consagração do lugar do indivíduo na sociedade confere à vida individual uma importância que a torna “matéria digna de ser narrada como uma história. [...] É esse fundamento que está na base do que se considera a escrita biográfica e autobiográfica” (GOMES, *op. cit.*, p.12).

O *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico, verificado por Gomes na passagem do século XX para o século XXI, e o crescente interesse por este tipo de escrita, puderam ser observados, de modo particular, durante as décadas de 1930 e 1940, conforme constatado em estudo de Márcia Gonçalves. Ao longo destes anos, segundo esta autora, o gênero biografia figura entre um dos mais publicados pelas principais editoras do país, o que indica a boa aceitação do gênero pelo público leitor. Durante o Estado Novo, as publicações dedicadas aos chamados *estudos brasileiros* estiveram entre os principais produtos de diversas editoras, que apostaram no crescimento do mercado de livros num momento em que a formação de uma cultura letrada apresentava-se como um dos signos da modernidade, ao mesmo tempo em que houve forte investimento num discurso de fortalecimento da identidade nacional.

O que se convencionou chamar de *estudos brasileiros* nos remete a um amplo espectro de autores e obras que, por caminhos e temáticas bastante variados, vieram a eleger como objeto maior de suas reflexões tudo o que fosse pertinente à análise da cultura e da sociedade brasileiras. (GONÇALVES, 2009, p. 209).

Segundo a autora, constatou-se que os textos biográficos figuraram entre os mais lançados neste campo, durante este período. As inúmeras biografias e textos sobre a vida de “homens ilustres”, como políticos e escritores brasileiros, os chamados vultos nacionais, constituíram o que considerou uma “epidemia biográfica”, especialmente entre os anos de 1930 e 1940. O gênero, como mostra Gonçalves, esteve no bojo dos debates da crítica literária da época, sendo posto em questão o lugar do texto biográfico e seus usos. Enquanto alguns

³³ Sobre o tema, interessante ver texto de Norbert Elias (1994). Em sua abordagem, o autor faz uma crítica à ideia de oposição entre indivíduo e sociedade, afirmando a impossibilidade de existência de entidades como um “indivíduo extra-social” ou uma “sociedade extra-individual”.

autores eram adeptos de uma escrita biográfica dita romanceada, mais preocupada com uma estética literária, outros eram partidários da utilização histórica do gênero, que deveria priorizar a pesquisa documental como base para sua produção. Havia, ainda, segundo a autora, aqueles que partilhavam da ideia de uma escrita que possibilitasse a mescla destas concepções, o que seria considerado a base de uma biografia renovada. Não pretendemos aqui aprofundar-nos nos diferentes argumentos que embasaram estes debates. Contudo, a discussão aponta para um aspecto que nos interessa particularmente: a aproximação entre o gênero biográfico e a historiografia, a relação estabelecida, neste período, entre a narrativa biográfica e a narrativa historiográfica. Inseridas no campo dos *estudos brasileiros*, quer dizer, no campo de publicações voltadas para a formação de uma cultura letrada nacional, as biografias foram entendidas, entre outras concepções, como maneira de interpretar a história e o próprio país. Dessa forma, as chamadas biografias históricas são consideradas um campo fértil, na medida em que poderiam apresentar a vida de personagens da história, de “homens ilustres”, como meio para formação e fortalecimento do sentimento de patriotismo e da identidade nacional.

Mais do que em qualquer outro tipo de narrativa, o biográfico era, por excelência, espaço de figuração das ações dos homens no mundo e, como tal, propício à criação de modelos mais ou menos exemplares no que remetia à edificação, ou à possibilidade de crítica, das imagens da nação. (GONÇALVES, *op. cit.*, p.121).

A produção da coleção Biblioteca Pátria, da qual faz parte a biografia *Getúlio Vargas para crianças* e o fato de o mesmo autor de *Uma biografia para gente nova* ter publicado, pelo DIP, uma biografia do Duque de Caxias, também para os jovens, indicam que estas preocupações estiveram voltadas para o público infante-juvenil. O trecho a seguir, retirado de uma publicação de 1937, apresenta mais indícios a este respeito. Composto de breves biografias de nomes como José de Anchieta, Estácio de Sá, Anita Garibaldi e Bento Gonçalves, o livro deixa clara, em seu texto de apresentação, a intenção de fornecer aos jovens este tipo de leitura:

Reunindo nesta obra os vultos mais representativos do patriotismo, do pensamento e da ação na História do Brasil, pensamos prestar algum serviço à nossa infância e à nossa juventude. Construtores que foram da nossa Pátria, que tanto dignificaram pelos seus trabalhos e pelas suas virtudes, esses varões ilustres valem como padrões dignos de serem imitados. [...] Não basta, sem dúvida, o ensino abstrato e educação moral e cívica para formar o cidadão: mais do que isso, impressiona e educa a narrativa da vida e da obra daqueles que se sacrificaram pelo bem da Pátria. (VASCONCELLOS, 1937, p. 6).

Seguindo esta mesma perspectiva, a obra *Uma biografia para gente nova* se inicia com um aconselhamento do autor, para que os jovens atentassem para a importância da leitura de narrativas biográficas como possibilidade de estudo da história e, em particular, para a biografia de Vargas como exemplo de “existência”:

Jovens brasileiros – quando quiserdes avaliar do valor e da eminência de um vulto da história, deveis procurar conhecer dos fatos a que foram ligados sua vida e seus trabalhos. Por esses fatos, verificareis qual o temperamento, como se afirmou o caráter e quanto pôs a inteligência a serviço das necessidades do seu tempo e das grandes causas humanas. Ao acompanhardes uma existência assim, pelos acontecimentos em que avultou, chegareis facilmente à conclusão da importância que teve e do bem que semeou em obras e ações. Vamos apreciar aqui uma dessas existências. [...] Essa figura é Getúlio Vargas, chefe da Nação Brasileira. (p. 5)

Considerando, então, que o gênero biografia fora concebido, naquele momento, como instrumento de conhecimento histórico, é possível concluir que um dos objetivos das produções em foco neste estudo foi afirmar a figura de Vargas como um herói nacional, um “vulto da história”, como se referem os próprios textos. Em geral, estes termos são utilizados *post-mortem*, como uma espécie de homenagem a personalidades consideradas importantes na história das sociedades. O fato de Getúlio Vargas, naquele momento, encontrar-se vivo, sugere, acerca das biografias aqui analisadas, o estabelecimento de um elo maior de aproximação entre a figura do presidente e o público leitor, como se não houvesse sido necessário o distanciamento da história para o presidente ser colocado no lugar de herói. Segundo Cleber Vieira, referindo-se a biografias de Vargas produzidas pelos órgãos oficiais de propaganda entre 1930 e 1945³⁴,

Nos relatos biográficos de Vargas, a identificação da imagem do presidente com a imagem da nação foi levada à exaustão. Ou seja, a própria imagem corpórea do presidente foi transformada em símbolo nacional. A comunidade política imaginada contava, então, com o rosto, o nome e o sobrenome de Getúlio Vargas. (VIEIRA, 2008, p. 160).

Como visto, a escrita biográfica no período do Estado Novo foi compreendida, entre outras concepções, como uma das vertentes da escrita historiográfica. No caso particular das obras aqui analisadas, foi possível perceber que, de modo particular, o texto biográfico serviu como base para o enaltecimento da imagem do presidente diante do público leitor. Quanto a isso, vale lembrar que não nos interessa, nesta ocasião, questionar a verossimilhança das narrativas, mas, sim, refletir sobre a forma como estas foram construídas e os efeitos que pretenderam produzir. Retomando, mais uma vez, as palavras de Capanema citadas inicialmente e, analisando o conteúdo das produções, fica claro que a trajetória de vida de Vargas, tal qual abordada nas publicações, é delineada a partir da seleção de determinados acontecimentos significativos, do ponto de vista de quem as produziu, visando a conformação de uma história composta de fatos coerentes e orientados. Esta concepção, observada com frequência acerca do gênero biográfico, de certo modo, desconsidera a real fragmentação e descontinuidade das experiências do indivíduo, na medida em que pressupõe uma ilusória ideia de linearidade e coerência dos fatos ao longo da vida. Segundo adverte Pierre Bourdieu,

³⁴ Entre outras fontes, o autor utiliza, em seu estudo, as publicações *História de um menino de São Borja, Uma biografia para gente nova* e *Getúlio Vargas para crianças*.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica... (BOURDIEU, 2005, p. 185).

Considerando os apontamentos do autor, que trazem um importante sinal de alerta para os estudos de viés biográfico, já que os mesmos podem tender a construir esse tipo de representação “ilusória”, cremos, contudo, que as biografias de Vargas foram produzidas justamente com a intencionalidade de situar sua trajetória de vida como um projeto bem sucedido. A noção de projeto na escrita biográfica, como também aponta Bourdieu, estaria implícita na utilização de expressões como “‘já’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’, etc” (p. 184) e, em nosso caso particular, ancora-se numa ideia de predestinação, bastante explorada pelas narrativas.

As biografias “oficiais” de Vargas produzidas na época, evidentemente, de uma forma ou de outra, estiveram comprometidas com a celebração de sua figura. Algumas delas, como as aqui analisadas, revestiram-se claramente de um caráter hagiográfico, ou seja, de uma tentativa de aproximar “o relato da trajetória de Getúlio do antigo modelo cristão de contar a vida dos santos” (ARAUJO, 1986, p. 109). Em análise do modelo hagiográfico no estudo da História, Michel de Certeau afirma: “A hagiografia é, a rigor, um discurso de virtudes” (CERTEAU, 1982, p. 272). Segundo o autor, na escrita hagiográfica, a construção da imagem do herói/santo como exemplar, efetua-se a partir de elementos semânticos que, para indicar/justificar a “heroicidade de suas virtudes”, frequentemente lhe conferem uma origem nobre. “Do santo adulto remonta-se à infância na qual já se reconhece a efigie póstuma. O santo é aquele que não perde nada do que recebeu”³⁵.

Nessa perspectiva, a exaltação de supostas virtudes de Vargas, especialmente no período da infância e da juventude, deixa ver a intenção de apontá-las como sinais que justificariam as posições que viria ocupar no futuro. A seleção de determinados fatos e a forma como estes são explorados nas biografias configuram estratégia para reforçar a imagem de herói em referência a Getúlio, na medida em que agregam a este a carga simbólica do que seria uma predestinação para ocupar aquele lugar no cenário social.

Pode o homem ser descontínuo, num mundo também descontínuo: em meio às mutações de cenários, às flutuações de idéias e aos acidentes da própria evolução individual, ele obedecerá a uma secreta ou invisível linha de constância. Esta linha parte da criança, acusa-se na juventude e prolonga-se através da existência, a despeito das curvas imprevistas do itinerário social. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 10).

Apesar de considerar os desvios e descontinuidades na “evolução individual”, Carrazoni aponta para o ufanismo característico de boa parte da produção biográfica do

³⁵ Idem.

período do Estado Novo, especialmente das publicações destinadas a contar sobre a vida de Getúlio Vargas. A “linha de constância” a qual se refere nada mais é que uma indicação da ideia de que, desde a infância, as atitudes e experiências de Vargas estariam concorrendo para o que seria um futuro pré-determinado. Referindo-se ao período de sua atuação como advogado em São Borja, Alfredo Barroso, em *Getúlio Vargas para crianças*, aponta para a mesma questão:

No interior do Estado, advogando, Getulio Vargas estuda sempre e cada vez mais a mentalidade de seu povo, suas aspirações e necessidades. Sabe que, quanto melhor conhecer o povo, mais fácil lhe será a tarefa de, no futuro, saber governá-lo. (p. 22)

A narrativa se constrói de forma a situar no imaginário do leitor as experiências do jovem Vargas como uma espécie de preparação - quase que consciente! - para sua vivência futura. Nesse sentido, seria possível a legitimação da figura de Vargas como tutor da nação, na medida em que estaria “predestinado” a assumir aquele lugar. Sua trajetória de vida, do modo como é narrada pelas biografias aqui analisadas, é situada como um projeto linear, singular e, por isso mesmo, exemplar.

2 A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL: INSTITUIÇÕES E ESPAÇOS EDUCATIVOS

“Educar essas crianças é reforçar os elementos que constituirão o Brasil do Futuro.”

(Getúlio Vargas para crianças, p. 62)

O projeto político e educacional posto em prática durante o Estado Novo foi marcado pela preocupação em fornecer à população, sobretudo à população infanto-juvenil, uma educação, por meios formais e não formais, fortemente centrada na constituição da nacionalidade, visando transmitir à nova geração uma determinada ideia de pátria e nela desenvolver um sentimento de pertencimento e comprometimento com a nação. Desta forma, foram conferidos papéis fundamentais à família, à escola e a outras instituições educativas, na tarefa de conduzir a educação de crianças e jovens. Situada nesta mesma direção, a produção das biografias de Vargas pode ser considerada como importante estratégia para a formação de cidadãos adaptados à nova realidade do país, anunciada pelo governo do Estado Novo.

2.1 O “cabedal dos bons exemplos”: a família como instituição educativa

“Para crescer, assim, entre elementos organizados de vida operosa, é evidente que Getúlio Vargas recebia os influxos da educação de um lar onde se acumulavam os bens do trabalho e o cabedal dos bons exemplos.”

(Uma biografia para gente nova , p. 11)

Considerando a política intervencionista do Estado Novo e que, neste momento, a educação foi pensada a partir de uma concepção alargada, como amplo processo de formação do novo cidadão, certamente, neste contexto, a família é considerada detentora de uma determinada função educativa, sendo responsável pela transmissão/reprodução de valores e padrões de conduta socialmente valorizados. A concepção hegemônica acerca da estruturação familiar, neste contexto, valoriza uma constituição dita tradicional, de família nuclear,

formada pelo pai, provedor e chefe da família, pela mãe, a dona-de-casa responsável pela organização do lar, e pelos filhos. As biografias em análise neste estudo fornecem indícios a este respeito, apontando a organização da família Vargas como exemplo do que seria considerada uma família “bem estruturada”, e conferindo a esta a responsabilidade pela formação moral do jovem.

Essa formação do ambiente familiar transmitiu a Getúlio Vargas o desinteresse pelo fausto e ostentações e lhe acentuou o gosto das coisas simples e da disciplina. Daí proveio-lhe também o desapego pelo dinheiro e pelas ganâncias de qualquer espécie. (*Uma biografia para gente nova*, p. 13).

A desestabilização da instituição familiar, entendida como qualquer estruturação que diferisse ou estivesse contra o modelo de família nuclear, tradicional, repercutiria em toda a sociedade. Assim, preservar a “estabilidade” da família significava garantir a paz e a harmonia social. Deste modo, cada um deveria concorrer para esse fim, assumindo, no núcleo familiar, seu papel, já socialmente definido. Interessante notar a preocupação das biografias em caracterizar, de forma contundente, as personalidades do pai e da mãe de Vargas, estabelecendo claramente de que forma deveriam desempenhar suas funções para a conformação de um lar sadio, especialmente no aspecto moral.

A Família Vargas era produtiva e fortemente unida. Ao lado do varão que a chefiava, existia uma delicada presença de mulher, desse tipo feminino de cujas virtudes se compõe a agiografia [sic] dos lares brasileiros. A providência das coisas domésticas descia de suas mãos, e a atividade do bem nascia no alto do seu coração. (*Uma biografia para gente nova*, p. 12).

André Carrazzoni, em *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, refere-se ao ambiente familiar do jovem Vargas como “a casa paterna, entregue aos cuidados vigilantes de dona Cândida Dornelles Vargas” (p. 15). Os textos deixam claros os papéis destinados ao homem e à mulher no espaço do lar. A ele, caberia a chefia e a responsabilidade pelo provimento da família. A ela, a supervisão e organização do espaço da casa, além da educação e cuidado dos filhos e marido. O exercício eficiente destas funções, por parte dos pais, forneceria aos mais jovens o “cabedal dos bons exemplos”, como se referiu Avelino, a partir do qual estes seriam levados a agir, no futuro, da mesma maneira. Desta forma, vivenciar a experiência de um lar estruturado a partir destes parâmetros seria aspecto fundamental na tentativa de garantir, através dos jovens, a manutenção deste modelo de família. Fica clara a política do Estado de legitimação de um modelo único de família. Ainda que, empiricamente, a diversidade de arranjos familiares se apresentasse – no passado, assim como no presente - como uma realidade, a força do modelo ideológico faz-se evidente.

A organização da estrutura familiar de Vargas, tal qual apresentada pelas publicações, é apontada como um dos fatores responsáveis pela formação da moralidade e virtuosidade, segundo os textos, características da personalidade do jovem. Neste contexto, o casamento aparece como instância indispensável à conformação de uma estrutura familiar socialmente valorizada e legitimada.

Esse homem [General Vargas] de temperamento decidido e de inabalável coragem patriótica estabelecera-se com uma estância pastoril em São Borja. Casara-se com Dona Candida Dornelles Vargas – e desse casamento nasceu, a 19 de abril de 1883, o herói desta história. (*História de um menino de São Borja*, p. 10).

Cinco filhos teve o casal, todos eles dotados de fortaleza física e de inteireza de espírito. Getúlio Vargas nasceu, assim, numa terra de gente destemida e forte, de uma família de almas afeitas ao trabalho e à bondade. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 8).

A união de seus pais, através do casamento, teria possibilitado ao jovem Vargas crescer num ambiente sadio, responsável, em grande medida, pela formação de sua personalidade excepcional. As biografias, ao abordarem a ocasião do casamento do próprio Getúlio, têm a intencionalidade de mostrar que, seguindo o exemplo dos pais, ele também teria se tornado chefe de uma família “bem estruturada”:

Em 1911, casou-se com uma moça sua conterrânea, Dona Darcy Sarmanho. Dona Darcy é uma criatura muito bondosa e caritativa, que protege os pobres e os desamparados. É bem uma representante da mulher brasileira, mãe exemplar, esposa virtuosa e alma humanitária. Desse casamento feliz nasceram cinco filhos. (*História de um menino de São Borja*, p. 38).

Em 1911 o advogado de São Borja casa-se com Dona Darcy Sarmanho, neta do famoso General Lima, chefe militar de campanhas ilustres. Dona Darcy, figura representativa da mulher brasileira, modelo de virtude e de coração, seria a companheira ideal de Getúlio Vargas durante toda a sua ascensão política. Do matrimônio feliz nasceriam cinco filhos. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 24).

Os trechos trazem algumas representações significativas. Reforçam a imagem da mulher como virtuosa, mãe, companheira e dona-de-casa exemplar, atribuindo estas qualificações à “mulher brasileira” e, conseqüentemente, sugerindo uma situação de marginalidade àquelas que não estivessem enquadradas nestes moldes. É delineada uma imagem do feminino como sentimental. Este mito da “rainha do lar” confere à mulher, o papel de auxiliar do homem, o chefe da família. Este lugar, longe de ser desmerecido, ao contrário, deve ser visto como um privilégio, como um papel “glorioso”. Desenvolve-se, assim, uma retórica que enfatiza a “missão” feminina, a responsabilidade da mulher pela moralidade e estabilidade do ambiente familiar³⁶. O que está implícito é o cumprimento de papéis sociais, compartilhados pelo regime estadonovista, como requisito para o próprio exercício da cidadania e sinal de comprometimento com a nação. Interessante, também, a propaganda política efetuada no delineamento da figura da primeira-dama como “bondosa e caritativa”,

³⁶ Cf. NAHES (2007).

“companheira ideal de Getúlio Vargas durante toda a sua ascensão política”, já que Darcy Vargas teve participação expressiva, principalmente a partir de 1930, na criação e organização de ações e entidades assistenciais, em muito associadas à própria política social do governo³⁷. Por fim, a referência ao casamento de Vargas como “feliz”, ratifica a imagem positiva de uma instituição valorizada e legitimada socialmente, através da qual, com o nascimento dos filhos, os hábitos familiares seriam transmitidos e praticados pelas gerações futuras.

As biografias, assim, traduzem o reconhecimento da instituição familiar como importante instância educativa. Além das representações produzidas em torno do que se considerava o modelo de família brasileira, a partir das experiências vivenciadas por Vargas, outros elementos das narrativas ajudam a compor este conjunto discursivo. Segundo texto introdutório da publicação *História de um menino de São Borja*, a referida história é contada por uma tia aos seus sobrinhos, numa “atmosfera de bom-humor e emoção”, “na sala de visitas, em torno de uma mesa redonda”. Ao longo da narrativa, as crianças interagem com a tia, fazendo perguntas e expondo opiniões e sensações. O momento da contação da história, ansiosamente aguardado pelas crianças, é, assim, caracterizado como um hábito sadio, através do qual, no ambiente familiar, estariam sendo transmitidos ensinamentos e valores aos jovens.

À noite, após o jantar na larga varanda dos longos serões familiares, o veterano da cruenta guerra do Paraguai narrava eloquentemente ao filho, que contava sete ou oito anos, as renhidas pelejas, as sangrentas batalhas da memorável campanha. Outros meninos adormeciam acalentados pela poesia dos contos de fadas, príncipes e princesas; Getúlio habituara-se a adormecer entre visões e estrépitos de guerra. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 14).

Como deixa ver o trecho acima, este saudável hábito seria cultivado no seio da família de Vargas, durante sua infância, e, de acordo com o texto, teria influenciado fortemente a formação do jovem que, ouvindo histórias de batalhas, contadas pelo pai, teria nutrido a vontade de ser soldado, como ele. Este modelo ideológico de família, assim, é apresentado como ideal, de modo que, adequar-se a ele, seria uma forma de educar as futuras gerações e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade do ambiente familiar e da própria nação.

Segundo texto da Constituição de 1937, a família “constituída pelo casamento indissolúvel” estaria sob a “proteção especial do Estado”, e às famílias numerosas seriam atribuídas “compensações nas proporções de seus encargos”. Percebe-se, assim, que, desde a instituição do regime, o governo do Estado Novo preocupa-se com a disseminação de uma ideia de família caracterizada por estes dois aspectos fundamentais: o casamento e a prole.

³⁷ Cf. Gonçalo Junior. Trabalhadoras do Brasil. Disponível em: <
<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=3616&bd=1&pg=1&lg=>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

Note-se que ambos são destacados pelas biografias como característicos da constituição familiar da infância de Vargas, e da família que viria formar no futuro.

Nesse sentido, em 19 de abril de 1941, data do aniversário de Vargas, é promulgado o decreto-lei nº 3.200, que “dispõe sobre a organização e proteção da família”. Segundo Scwartzman, Bomeny e Costa (2000), o decreto é resultado de um projeto de “Estatuto da Família”, de 1939, oriundo do ministério Capanema, mas que não chegou a ser promulgado. Dispunha sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabelecia gratuidade do casamento civil para “pessoas reconhecidamente pobres” e incentivos financeiros ao casamento e à procriação, além de regulamentar o reconhecimento de filhos naturais, pensões alimentícias e abonos familiares. De acordo com o decreto, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, assim como as Caixas Econômicas Federais, ficariam autorizados a conceder a seus associados ou trabalhadores de qualquer categoria empréstimos para casamento. Para cada filho nascido do casal, haveria uma dedução correspondente a dez por cento da importância inicialmente devida. Para famílias com mais de um filho, seriam concedidas reduções em taxas de matrículas, de exames ou quaisquer impostos relativos à vida escolar discente, em estabelecimentos de educação secundária, normal e profissional, “oficiais ou fiscalizados”. Ainda, segundo o decreto, em caso de candidatos ao provimento de cargo no serviço público ou para efeito de promoção, teria preferência, em igualdade de condições, o candidato/funcionário casado ou viúvo com maior número de filhos, seguido de candidato/funcionário casado e, depois, o solteiro com filhos reconhecidos. O capítulo XII dispunha sobre os abonos familiares, estabelecendo o benefício de “vinte mil réis por filho”, mensalmente, a todo funcionário público que recebesse, por mês, menos de “um conto de réis de vencimento”.

Este breve apanhado do disposto pelo decreto permite perceber que sua principal intenção foi estimular ao máximo o casamento e incentivar a prole numerosa. É possível notar a articulação promovida pelo governo entre o discurso de valorização de uma determinada concepção de família, caracterizada essencialmente pelo casamento e pela prole, e algumas medidas efetivas de proteção social encaminhadas nesse sentido. Buscava-se, deste modo, combinar duas ideias indissociáveis: “a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 127). Naquele momento, promover o crescimento demográfico apresentava-se como uma necessidade e um desafio, a fim de se garantir a ocupação do território e formação de mão-de-obra frente ao projeto nacionalista do Estado Novo e aos processos de industrialização e urbanização crescentes. Ao mesmo tempo, a estruturação das famílias a

partir de parâmetros prescritos pelo Estado possibilitaria a este um maior campo de ação para governo das mesmas³⁸. Fica claro que um dos sentidos das políticas sociais voltadas para as famílias é o de reforçar este modelo de família nuclear, no qual os papéis sociais dos sujeitos já estariam bem definidos. Nesse sentido, o caráter educativo da instituição familiar repousa na produção/reprodução de valores e condutas imprescindíveis às relações sociais, estabelecendo-se, assim, o ambiente familiar como responsável pela formação primeira do indivíduo no trânsito das relações público-privado.

Segundo Ana Magaldi (2001), diferentes atores produziram discursos que pretenderam transmitir “lições” às famílias, configurando uma “rede de projetos pedagógicos destinados à família no Brasil, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX” (p. 215). Reconhecendo, nas políticas voltadas para as famílias, o “primado do educacional”³⁹, tais projetos constituíram-se pedagógicos na medida em que, apesar de tensões e afastamentos, apresentaram-se como iniciativas de instrumentalização das famílias para o cumprimento de sua função educativa.

Como indica a abordagem de Ana Magaldi, num momento em que a educação é concebida como principal via para a afirmação de uma realidade social marcada pelo signo da modernidade, certamente os profissionais da área chamariam para si a responsabilidade por organizá-la e promovê-la. Deste modo, a educação formal, em muito representada pela instituição escolar, sob a ótica dos chamados especialistas em educação, passaria a ter um papel primordial na formação de crianças e jovens, e seria delegada à família uma função complementar, que deveria acompanhar as premissas estabelecidas por aqueles profissionais. Partilhamos aqui da ideia de que, neste momento, estabelece-se uma relação diferenciada acerca dos papéis da escola e da família frente à tarefa educativa. O fato de a escola ter sido situada, pelos especialistas em educação, num lugar hierarquicamente superior, não teria significado uma proposta de substituição ou oposição entre uma e outra instituição.

Ainda segundo a autora, a Igreja Católica, historicamente atuante em relação às questões sociais, da mesma forma, dirigiu discursos às famílias, tencionando difundir preceitos defendidos pela instituição. Elementos da Igreja, responsáveis por elaborar e divulgar instrumentos de orientação católica, defendiam a sobreposição da autoridade familiar

³⁸ Segundo dados do Censo Demográfico de 1940, entre 1920 e 1940 a população total do país teria aumentado de aproximadamente 30 milhões de habitantes para mais de 41 milhões. A quantidade de habitantes declarados casados teria aumentado, também neste período, em torno de 4% - de 25,73% da população total, em 1920, para 29,67% da população total, em 1940. Informações: Censo Demográfico de 1940 – População e Habitação. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

³⁹ Segundo Jacques Donzelot (1980), a constituição da família moderna e as intervenções externas a ela dirigidas, estariam centradas no “primado do educacional”, referindo-se à preocupação, presente nas ações voltadas para as famílias, com a dimensão educativa do ambiente familiar.

em relação à escola, devendo esta última continuar a primeira formação – a da família -, prolongar a “obra educadora” do lar. Neste sentido, as famílias deveriam ser “ensinadas a bem educar”, e caberia à Igreja transmitir-lhes estes ensinamentos.

Estes apontamentos possibilitam perceber que, de uma forma ou de outra, estes projetos, ainda que não uníssonos⁴⁰, reconhecem e consideram a importância da instituição familiar em sua função educativa, na medida em que “a família constitui um plexus de relações de dependência indissociavelmente privadas e públicas” (DONZELOT, 1980, p. 49).

De acordo com Christopher Lasch,

Como principal agente da socialização, a família reproduz padrões culturais no indivíduo. Não só confere normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter. [...] A família inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos. [...] A socialização faz com que o indivíduo queira fazer o que deve fazer e a família é o agente ao qual a sociedade confia essa tarefa complexa e delicada. (LASCH, 1991, p. 25).

A abordagem de Lasch, ainda que tenha como foco a constituição da família moderna na sociedade norte-americana, contribui para nossas reflexões na medida em que ajuda a pensar o lugar da instituição familiar, ao mesmo tempo, como “agente da socialização” e “reduto” da vida privada. Imbuídas desta tarefa de socialização dos sujeitos, especialmente de crianças e jovens, as famílias constituíram-se alvo de boa parte da série de medidas implementadas pela política social do governo Vargas.

Bem como a família, outras instituições tiveram a incumbência de formar hábitos e difundir determinados valores entre o público infanto-juvenil. A mensagem introdutória da publicação *Getúlio Vargas para crianças*, assinada pelo próprio presidente e dirigida às crianças, fornece também indícios sobre esta questão (figura 6)⁴¹. O texto afirma que o “culto da Pátria”, responsável pela condução do Brasil “aos mais altos destinos entre as Nações”, deveria ser, por elas, aprendido “no lar e nas escolas”. O que fica claro é que, apresentando campos de atuação diferenciados, ambas as instituições deveriam atuar no sentido de educar os jovens e prepará-los para servir ao “engrandecimento” do país.

⁴⁰ Em sua abordagem, Ana Magaldi indica a necessidade de se considerarem nuances diversas em ambos os casos, apontando para a heterogeneidade de posições observadas no interior, tanto do movimento renovador inspirado nas ideias da chamada Escola Nova, quanto do pensamento dos intelectuais adeptos do movimento de renovação católica, observado nas primeiras décadas do século XX.

⁴¹ A assinatura de “próprio punho” de Vargas pode ser interpretada como uma estratégia de aproximação entre o leitor da publicação e a figura do presidente.

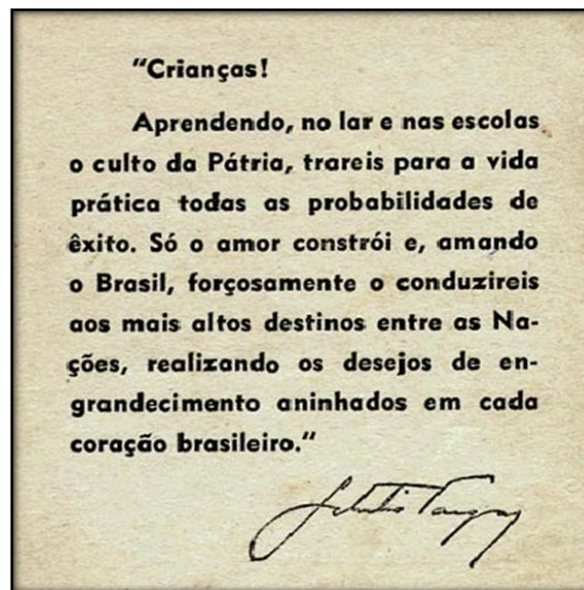


Figura 6- Mensagem introdutória de *Getúlio Vargas para crianças*

2.2 Formando o Brasil de amanhã

“O Brasil de amanhã, compreendeu o presidente, repousa na mentalidade das crianças de hoje.”

(*Getúlio Vargas para crianças*, p. 62)

Pensada como processo de formação integral do indivíduo, a educação foi um dos pilares do projeto político realizado no Estado Novo. Neste momento, entendida como política civilizatória, ela é apontada como o instrumento capaz de promover uma profunda transformação nos brasileiros, a partir de valores como o culto à nacionalidade, à moral, à família e ao trabalho, visando à formação do “homem novo”, do cidadão ideal. “Só pela educação se poderia construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo” (GOMES, 2003 a, p. 449). Neste contexto, a organização/estruturação da educação ministrada pelas instituições escolares, foi área estratégica de atuação do Estado, como via para formação de crianças e jovens, considerados os futuros responsáveis pela condução do país no caminho do desenvolvimento e do progresso, o qual, segundo propagandeava o governo, teria sido iniciado pelo Estado Novo.

As produções em foco neste estudo utilizam a experiência da vida estudantil do jovem Vargas como forma de valorizar a educação e as instituições responsáveis por promovê-la, como a escola e a universidade. Particularmente interessante é o caso de *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. A publicação dá enfoque, como já anuncia seu título, ao período que compreende a experiência de Vargas como estudante. A própria iniciativa de produção de um livro que se destina especificamente a esta temática, já indica o lugar de destaque conferido a estas instituições. Como afirma Gustavo Capanema, no texto de apresentação da obra, é “cheia de significação” a ideia de

[...] trazer à meditação dos estudantes de hoje a figura do admirável jovem que estava destinado a assumir tão decisivas responsabilidades perante o seu povo e o seu tempo. A extraordinária carreira do presidente Getúlio Vargas não é obra do acaso. O homem de estado de hoje não podia deixar de ter sido aquele bravo estudante de ontem. (p. 5; 6)

As palavras de Capanema também sinalizam para o relevo conferido às instituições escolares como ambientes privilegiados para a formação do caráter e da personalidade dos jovens. Legitimado pelo próprio ministro da Educação, o discurso transmitido pela publicação tem a intenção de mostrar ao leitor que a carreira vitoriosa de Getúlio Vargas, como é considerada pelas biografias, deu-se, em grande medida, em virtude de sua bem-sucedida experiência como estudante. Nesta, como nas demais obras, o jovem Vargas é apontado como estudante modelar, dedicado e comprometido, da escola à faculdade. A exemplaridade da conduta do jovem expressa-se por sua inclinação para os estudos. A isto, agrega-se, ainda, a inteligência e sagacidade, segundo os textos, características de sua personalidade, apresentada como excepcional. Segundo contam as biografias, Vargas apresentaria extrema dedicação aos estudos, desde sua entrada no ensino primário até o fim da faculdade de Direito. Falar em “feitiçaria dos algarismos” (*História de um Menino de São Borja*, p. 17), por exemplo, mais do que apontar para uma habilidade com os estudos matemáticos, comumente considerados mais complexos que os de outras áreas, indica o domínio absoluto de tais estudos, quer dizer, algo que ultrapassa uma simples facilidade em lidar com este campo, o que poderia ser característico de um outro aluno. Na faculdade, segundo mostram as obras, Vargas continuaria apresentando o mesmo comportamento cultivado desde a infância:

Estudioso e metódico, dotado de clara inteligência aquisitiva, que lhe permitia imediata assimilação intelectual, ainda quando se tratava de assuntos os mais áridos e complexos, Getúlio Vargas passou a ser sem demora um dos primeiros alunos da turma. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 29).

Esta passagem ilustra o tom desmesurado nos elogios ao jovem Vargas. O “feitiçoso dos algarismos” havia crescido, mas, em sua personalidade, permaneceriam os sinais da excepcionalidade, manifestados, segundo pretendem mostrar os textos, como um dom natural.

Tratando de um universo próximo da realidade dos jovens, a produção desta representação em torno da figura do estudante explora sua eficácia simbólica, na medida em que opera com argumentos capazes de atribuir-lhe sentido no imaginário do público leitor.

Getúlio era bom estudante: dedicação ao estudo, pertinácia no cumprimento dos deveres, respeito aos mestres, espírito de ordem e de disciplina. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 12).

O estudante exemplar, e exemplar sem esforço ou intenção preconcebida, é também um leitor apaixonado. Nas horas de lazer, lê tudo quanto as livrarias da Rua da Praia lhe podem oferecer à curiosidade insatisfeita. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 30).

Quando havia visita ao colégio, o Menino de São Borja era chamado ao quadro negro... A mão rápida enchia o quadro de algarismos. Havia um frêmito de emoção na sala! [...] A feitiçaria dos algarismos foi uma fonte de vitórias para o filho do General Vargas. Fincou pé nas contas simples e chegou às contas complicadas. Era um bicho na multiplicação; dividia com calma e simplicidade: acertava sempre. (*História de um menino de São Borja*, p. 17; 18).



Figura 7- Ilustração de *Getúlio Vargas para crianças*

Os trechos das publicações *Getúlio Vargas para crianças* e *História de um menino de São Borja*, vêm acompanhados de ilustrações que representam Getúlio Vargas realizando atividades na lousa, em sala de aula (figuras 7 e 8). Reforçado pelas ilustrações, o comportamento daquele bom estudante que, por suas virtudes, chegou ao posto de chefe da nação, deveria ser seguido pelo público leitor. A lição transmitida através de sua experiência, como contada pelas narrativas, deveria ser aprendida e apreendida, pelos jovens, como um modelo de conduta. Importante destacar que,

segundo tencionam mostrar os textos, a trajetória de Getúlio Vargas é considerada ímpar, pois seria ele um homem predestinado a ocupar aquele lugar, o que implicaria na impossibilidade de qualquer indivíduo igualar-se a sua pessoa, ainda que todos devessem mirar-se em seu exemplo e guiar-se por sua trajetória excepcional.

Além da prescrição de valores e hábitos, as biografias de Vargas encarregaram-se, também, da propaganda política acerca das realizações do governo na área da educação, ainda durante o Governo Provisório:



Figura 8- Ilustração de *História de um menino de São Borja*

Para dirigir o movimento de instrução do povo, em todos os lados do país, o Presidente criou o Ministério da Educação e Saúde. Compreendeu o Presidente que um Brasil de brasileiros doentes e ignorantes não podia caminhar para frente.

- Pois então, aqui temos um ministério para ensinar o ABC e combater o amarelão e as lombrigas. Não queremos brasileiros de barriga inchada e de cabeça vazia!... (*História de um menino de São Borja*, p. 60; 61).

Getúlio Vargas deu igualmente o melhor de sua atenção aos problemas da educação. As reformas do ensino foram concluídas com critério e aplicadas com segurança. Os diversos graus de ensino mereceram toda a espécie de estudos técnicos e, em breve, a máquina educacional do país funcionava, em todo o território nacional, com uma inalterável harmonia de princípios. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 62).

Este discurso de valorização da educação, presente nas narrativas, incluía a referência a medidas efetivas e concretas que lhe dessem respaldo. Assim, o período entre 1930 e 1945 foi marcado pela implantação de importantes medidas no campo educacional. Segundo Gomes (2003 a), apesar de as políticas educacionais voltadas para o ensino primário,

que se mantinha sob a responsabilidade dos estados, terem apresentado poucos avanços, “teria havido um razoável crescimento físico na rede do ensino secundário, profissional e universitário, até então praticamente inexistentes” (p. 452).

Vale lembrar que estes movimentos em favor da educação, podem ser verificados já em períodos anteriores ao governo Vargas, tendo os anos 1920 concentrado uma série de reformas educacionais, batizadas com nomes de educadores que as conceberam. Reforma Sampaio Dória (1920, São Paulo); Reforma Lourenço Filho (1922-1923, Ceará); Reforma Anísio Teixeira (1924, Bahia) e Reforma Fernando de Azevedo (1927-1930, Distrito Federal), são algumas delas. Representando a efervescência do campo educacional no período, estas reformas, ao mesmo tempo, apontavam para certa inorganicidade da política educacional brasileira, por terem se apresentado como iniciativas regionalizadas, esparsas, espalhadas pelos diferentes estados, não caracterizando uma proposta sistemática, unificada⁴². Importante lembrar que estes debates foram encaminhados, em grande medida, pelos educadores escolanovistas. Embora devam ser considerados matizes no movimento da Escola Nova brasileira, um dos pontos de consenso entre os educadores era a necessidade de organização de um sistema nacional de educação. As políticas implementadas pelo ministério Capanema, diferentemente do que se observou ao longo dos anos 1920, destacaram-se por seu caráter nacional, traduzindo o empenho do governo para organização de um sistema educacional para

⁴² Cf. BOMENY (1999).

todo o país⁴³. Segundo Libânia Xavier (2005): “Durante o Estado Novo a educação nacional foi submetida ao mais alto grau de centralização, sobretudo de caráter normativo”. O esforço de nacionalização do ensino, segundo a autora, foi promovido por meio da imposição de um conteúdo nacional, calcado em “ingredientes de civismo e patriotismo”, e pela ênfase em mecanismos de padronização, como as escolas-modelo secundárias, currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, livros didáticos padronizados, dentre outros.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, ou Reforma Capanema⁴⁴, foi uma das de maior destaque no âmbito de ações do Ministério da Educação, durante o Estado Novo. A Reforma Francisco Campos, de 1931, já havia estabelecido as bases para o ensino secundário. Num momento em que a educação da juventude apresentava-se como elemento fundamental para a constituição do futuro da nação, manifestavam-se posições diferenciadas com relação à definição do que e como ensinar aos jovens. A educação deveria ser humanista, propedêutica, ou focada numa formação mais técnica, profissionalizante? Conjugando ambas as concepções, o Estado Novo estabeleceu o ensino secundário, através da Reforma Capanema, como o ensino clássico, preparador das elites intelectuais, no qual seria privilegiada uma segura e ampla cultura geral. Em discurso na cerimônia de comemoração pelo centenário do Colégio Pedro II, Gustavo Capanema afirma:

Cabe ao Governo Federal, tendo em mira o serviço da Nação, definir o ensino secundário como ensino educativo, formador da personalidade física, moral e intelectual do adolescente. Cabe-lhe ainda, acentuar o caráter cultural do ensino secundário, de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país. (MARINHO; INNECO, s/d.).

Paralelamente, montou-se um sistema de ensino profissional, em muito representado pela elaboração da Lei Orgânica do Ensino Industrial⁴⁵, voltada para qualificação da mão-de-obra necessária ao crescente processo de industrialização. Segundo o artigo 3º do decreto-lei que estabelece sua organização, o ensino industrial deveria atender:

- 1- aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana,
- 2- aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra;
- 3- aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Diz o artigo 4º, de suas finalidades “especiais”:

⁴³ Importante salientar que os argumentos dos educadores escolanovistas, apesar de favoráveis à estruturação de um sistema nacional de educação, diferenciavam-se daqueles encaminhados pelo governo. O foco da política estatal residia na ideia de centralização e padronização. Já os renovadores, eram partidários da constituição de uma unidade, mas sem que esta significasse uma tentativa de uniformização, devendo ser consideradas as especificidades das instituições escolares e dos públicos atendidos por estas.

⁴⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942.

⁴⁵ BRASIL. Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942.

- 1- formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais;
- 2- dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não-diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade;
- 3- aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados;
- 4- divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Da mesma forma, a Lei Orgânica do Ensino Secundário deixa claras as finalidades deste ramo de ensino, conforme texto de seu artigo 1º:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Aliada à estruturação deste segmento de ensino, a prescrição de atividades e conteúdos programáticos a serem desenvolvidos no ambiente escolar configurou-se como mecanismo para a formação moral dos jovens, que deveria estar calcada em princípios como a nacionalidade e o patriotismo. Neste caso, destaca-se o papel fundamental conferido aos estudos de Geografia e História do Brasil, como disposto na Reforma Capanema:

Art. 24 [...] § 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com freqüência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

Os programas dessas disciplinas deveriam primar pelo estudo da formação do território e do povo brasileiro, despertando, nos alunos, interesse pelas questões nacionais. Segundo Luís Reznik (1992), em estudo acerca das concepções vigentes sobre o ensino de História no ensino secundário, no período de 1931 a 1945, o governo Vargas “é um momento importante – pioneiro, pela expansão ímpar desse nível de ensino - na institucionalização do discurso histórico-patriótico na escola – lócus fundamental para a ‘formação das almas’ infanto-juvenis” (p. 35). Para o autor, a demanda do Estado pela promoção de uma educação baseada em princípios patrióticos encontra no ensino de História, especialmente de História do Brasil, um campo fértil de ação:

Se a forma de expressão do patriotismo é o sentimento, este, por sua vez, não é concebido separado de um conhecimento racional e da verdade. Na medida em que a Pátria estava fundada no passado, seria fundamental para a formação de todos os patriotas o estudo da História do Brasil. (REZNIK, 1992, p. 107).⁴⁶

Como fica claro, o projeto estadonovista de organização do sistema educacional separa o ensino preparador da “elite” do ensino para qualificação profissional dos filhos da “classe

⁴⁶ Esta legitimidade conferida ao campo da História, no que se refere à formação patriótica dos brasileiros, em nosso caso, situa as produções biográficas de viés histórico, como discurso imbuído da “verdade”, apontando as narrativas sobre a trajetória de vida de Vargas e, conseqüentemente, sua exemplaridade, como um fato comprovado pela história.

trabalhadora”. O acesso ao curso secundário dar-se-ia através de exames de admissão, para ingresso, e de licença, para conclusão do curso, o que tornava mais custoso e difícil o ingresso no mesmo, tendo a procura por esse ramo de ensino se limitado, praticamente, às classes médias urbanas⁴⁷. Aliado a isto, o fato de o ensino secundário e o ensino industrial não serem equivalentes, torna ainda mais evidente esta separação. Ambos tinham mesmo grau, ou seja, destinavam-se aos estudantes advindos do ensino primário. Contudo, somente os alunos oriundos do curso secundário poderiam ter acesso ao ensino superior, o que acabou contribuindo para tornar este último um nível de ensino praticamente exclusivo das elites, ratificando estes segmentos como espaços destinados à formação da elite intelectual do país⁴⁸. Segundo Clarice Nunes, a criação destas redes diferenciadas de escolarização significou, para a sociedade brasileira, a manutenção de um *projeto repartido de educação*: “para o povo, uma educação destinada ao trabalho; para as elites, uma educação para usufruir da cultura e aprimorá-la no exercício da vida” (NUNES, 2001, p. 113).

A reestruturação do ensino superior, continuação da formação intelectual pensada para o ensino secundário, foi, também, alvo do ministério Capanema, podendo traduzir-se pelo grandioso projeto da Universidade do Brasil, organizada pela Lei nº 452 de 5 de julho de 1937. A Universidade do Brasil, definida, segundo o artigo primeiro da referida lei, como “uma comunidade de professores e alunos, consagrados ao estudo”, seria responsável por fixar os padrões do ensino superior em todo o país. Considerado, por alguns, como “megalomaniaco”, o projeto universitário foi cercado de uma série de críticas e impasses para sua viabilização, sendo questionada sua premência diante de elevadas taxas de analfabetismo e das “péssimas condições” em que se encontrava o ensino primário⁴⁹. Ainda assim, o projeto da Universidade do Brasil foi o mais ambicioso segmento do projeto ministerial de Capanema⁵⁰. Sua sede seria no Distrito Federal, sendo prevista a construção, em moldes grandiosos, de uma Cidade Universitária que deveria ser, ao mesmo tempo, “o núcleo da cultura brasileira e o marco mais visível da passagem de Gustavo Capanema pelo Ministério da Educação” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 225). A construção física da Cidade Universitária, no entanto, não chegaria a ser iniciada na gestão de Capanema.

⁴⁷ Cf. GOMES (2003 a).

⁴⁸ Cf. SILVA (2009).

⁴⁹ Avaliação detalhada deste projeto e do programa de reformas educacionais do ministério Capanema, em: Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000.

⁵⁰ Importante lembrar que outros projetos para o ensino superior foram encaminhados anteriormente, como o da Universidade de São Paulo (USP) e o da Universidade do Distrito Federal (UDF), cujo mentor principal foi Anísio Teixeira. Sobre este tema, ver: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

Ancorado no projeto de reconstrução do país através da popularização dos valores nacionais, o programa de reformas educacionais do ministério Capanema pode ser considerado bem-sucedido no que se refere à consolidação de concepções favoráveis à sistematização dos currículos dos diferentes ramos de ensino e definição de modelos e padrões válidos para todo o país, além de ter contribuído para fortalecer o papel do Ministério da Educação como órgão fiscalizador do sistema educacional. Com relação às representações transmitidas pelas biografias em torno desta questão, interessante perceber que, segundo as narrativas, Vargas segue o caminho previsto para as chamadas “elites intelectuais”, cursando o ensino secundário e formando-se na faculdade. Contar a história da vida estudantil do presidente, assim, se apresenta como elemento de identificação entre este e os jovens, servindo, sua conduta exemplar, como modelo de comportamento para este público.

2.3 Mobilizando a Juventude Brasileira

“- Eu sou pelo Estado Novo! – gritou Rosa-Maria.
- E eu também! – apoiou Chico-Chicote.”

(História de um menino de São Borja, p. 112)

Todas as ações pedagógicas que tivessem por público-alvo os jovens teriam que culminar na constituição da nacionalidade, devendo ser garantido um conteúdo nacional na educação transmitida pela escola ou por outras instituições formativas. Ícone da preocupação do Estado Novo com a promoção deste tipo de formação, a Juventude Brasileira é citada em uma das biografias:

Amando acima de tudo as crianças brasileiras, Getúlio Vargas cuidou de reunir todos os nossos jovens numa organização que se encontra em pleno desenvolvimento: a Juventude Brasileira. [...] A Juventude Brasileira está colocada sob a alta proteção do Chefe da Nação, e nele confia com a maior segurança, certa de que nunca deixará de receber dele a maior consideração e o maior apoio em todos os seus desejos e em todas as suas aspirações. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 98).

A corporação, instituída pelo decreto-lei nº 2.072 de 8 de março de 1940, estaria destinada a promover, dentro ou fora das escolas, “a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa bem cumprir os seus deveres para com a pátria”. O decreto de sua criação, dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física para a infância e a

juventude de todo o país, estabelecendo que esta deveria visar a formação de sua consciência patriótica, criando “no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação”.

Todos os estudantes, entre 7 e 18 anos de idade, matriculados em estabelecimentos de ensino, oficiais ou fiscalizados, deveriam, obrigatoriamente, estar inscritos na corporação. Ainda segundo texto do decreto, a educação ministrada pela Juventude Brasileira deveria ser complementar àquela oferecida pela escola e servir de prolongamento daquela promovida pela família. Diz o artigo 7º que “entre a Juventude Brasileira, a escola e a família, haverá continuado entendimento e estreitos vínculos de cooperação”, o que ratifica o lugar da família enquanto instância educativa fundamental para o projeto estadonovista, como discutido, anteriormente, neste trabalho.

Os estabelecimentos destinados à realização das atividades da Juventude Brasileira seriam os Centros Cívicos, sendo de incumbência dos poderes públicos criá-los, dentro ou fora dos ambientes escolares, bem como auxiliar a montagem ou a manutenção daqueles que fossem instituídos por entidades particulares. Em cada estabelecimento de ensino, oficial ou fiscalizado, deveria haver um Centro Cívico. O objetivo destes Centros seria reunir os jovens em torno de atividades de caráter cívico, de culto à pátria, com ênfase nas “grandes datas” e nos símbolos nacionais. Segundo o artigo 13 do decreto de sua instituição, “a Juventude Brasileira buscará atingir as suas finalidades especialmente por processos de educação ativa, realizando formaturas, solenidades, demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos”.

O calendário cívico do Estado Novo, que compreendia datas como o aniversário de Getúlio Vargas, a Semana da Pátria e o Dia da Bandeira, era comemorado com a organização de grandiosas cerimônias, que contavam com a participação e desfile de autoridades, trabalhadores, Forças Armadas e jovens escolares. Com a criação da Juventude Brasileira, estas cerimônias tornam-se espaços privilegiados de participação cívica dos jovens inscritos na corporação. Segundo Mauricio Parada, em estudo detalhado de algumas cerimônias que tinham os jovens escolares como seus principais atores, o Estado Novo aproveitou-se habilmente da oportunidade de mobilizar um grande número de indivíduos e grupos em torno destas festas, que “faziam a nação não somente imaginar a comunidade nacional, mas que funcionavam para muitos como uma verdadeira experiência sensorial e física de integração ao ‘corpo’ da nação” (PARADA, 2009, p. 70). Estariam previstas, ainda, nos Centros Cívicos, atividades de educação artística e religiosa, estas últimas, “de acordo com o desejo dos pais”.

A Reforma Capanema, de 1942, vincula a Juventude Brasileira ao sistema educacional, tornando obrigatória, dentro do período semanal dos trabalhos escolares, a execução de atividades da corporação. A habilitação, ou não, para que o aluno prestasse exames finais, estaria vinculada à frequência nestas atividades e comemorações⁵¹.

A criação de instituições como a Juventude Brasileira, atesta a preocupação com a tutela estatal sobre a infância e a juventude. Esta, aliada às demais iniciativas voltadas para este público, como as cerimônias cívicas, a organização do sistema educacional e a produção de materiais de cunho cívico-pedagógico, não deve ser pensada como estratégia isolada, mas, sim, como parte de ações coordenadas que compuseram todo um conjunto articulado de produção de significados.

Importante destacar que a Juventude Brasileira, nos moldes em que surgiu, foi resultado de uma disputa entre diferentes projetos institucionais dentro do governo⁵². O projeto inicial de criação de um movimento juvenil de nível nacional, com patrocínio governamental, teria sido gerado em 1938, pelo, então, ministro da Justiça, Francisco Campos. Ao longo da década de 1930, na Europa, se pôde verificar uma série destes movimentos, que

[...] traziam às ruas, em suas canções, bandeiras e marchas organizadas, uma ideia de dinamismo, fé e participação social que pareciam simbolizar a força e promessa dos regimes políticos que apoiaram e ajudaram a constituir. (SCWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 139).

O projeto de Francisco Campos, claramente inspirado nos modelos europeus, objetivava “formar uma organização paramilitar de mobilização”. A “Organização Nacional da Juventude”, segundo este projeto, deveria proporcionar, aos jovens, educação militar, tendo suas atividades “efeitos equivalentes aos da prestação do serviço militar exigida pelas leis em vigor”⁵³. Não tendo boa acolhida do ministério da Guerra, chefiado por Eurico Gaspar Dutra, nem do ministério da Educação, com Capanema, o projeto teria sido alvo de inúmeras críticas e propostas de reformulação, encaminhadas, principalmente, por estes dois ministérios.

Os pareceres de Dutra e Capanema ocasionaram o arquivamento do projeto de organização miliciana e paramilitar da juventude, preparado por Francisco Campos, mas, ao mesmo tempo, fortaleceram a ideia de se criar no Brasil um movimento que se encarregasse da educação física, moral e cívica da juventude, inculcando-lhe a disciplina e servindo como instrumento de mobilização da mesma em torno da ideologia do Estado Novo. (HORTA, 1994, p. 223).

⁵¹ Cf. SILVA (2009).

⁵² Este processo é detalhado em Horta (1994) e Schwartzman; Bomeny; Costa (2000).

⁵³ Cf. Schwartzman; Bomeny; Costa, *op.cit.*

A tendência do Ministério da Educação, favorável à criação de um movimento ligado à escola e ao sistema de ensino, prevaleceu. Contudo, o caráter militarizante da corporação, de certa forma, acabou sendo mantido, como deixa ver o decreto de 1940. Assim como nas mulheres deveria ser nutrida a “consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos”; seria papel da educação cívica formar, nos jovens do sexo masculino, “o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares.” O decreto instituiu o Ministério da Educação como administrador da corporação e os ministérios da Guerra e da Marinha como órgãos de cooperação, quanto à orientação das atividades relacionadas aos “assuntos militares”.

Tal qual o projeto da Universidade do Brasil, a Juventude Brasileira também foi alvo de críticas com relação ao seu concreto estabelecimento, uma vez que o decreto de sua criação “não havia estabelecido a forma de organização dos Centros Cívicos, nem esclarecido como os mesmos deveriam se coordenar com as atividades da escola”. A necessidade anterior de investimentos no ensino primário é, também, apontada como um problema frente à instituição da corporação, que deveria “gravitar em torno do sistema de educação primária nacional” (HORTA, *op. cit.*, p. 255). A isso, segundo Horta, somava-se, ainda, a carência de professores capacitados para orientar as diferentes atividades previstas para a corporação. Sem um programa de ação efetivamente estabelecido, a Juventude Brasileira teve sua legislação revogada em novembro de 1945, tendo suas atividades, em seus cinco anos de existência, ficado restritas, praticamente, a homenagens cívicas nos dias de “festa nacional”.

A iniciativa de sua criação, contudo, corresponde à demanda do Estado pela mobilização da juventude, naquele momento. O trecho com as falas dos personagens *Rosa-Maria* e *Chico-Chicote*, citado inicialmente, traduz esta intencionalidade. Pelas circunstâncias de sua instituição, o Estado Novo, para firmar-se, carecia de legitimidade. Uma juventude mobilizada em seu favor poderia constituir uma via para que suas diretrizes fossem disseminadas e alcançassem as famílias, e, além disso, viabilizaria a possibilidade de se vislumbrar longevidade para o regime.

2.4 No serviço militar, o compromisso com a nação

“O serviço militar põe os jovens nas fileiras do Exército, esse organismo que assegura a paz e a tranquilidade do Brasil.”

(*História de um menino de São Borja*, p. 22)

As disputas internas no processo de gestação da Juventude Brasileira, com a participação das Forças Armadas, sinalizam para o importante papel que estas tiveram no cenário político, naquele momento. As biografias de Getúlio Vargas exploram enfaticamente esta temática, utilizando sua experiência, como descrita nas publicações, como estratégia para valorização da imagem das Forças Armadas como um dos ícones da nacionalidade. De acordo com *Uma biografia para gente nova*,

A mocidade gaúcha tem uma grande inclinação pela farda. O soldado é, para eles, uma representação viva da bravura e do sacrifício, e essa representação avulta, tem aos olhos dos moços entusiastas um prestígio irresistível. Servir no Exército é, em geral, uma aspiração da juventude. É uma forma romântica do moço sentir-se um pouco herói e garante da defesa do seu país. É a atitude mais efusiva, espontânea e alviçareira de identificação com os símbolos nacionais, a bandeira, o povo, a tradição, a história e o ideal. (p. 14)

Segundo a abordagem das narrativas, Getúlio era, tal qual seu pai, um “bravo gaúcho”, herói em potencial, possuidor de um autêntico sentimento patriótico. Não poderia, então, deixar de ter almejado ocupar a posição de soldado:

Mal havia aprendido as primeiras letras, na escola do professor Fabriciano Júlio Braga, desvendou aos pais a sua ambição maior, que era abraçar a carreira das armas. Atraía-o a farda, menos pelas insígnias exteriores, do que pela vaga intuição dos graves compromissos que comportava a nobre profissão. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 14).

Ao filho do General não podiam, nessa época juvenil, ter surgido outras ideias. Uma carreira o fascinava: a das armas. Queria ser soldado, como o pai, e haveria de acabar general, como o pai. (*História de um menino de São Borja*, p. 15).

É possível perceber de que modo os textos procuram forjar traços de excepcionalidade que caracterizariam a personalidade de Getúlio, neste caso: se os outros rapazes aspirariam seguir a carreira militar por seu “prestígio irresistível” ou pelas “insígnias exteriores”, o jovem Vargas a desejaria, exclusivamente, pela nobreza da profissão, pelo compromisso que o soldado deveria assumir na defesa da pátria. Assim, com dezesseis anos, teria servido, durante um ano, no quartel do 6º Batalhão de Infantaria do Exército, em São Borja. Ao fim deste período, já promovido a 2º sargento, matricula-se na Escola Militar de Rio Pardo.

Cresceu e apareceu diante do comandante do 6º Batalhão de Infantaria do Exército. Aí serviu um ano – e por seu aproveitamento, por sua dedicação e por seu inalterável espírito de

disciplina, foi promovido a 2º Sargento. Com as quatro divisas no braço esquerdo, o sargento de dezessete anos matriculou-se, então, na Escola Militar de Rio Pardo. Era um antigo sonho que ele realizava com essa matrícula. (*História de um menino de São Borja*, p. 23).

Passados dois anos, em 1902, um grupo de alunos, entre eles Getúlio Vargas, foi expulso da instituição por conta de um incidente disciplinar, e o jovem termina aquele ano servindo no 25º Batalhão, em Porto Alegre. O desligamento da Escola Militar de Rio Pardo implicava a impossibilidade de formação dentro da carreira militar, significando “a morte do sonho que o embalava desde a infância” e servindo de “mortalha ao ideal do soldado que enchera de imagens confusamente gloriosas as noites do menino de oito anos” (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 14; 16). Por este motivo, o capítulo que trata deste episódio, nesta mesma publicação, intitula-se “Um ano crucial”.

Apresentar uma suposta inclinação para o serviço militar como um desejo cultivado por Vargas desde a infância, seria uma forma encontrada pelos autores das publicações de apontar para um forte sentimento cívico e patriótico do jovem. As experiências como soldado, então, teriam servido para tornar este senso de nacionalismo mais apurado, contribuindo, inclusive, para suas futuras atuações como político, como afirma Carrazzoni:

No contato com o meio militar, entre a fadiga das marchas e manobras, a exaltação das paradas e desfiles marciais, os imperativos da disciplina e da hierarquia, adquirira precioso cabedal de experiência, madrugara no conhecimento da realidade, aprendera a mais impressiva lição de psicologia, tocara a raiz de recônditos sentimentos. A função eminentemente nacional e nacionalizadora das classes armadas despertaram-lhe nítida consciência dos interesses permanentes do país: sabia, por isso mesmo, avaliar as dimensões espirituais do Brasil com um senso de unidade que escapava à percepção da maioria dos jovens de sua geração. [...] No rigor da vida militar, aprendera um senso de disciplina e hierarquia que são a base subterrânea da arte de comandar. (p. 22; 26)

Afirmando que não haveria bem equivalente à vida, o autor de *Uma biografia para gente nova* aponta a figura do soldado como aquele capaz de ofertá-la em sacrifício pela salvação do país, se este se encontrasse ameaçado. “É uma filosofia de todas as idades não dar apreço à vida quando se trata de defender a Pátria” (p. 16). Segundo a abordagem das publicações, Getúlio Vargas teria vivenciado esta experiência em ocasião da Questão do Acre⁵⁴, quando teria se apresentado, voluntariamente, mesmo doente, para acompanhar as tropas do batalhão ao qual servia, em Porto Alegre:

Quando o Batalhão recebeu ordem de marcha, estava até doente. Soube do movimento de tropas. Saltou da cama e foi apresentar-se ao comandante.
- Meu comandante, acabo de saber que o meu nome não foi incluído na lista dos soldados que devem seguir para Mato Grosso...
- Você não pode seguir, neste estado de saúde, - explicou o Comandante.

⁵⁴ Conflito diplomático envolvendo Brasil e Bolívia, entre os anos de 1899 e 1903, em disputa pelo território do Acre. Tropas brasileiras concentravam-se no Amazonas e em Mato Grosso. In: RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

- Pois estou aqui para lhe pedir licença para acompanhar o Batalhão. Quero prestar os meus serviços de soldado à Pátria, no momento em que ela necessita de todos os seus filhos! (*História de um menino de São Borja*, p. 31).

A questão do território do Acre, que sobreveio naqueles dias, fê-lo adiar sua despedida da vida áspera de quartel. [...] Getúlio abandonou o quarto do hospital e apresentou-se ao comando da sua unidade. Uma voz mais forte, que era a do dever para com a pátria, suplantava os argumentos dos comodistas e os rogos dos amigos. Partiu o ex-cadete de Rio Pardo, confundido com os soldados do destacamento expedicionário que ia guardar as longínquas fronteiras do Brasil contra possível ameaça de guerra. (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 21).

A experiência do próprio presidente – o “General que Venceu todas as Batalhas”, como intitula-se o capítulo final de *História de um menino de São Borja* – serve para afirmar a imagem das Forças Armadas e, em especial, do Exército, como instituição modelar no tocante à questão nacional, representante legítimo da integração e da unidade do país:

O Exército é um só. É ele quem defende as nossas fronteiras, quem garante a tranquilidade do país, quem vela pela segurança da Pátria. O Exército tem centenas de postos de serviço, centenas e centenas de batalhões, de regimentos, de destacamentos por todos os cantos do Brasil. Apesar de ser tão dividido e tão repartido pelo país inteiro, não há corpo mais unido. O Exército é um só – como o Brasil que ele defende. (*História de um menino de São Borja*, p. 22).

Unido e disciplinado, armado e coeso, o Exército Nacional é uma inalterável garantia de ordem e de tranquilidade para todo o país. [...] E o Exército nacional é, hoje, o Exército que o glorioso Duque gostaria de comandar, se vivo fosse, porque nessa classe ordeira e ativa se condensam todos os requisitos da ordem, disciplina e ação. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 102).

Este discurso, de certa forma, traduz o tipo de relação que se estabeleceu entre o regime de Vargas e as Forças Armadas, principalmente o Exército. A diminuição da força dos estados, provocada pelo Movimento de 1930, possibilitou uma participação mais expressiva do Exército no campo político, em nível nacional. A condução do movimento se deu, basicamente, por grupos formados por tenentes e por políticos civis, envolvendo diferentes projetos na disputa do jogo político naquele momento. No caso dos tenentes, a defesa de propostas de organização de um Estado centralizador, de orientação nacionalista, contribuiu para a obtenção de considerável espaço junto à política de Vargas.

Para um regime como o Estado Novo, que pretendia combater o federalismo exacerbado da Primeira República, a nacionalização das forças militares surgia como uma questão crucial. Segundo *História de um menino de São Borja*, no momento de instauração do regime de 1937, “o Exército, expressão e garantia da unidade brasileira, fez-se o intérprete do clamor do Brasil” (p. 71). Como deixa ver este trecho, o governo Vargas incentiva a transformação das Forças Armadas, particularmente o Exército, em ator político, afirmando sua imagem como elemento dinâmico do Estado e um dos pilares de sustentação do regime

ditatorial⁵⁵. Segundo Carvalho (2005), o período do Estado Novo é o auge do entendimento entre os interesses da corporação militar e de Vargas, a quem interessava

[...] a existência de uma força armada suficientemente forte para servir de contrapeso às remanescentes lideranças oligárquicas e às novas lideranças civis que despontavam, mas não tão forte que ameaçasse sua própria liderança. (p. 105)

No plano de reformas do regime, Vargas enfatiza a defesa do país e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas, tema que as biografias do presidente também não se furtaram de abordar:

Getúlio Vargas teve sempre como preocupação fundamental o revigoramento crescente de nossas forças armadas. Não poderia ter preocupação mais acertada: o Brasil repousa na força e na eficiência do seu Exército e da sua Marinha. Assim, prestigiando o rearmamento do Exército, o presidente Vargas não poupou esforços no sentido de elevar o nível material das nossas forças de terra, cuidando do intenso preparo de seus efetivos e adquirindo armas automáticas e armas modernas para suas unidades, no sentido de que o Exército Brasileiro disponha sempre de meios suficientes para as nossas necessidades atuais. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 56).

O Soldado do 25º lembrou ao Presidente que o Exército precisava de melhoramentos de todo gênero. E o Exército e a Marinha receberam meios de ação nova, perfeita e moderna. (*História de um menino de São Borja*, p. 61).

A participação militar na administração civil, a partir de 1930, e no projeto de desenvolvimento nacional do regime autoritário de Vargas, são aspectos também explorados pelas publicações aqui analisadas. Este elemento, aliado à experiência do próprio presidente no meio militar, como descrita nas narrativas, conformam um discurso de valorização das Forças Armadas enquanto instituição eminentemente nacional, cuja principal preocupação seria assegurar a paz e a tranquilidade da pátria. A intenção deste conjunto discursivo fica explícita em uma passagem de *História de um menino de São Borja*. Enquanto Tia Olga narra as experiências do jovem Vargas nos quartéis, Chico-Chicote, “empinando o peito”, interrompe a tia e diz: “- Eu quero entrar para o Exército!” (p. 22). Assim como o menino que, ao ouvir as histórias vividas pelo presidente, esboça o desejo de trilhar o mesmo caminho, os jovens leitores das publicações deveriam, também, ser tocados por aquelas palavras, nutrindo, assim, um fervoroso sentimento patriótico de compromisso para com a pátria, como aquele que teria sido cultivado pelo próprio chefe da nação, desde os tempos de sua mocidade.

⁵⁵ Em seu estudo sobre as Forças Armadas e o sistema político brasileiro durante o primeiro governo de Vargas, José Murilo de Carvalho (2005) afirma a necessidade de se considerar a fragilidade e fragmentação em que se encontravam naquele momento. Segundo o autor: “A consolidação do poder militar e a definição do conteúdo de sua ação política exigiria ainda um longo esforço e o choque entre correntes antagônicas dentro e fora da organização. Isso por várias razões. A primeira delas é que a revolução não fora resultado de consenso dentro das Forças Armadas. [...] O Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu. A divisão interna era agravada pelo conflito externo, que vinha de longa data, entre militares e lideranças civis, sobretudo as dos grandes estados.” (p. 62; 63)

3 VARGAS, A MOCIDADE E A PÁTRIA⁵⁶

“Com Getúlio Vargas o Brasil será unido e será forte e marchará, na senda da ordem e do progresso, para a conquista dos seus gloriosos destinos!”

(*Getúlio Vargas para crianças*, p. 112)

As políticas sociais do governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo, estiveram organizadas em torno dos trabalhadores e suas famílias. Partimos do pressuposto de que estas políticas sociais eram, em si, políticas educacionais, na medida em que visavam, entre outras coisas, a popularização e apreensão de determinados valores morais e sociais. Educacionais, também, pelo fato de a educação representar, naquele momento, o caminho pelo qual se poderia formar o tipo de homem que melhor correspondesse às exigências de uma ordem social que estava sendo, de certo modo, reformulada. O discurso oficial em torno da política social varguista, tal qual a formação pensada para os jovens, baseava-se na afirmação da brasilidade e na valorização da unidade nacional enquanto requisitos para o progresso do país, associando-se a ideia de nação à própria imagem de Vargas. Nesse sentido, o conteúdo das biografias aqui analisadas permite-nos perceber de que modo estas serviram ao projeto do governo, na medida em que veiculam algumas das representações produzidas pela propaganda oficial no âmbito de ações voltadas para o público infanto-juvenil, a respeito destas questões.

⁵⁶ Tomamos de empréstimo, para dar título a este capítulo, expressão utilizada em uma das diversas obras produzidas durante o Estado Novo, sobre a temática com a qual estamos trabalhando. “Vargas, a mocidade e a Pátria”, livro de Bernardino Victoy Costa, foi editado, pela primeira vez, em 1945. A segunda edição, à qual tivemos acesso, foi publicada pela Editora Imprensa Nacional, em 1951, acrescida de dois capítulos. No livro, o autor trata desde a instituição da República, em 1891, até o período do segundo governo Vargas. Segundo prefácio da edição, a obra constitui-se uma “contribuição valiosa à história da Pátria”. A forma como a noção de pátria é explorada junto aos jovens, será tema tratado neste capítulo.

3.1 “Vamos trabalhar!”: o discurso em torno do trabalho

“O Presidente Getúlio Vargas rumou logo para o gabinete de trabalho, pôs os óculos, tomou de papel e tinta e recomeçou a fazer o que sempre fez:

- Minha gente, estamos em paz. Vamos trabalhar!”

(*História de um Menino de São Borja*, p. 63)

As décadas de 1930 e 1940 são significativas com relação ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. O período foi marcado pela elaboração de boa parte da legislação trabalhista do país, com a implantação de diversas medidas de regulamentação do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, investiu-se fortemente na valorização do trabalho e da figura do trabalhador nacional. As biografias de Vargas aqui analisadas nos fornecem indícios nesse sentido, na medida em que conformam um discurso de afirmação e exaltação do trabalho, a partir da trajetória de Vargas. Apesar das especificidades de cada uma, todas, de certa maneira, apresentam sua parcela de contribuição no que diz respeito a essa espécie de apologia ao trabalho.

Perfil do Estudante Getúlio Vargas, por encerrar sua abordagem no período de formação de Getúlio na faculdade, não trata de sua experiência no mundo do trabalho. Porém, a narrativa se desenvolve de modo a demonstrar ao leitor que, ao longo de sua vida estudantil, Vargas já teria se revelado um verdadeiro homem de ação. A atuação em clubes e grêmios estudantis, ainda no curso secundário, o fato de ter servido no 25º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre, paralelamente aos estudos na Escola Brasileira, além da ativa vida acadêmica durante os anos de faculdade, participando de movimentos estudantis, palestras e grupos de estudo ou atuando como orador, são episódios descritos pela publicação e exemplificam como a mesma pretendeu apontar para uma certa pré-disposição, um entusiasmo para a ação como traço marcante de sua personalidade.

Em *Uma biografia para gente nova*, do mesmo modo, a vida acadêmica de Vargas é caracterizada como “ruidosa”, cheia de “incidentes” e “episódios”, na intenção de demonstrar uma intensidade nas experiências da juventude como uma espécie de preparação para sua atuação futura. Segundo esta mesma publicação, a estruturação do ambiente familiar de Vargas, quando criança, teria contribuído de modo fundamental para o desenvolvimento desta suposta aptidão, tendo seus pais, feito dos filhos, “homens simples e de afazeres” (p. 11).

Getúlio Vargas para crianças explora enfaticamente o tema, referindo-se inicialmente ao ambiente do município de São Borja, no qual crescera Getúlio, como uma “colméia de trabalho” (p. 7) e à sua família como “uma família de almas afeitas ao trabalho” (p.8). Segundo a biografia, ainda na infância, “visando alguma coisa de prático, o menino Getúlio iniciara uma criação de bicho da seda” (p. 14), o que deixa clara a tentativa de demonstrar uma espécie de despertar precoce do jovem para o trabalho. *História de um menino de São Borja*, abordando o período posterior à formação na faculdade de Direito, menciona a nomeação de Vargas como Promotor Público em seu estado. Porém, segundo conta a narrativa, teria deixado o cargo após um ano para exercer advocacia particular em São Borja, pois “não era homem para ficar parado, assim, sem mais nem menos, numa promotoria pública” (p. 37). Em outro trecho, tratando do período de atuação no governo do Rio Grande do Sul, Tió afirma aos sobrinhos sobre Vargas: “Danado, mesmo. É de uma resistência formidável, no trabalho” (p. 47).

Fica clara a tentativa de expressar uma personalidade caracterizada por uma exímia disposição para a ação. Alguns capítulos das obras aqui analisadas já indicam, em seus próprios títulos, a mensagem que se pretendeu transmitir a esse respeito, como “Força e Trabalho”, “Um Presidente danado para Trabalhar” ou “E como Trabalhou!...”. As publicações abordam este elemento a partir de uma dimensão exacerbada, com a intenção de demonstrar a singularidade da personalidade do presidente:



Figura 9- Ilustração de *Getúlio Vargas para crianças*

Trabalha dezesseis horas por dia, e nunca entrou manhã adentro debaixo dos lençóis. (*História de um menino de São Borja*, p. 76).

Seu grande segredo estava no trabalho infatigável: Getúlio Vargas jamais abandona a mesa de trabalho para se entregar a prazeres fúteis. Em certas ocasiões, trabalha dezesseis horas por dia, sem demonstrar cansaço, batendo, nesse particular, um verdadeiro *Record* entre todos os estadistas do planeta. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 54).

A apresentação da excessiva quantidade de horas dedicadas ao trabalho, explicita o tom extremado conferido pelas produções a esta que seria mais uma aptidão singular de Vargas, a fim de apontar sua imagem como modelar nesse sentido. A utilização de uma ilustração em *Getúlio Vargas para crianças* serve para

ratificar a informação fornecida pelo texto escrito (figura 9). A imagem representa Getúlio Vargas trabalhando em uma sala, sentado à mesa, analisando alguns documentos. A luminária

acesa em cima da mesa, a lua que pode ser vista através da janela e o relógio que parece marcar mais de meia-noite, constituem-se elementos fundamentais da ilustração. Ao que parece, Vargas utiliza um tipo de vestimenta semelhante a um robe, sugerindo que aquela atividade estaria sendo realizada fora de seu local de trabalho, provavelmente, no próprio ambiente do lar. A articulação do texto escrito com a imagem, repleta de elementos significativos, contribui para a configuração de um conjunto de ideias e representações que o governo do Estado Novo procurou estabelecer acerca da valorização do trabalho, naquele momento.

Cabe lembrar que, apesar de representar um período em que houve forte investimento com relação à valorização simbólica do trabalho, o regime não inaugura estas preocupações, que estão postas, de modo marcante, também nos primeiros tempos republicanos. Até então, o trabalho esteve associado à escravidão, sendo seus executores – os escravos – uma população definida pela ausência de reconhecimento e de direitos. A luta pelo fim da escravidão, segundo Angela de Castro Gomes, foi motivada não pela preocupação com o negro, mas pela necessidade de “um branco mais trabalhador”:

A escravidão corrompia a moral da família e os valores religiosos do povo, aviltava o valor do trabalho, retardando o aparecimento e o desenvolvimento da indústria e o próprio avanço técnico da agricultura. [...] Ou seja, discutir a eliminação do trabalho do negro-escravo era, antes de tudo, defender o valor do trabalho e do trabalhador branco e livre. (GOMES, 2005, p. 45).

A desqualificação do trabalho, assim, residia no fato de este significar desgraça e desmerecimento. O trabalho manual era símbolo de degradação. Não havia vinculação entre trabalhar e obter meios para melhorar de vida. Ao contrário, a qualidade dos homens envolvia justamente a possibilidade de não trabalhar, como os proprietários que tinham entre seus bens quem o fizesse por eles⁵⁷. Desta forma, o tema da construção de uma identidade positiva para o trabalho e os trabalhadores esteve na pauta de preocupações do regime Republicano desde sua primeira fase.

O período no qual se insere o Estado Novo, contudo, destaca-se pela estruturação de uma “ideologia política de valorização e reabilitação do lugar do trabalhador nacional” (GOMES, 1999, p. 53), aliada à política de amparo ao homem e à família. O ideal de justiça social ancorava-se no reconhecimento de que civilização e progresso eram um produto do trabalho. O ato de trabalhar, desta forma, ia sendo visto como ato de dignificação, associado à ideia positiva de ascensão social. A intensa propaganda política do Estado Novo, em grande medida orientada pelo DIP, foi um instrumento privilegiado neste esforço. A produção de

⁵⁷ Idem.

materiais impressos, a utilização/censura da imprensa, a radiodifusão, configuraram-se importantes elementos para a produção ideológica do regime nesta perspectiva. É preciso atentar para o fato de que o processo de produção de uma aliança entre os trabalhadores e o governo/presidente, não se sustentaria somente a nível de discurso, tendo uma nítida dimensão sócio-econômica.

A produção de leis que pudessem efetivamente materializar as propostas ideológicas divulgadas pelo discurso reforçava o valor desse recurso de poder que era a ideologia do regime, sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político. (GOMES, 1999, p. 56).

Cabe lembrar que parte da chamada legislação trabalhista foi implementada mesmo antes do Estado Novo. No entanto, é possível observar que as medidas adotadas neste período assumem os princípios ideológicos do regime, corporificando os mesmos e dando sustentação à dinâmica de relações estabelecida entre discurso e *práxis*. As publicações sobre a vida de Vargas em foco neste estudo não se furtaram de abordar a temática, inserindo-se no conjunto de medidas voltadas para a divulgação da política de amparo ao trabalhador que o governo considerava estar realizando. Prescritas para um público de crianças e jovens, fatalmente seu conteúdo alcançaria as famílias de maneira geral, propiciando a disseminação destes valores em todo o ambiente familiar. As narrativas procuram resgatar as realizações de Vargas mesmo antes do Estado Novo, a partir de 1930. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a lei de sindicalização são mencionadas em *História de um menino de São Borja*:

Os operários foram reunidos em sindicatos, em grupos para a defesa de seus direitos – e foi criado para tomar conta desses sindicatos e de todos os operários o Ministério do Trabalho. (p. 60).

Em *Getúlio Vargas para crianças*, fica claro o tom da propaganda oficial em torno desta temática:

Voltou-se igualmente Getúlio Vargas para os operários brasileiros, construtores modestos e constantes da nossa grandeza industrial. Aos operários (que ninguém antes havia protegido) Getúlio Vargas deu leis de efetiva assistência: leis de férias, leis de pensões e aposentadorias, leis sobre salários e auxílios, previdentes e seguras, cuja aplicação foi diligentemente observada. O operário recebeu de Getúlio Vargas os mais paternais cuidados: e, com essa atividade firme e esclarecida do governo Vargas, acabaram no Brasil as agitações de classe e as sementes de desordem tão costumeiras em outras épocas. (p. 60).

As políticas públicas do governo varguista, ligadas à questão trabalhista, começam a ser definidas e implementadas a partir de 1930, especialmente em 1931, quando o decreto nº 19.770 estabelece as novas normas de sindicalização. Através do decreto, as associações independentes do movimento operário migravam para a órbita do Estado, e os sindicatos passariam a ser definidos como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público. O

“tomar conta” e a “proteção”, a que se referem os textos das biografias, remontam, justamente, a esse novo modelo de organização sindical e aos moldes prescritos pelo Estado para a dinâmica das relações entre empregadores e empregados. Apesar de oficialmente facultativa, a adesão aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho acaba tornando-se compulsória, na medida em que somente os trabalhadores filiados a essas organizações teriam direito a usufruir da legislação trabalhista. Em julho de 1939, o decreto-lei nº 1.402 regula a associação em sindicatos, estabelecendo normas de organização e funcionamento de associações profissionais para que estas pudessem ser reconhecidas como sindicatos oficiais.

Amparando mais ainda o operariado nacional, Getúlio Vargas deu-lhe duas leis fundamentais: a do Salário Mínimo e a da Justiça do Trabalho. Aos humildes trabalhadores do Brasil emprestou sempre o melhor de seu prestígio, promovendo a construção de casas populares para todos eles, e facilitando-lhes os meios de vida mais digna e proveitosa. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 96).

Em face da realidade por ele [Estado Novo] criada, há um questionário que podereis [jovens] fazer para que os mais velhos respondam. [...] Não continuavam sem assistência e sem justiça social as classes trabalhadoras? (*Uma biografia para gente nova*, p. 30).

De fato, ao longo do primeiro governo Vargas, especialmente no período do Estado Novo, diversas foram as políticas implementadas no âmbito da legislação trabalhista, como as de regulamentação e instituição do Salário Mínimo (decretos-lei nº 399 de 30 de abril de 1938 e nº 2.162 de 1º de maio de 1940), de organização da Justiça do Trabalho (decreto-lei nº 1.237 de 2 de maio de 1939) e de aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943), que estabeleceu as normas que passariam a regular as relações de trabalho, individuais e coletivas. O que merece ser discutido, no entanto, é o caráter conferido a esse conjunto de medidas pelas biografias aqui em estudo, que traduz, em dada medida, a coloração da propaganda oficial a este respeito.

Como fica evidenciado pelas passagens citadas anteriormente, a legislação trabalhista posta em prática neste período é apontada como doação de Vargas para os trabalhadores. A chamada “ideologia da outorga”⁵⁸ é a base do esforço de produção de um discurso segundo o qual os trabalhadores teriam recebido diretamente de Vargas tais benefícios, como numa relação mesmo de “pai para filho”. Essa abordagem, claro que intencionalmente, como elemento do processo de produção de uma imagem mitificada do presidente, procura revestir sua figura de uma autoridade paternal frente aos trabalhadores. Esta relação de aproximação, que se materializava, por exemplo, nas grandiosas cerimônias realizadas no Dia do Trabalho, quando Vargas desfilava e discursava aos trabalhadores, anunciando-lhes os benefícios da

⁵⁸ Cf. GOMES (2005).

legislação social; esteve imbuída de uma lógica simbólica de mobilização, buscando a adesão da classe trabalhadora àquele projeto.

Uma outra iniciativa encaminhada neste sentido merece destaque. A partir de 1942, com a posse de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, passam a ser veiculadas pelo rádio, no programa “Hora do Brasil”, palestras do ministro, nas quais ele se dirigia aos trabalhadores. O programa era de transmissão obrigatória por todas as rádios e, semanalmente, em “Falando aos trabalhadores brasileiros”, Marcondes Filho tinha por objetivo básico divulgar a legislação trabalhista e explicar aos diretamente interessados seus novos direitos, creditando ao Estado Novo e a Vargas o estabelecimento da dignidade do trabalho e a transformação dos trabalhadores em cidadãos, apresentados, em seu passado, como excluídos da comunidade nacional. Tratava-se de mais uma iniciativa para estabelecer um vínculo profundo entre o presidente e o povo/trabalhador, ressaltando-se, nas palestras, as virtudes excepcionais de Vargas e as qualidades do cidadão brasileiro, caracterizado por sua dedicação ao trabalho. Assumindo lugar estratégico como “um canal de comunicação privilegiado, rápido e sem intermediários, entre o povo e o presidente/Estado”, as falas, além de veiculadas pelo rádio, eram publicadas no jornal *A Manhã* e no Boletim do Ministério do Trabalho⁵⁹.

Ainda que este esforço propagandístico possa ter sido competente, ele desconsidera todo o conjunto de ações empreendidas pelo movimento operário, que se articula desde princípios da República, com a generalização do trabalho livre, ao menos juridicamente. Segundo Gomes (2005), sob a direção de lideranças diferenciadas, o movimento operário teve intensa atuação ao longo de toda a Primeira República. A partir, *grosso modo*, de 1934, com a mediação do Estado, ocorre um silenciamento de ações independentes surgidas no interior da classe trabalhadora. O governo incorpora as demandas do movimento, assumindo a direção do processo e transformando antigas reivindicações dos trabalhadores em “doação” de Vargas⁶⁰.

Um outro aspecto a ser destacado é que o discurso veiculado pelas produções aqui analisadas, que procuram generalizar as diferentes classes de trabalhadores através de expressões como “o operário” ou “operariado nacional” e vincular o trabalho e os ganhos da legislação social ao exercício da cidadania, desconsidera um aspecto fundamental, que foi o “esquecimento” dos trabalhadores rurais. O tipo de trabalho atrelado ao progresso, naquele momento, seria aquele ligado à atividade industrial e à vida urbana e, desta forma, o

⁵⁹ Cf. GOMES (1999).

⁶⁰ Segundo GOMES (2005), ainda que silenciado em alguns momentos, o movimento operário continuou atuante durante o governo Vargas, já que mesmo o enquadramento aos moldes do Ministério do Trabalho “não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento” (p. 168).

trabalhador rural ficou, de certo modo, “desamparado”. A legislação social voltava-se para os trabalhadores urbanos e a não-aplicação desta ao campo era identificada como uma das principais causas do êxodo rural, que acabava concorrendo para problemas como a superpopulação, o desemprego e a mendicância no ambiente das cidades. Somente a partir de 1940 o Estado passa a intervir a fim de corrigir os desequilíbrios entre urbanismo e ruralismo, iniciando estudos tendo em vista a elaboração de leis e a extensão dos benefícios trabalhistas à população de trabalhadores rurais⁶¹. Importante lembrar, ainda, que os grupos atendidos pela legislação social englobavam os dos chamados trabalhadores formais, o que quer dizer que o grande número de indivíduos que exerciam algum tipo de atividade autônoma ou informal, tiveram impossibilitado o acesso aos benefícios das leis trabalhistas.

O que fica claro é que a intenção das biografias em foco neste estudo foi a de situar o trabalho – ainda que focalizado com os limites indicados - como meio de dignificação pessoal e progresso da nação, através do exemplo de conduta do próprio presidente. Além disso, ao tratarem das realizações do governo em torno da legislação trabalhista, a partir, é claro, de uma interpretação afinada com os interesses do regime, as produções inserem-se no rol de providências encaminhadas no sentido de apontar Vargas como responsável direto pelos benefícios sociais, num esforço de identificação de sua imagem à do povo e de adesão dos trabalhadores ao projeto governamental. Deste modo, a legislação trabalhista deve ser pensada como parte de um espectro mais amplo de leis sociais voltadas para o bem-estar das famílias, uma das principais vias para governo da população durante o Estado Novo.

3.2 Vargas: chefe e provedor da família brasileira

“As providências de justiça social são incomparáveis proveitos trazidos pelo novo regime à capacidade individual e ao trabalho e bem-estar de todos os brasileiros.”

(Uma biografia para gente nova, p. 8)

Na medida em que a questão social passa a ser considerada aspecto fundamental e verdadeiramente relevante para o exercício da cidadania, a legitimação do regime ditatorial de

⁶¹ Cf. GOMES (1999).

Vargas passava pela necessidade de promoção de políticas públicas que estivessem voltadas para o atendimento das necessidades básicas das famílias, especialmente das menos favorecidas. O ideal de justiça social, desta forma, fundava a relação entre o povo e o Estado, personalizado na figura de Vargas. A ênfase nos direitos sociais, em detrimento dos direitos civis e políticos, encontrava terreno fértil no imaginário da população, sobretudo da população mais pobre. A criação, já em 1930, do Ministério de Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho são exemplos dos investimentos significativos realizados pelo governo Vargas na área social. A nível de discurso, produziu-se, de forma hábil e consistente, uma ideologia de que somente o Estado estaria apto a solucionar os conflitos sociais e, nesse sentido, uma democracia centrada em direitos civis e políticos não seria adequada à realidade brasileira.

A prática governamental do Estado Novo, assim, baliza-se na promoção de políticas públicas permeadas por um discurso de justiça social, com o ideal de valorização do homem, da família e do trabalho. Segundo apontado por Angela de Castro Gomes, “o cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais.” (SANTOS, 1979 *apud* GOMES, 2005, p. 201). Apesar de todo esforço da propaganda oficial em anunciar as políticas públicas voltadas para a questão social como produto da mentalidade “visionária” de Vargas, é possível perceber que, nesta mesma época, o tema do *welfare state* - políticas de bem-estar social - vinha recebendo a atenção dos poderes públicos em vários países⁶². Segundo Ricardo de Araujo, o conceito de administração torna-se fundamental para a compreensão deste projeto político-ideológico:

A proposta de Getúlio [...] procurará se definir precisamente pela sua capacidade de ingerência e de transformação da vida social, ocupando-se da educação e da saúde, da ginástica e da família, do futebol e da religião – enfim, da administração [...] do cotidiano da população. (ARAUJO, 1986, p. 120).

A intenção de se encarregar da administração da vida dos homens parece ser a de assemelhar o governo da sociedade ao de uma casa, fazendo da nação uma grandiosa família, da qual Vargas seria o chefe:

O projeto de implantação da governamentalidade, da administração das coisas e das pessoas aqui virá a exigir tanto a transformação da sociedade numa ‘casa’ quanto a indicação de um chefe, de um *dono* dessa casa, capaz de incorporar e exibir para todos as regras que darão sentido a essa inédita relação a ser estabelecida entre o poder e a população.⁶³

⁶² Cf. D’ARAÚJO, 2003.

⁶³ *Ibidem*, p. 121.

Assim como Ricardo de Araujo, abordamos aqui o conceito de *governamentalidade* a partir de Michel Foucault. Em introdução ao tema, o autor diferencia o exercício do poder soberano, que teria por objeto central o território, e as diversas “artes de governar” que teriam se constituído com o advento do mercantilismo e do liberalismo econômico a partir dos séculos XVI e XVII, pela necessidade de administrar e dirigir a vida e a conduta dos homens.

Com o avanço das relações capitalistas de produção e o desenvolvimento dos processos de industrialização, ocorrem mudanças nas relações de interdependência estabelecidas entre os sujeitos, há a emergência de uma relação diferenciada entre governantes e governados, e, conseqüentemente, modificações na própria dinâmica social e na organização política das sociedades ocidentais. A principal destas mudanças, segundo Foucault, seria a conformação dos sujeitos como um corpo social, uma unidade política que passaria, então, a ser objeto e alvo das práticas governamentais: a nação ou população. A partir daí, dar-se-ia a possibilidade de organização de uma *biopolítica*, uma prática de governo que permitiria o “controle” do Estado sobre os indivíduos, mas sobre os indivíduos a partir de sua dimensão coletiva.

Os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política aparecem como uma população que o **governo** deve administrar. É aí que a linha de organização de uma ‘biopolítica’ encontra seu ponto de partida. (FOUCAULT, 2008 a, p. 30) [grifos do autor].

Segundo Foucault, o governo das populações dar-se-ia através de *mecanismos de segurança*, ou seja, estratégias adotadas pelo Estado no sentido de gerir/gerenciar a vida dos indivíduos, tomando por via todo o conjunto da população⁶⁴. A configuração da população como um *sujeito coletivo*, demanda a convergência de interesses dos sujeitos individuais e sua integração/aceitação à dinâmica política, propiciando, assim, essa *governamentalidade* que tem o Estado como dirigente legítimo do corpo-população. Segundo Foucault, analisando as sociedades europeias a partir do século XVIII, é essa relação diferenciada que começa a funcionar entre coletivo-indivíduo que tornará possível o governo das populações.

Essa população é evidentemente feita de indivíduos, de indivíduos perfeitamente diferentes uns dos outros, cujo comportamento, pelo menos dentro de certos limites, não se pode prever exatamente. Apesar disso existe, de acordo com os primeiros teóricos da população no século XVIII, pelo menos uma invariante que faz que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação, e só um. Esse motor de ação é o desejo. [...] O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. [...] Esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. (FOUCAULT, 2008 b, p. 95)

Tendo em vista que estas análises se deram a partir da realidade europeia e, considerando as especificidades da história da sociedade brasileira, evidentemente, não é

⁶⁴ Cf. FOUCAULT, 2008 b.

possível transpor uma experiência a outra. Contudo, as abordagens acerca das categorias da *biopolítica* e da *governamentalidade* nos permitem lançar um olhar sobre a realidade brasileira nas décadas de 1930 e 1940, pelas relações de poder estabelecidas, a partir do Estado, entre governantes e governados. As políticas sociais implementadas pelo governo varguista, que acompanharam um movimento a nível mundial de promoção do bem-estar social, podem ser pensadas a partir destas categorias, na medida em que estiveram voltadas, de certa forma, para o governo da população via governo dos trabalhadores e de suas famílias.

Se o Estado voltava-se para o homem, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. Dessa forma, era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado. Ela era a 'célula política primária'. (GOMES, 2003 a, p. 448).

Diversas foram as iniciativas voltadas diretamente para as famílias, envolvendo questões relativas à habitação, alimentação, saúde e assistência social. Em 1940 é promulgado o decreto-lei nº 2.024 de 17 de fevereiro, com o objetivo de “fixar as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país.” Segundo seu artigo 1º:

Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que diz respeito ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida.

Através daquele decreto, era criado mais um órgão da burocracia federal: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que integraria o Ministério da Educação e Saúde e estaria diretamente subordinado ao ministro Capanema. Definido como “supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência”, o DNCr teria por competências realizar estudos sobre o “problema social da maternidade, da infância e da juventude”, direcionar a opinião pública sobre o tema, além de estimular e orientar a organização de estabelecimentos públicos e particulares destinados a este tipo de assistência, promover a concessão de auxílio federal para a realização destes serviços e fiscalizar a realização destas atividades em todo o país.

Para isso, em cada estado haveria uma repartição central destinada à direção das atividades concernentes à “proteção à maternidade, à infância e à adolescência”, que manteria “permanente entendimento” com o DNCr. O decreto dispõe, ainda, sobre a organização de um instituto científico, sob direção do DNCr, destinado a “promover pesquisas relativas à higiene e à medicina da criança”. Em estudo em que analisa o discurso que justifica a iniciativa de criação do DNCr e os modos de atuação do órgão durante o Estado Novo, André Ricardo Pereira afirma:

O modelo assistencialista do DNCr era baseado na criação de certos equipamentos públicos, principalmente os chamados Postos de Puericultura, onde todas as mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entraria em cena a Casa da Criança, que correspondia a um tipo de escola com orientação médica. (PEREIRA, 1999, p. 170).

Como órgão integrante do Ministério de Educação e Saúde, o DNCr volta-se para as questões relativas à maternidade, infância e juventude, conjugando assistência médica e educacional. Como deixam ver o texto do decreto de criação do órgão e os apontamentos de Pereira, o DNCr tem como base de sua atuação o discurso científico representado pelo saber médico. Estruturando políticas de combate à mortalidade infantil, de amparo pré-natal às mães, de formação e conscientização de bons preceitos morais e higiênicos, o DNCr e suas ramificações - Postos de Puericultura, Casas da Criança, Departamentos Estaduais da Criança, Juntas Municipais da Infância - constituem uma rede de amparo formulada e fundamentada em preceitos médicos que adquirem caráter tutelar, no sentido de se constituir uma nação forte e sadia, física e moralmente. Tais iniciativas vão ao encontro de uma tendência observada, também, neste período: a intervenção do campo médico na vida familiar.

Segundo Jacques Donzelot, desde as últimas décadas do século XVIII, identifica-se, em sociedades europeias, a difusão da medicina doméstica, um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitiriam às famílias burguesas orientar e conduzir a educação de seus filhos. Entre os séculos XVIII e XIX, os médicos teriam elaborado, para essas famílias, uma série de livros sobre “a criação, a educação e a medicação das crianças”. Ao longo desse período, há uma série de publicações sobre “a arte de cuidar de crianças”, além de guias e dicionários de higiene para uso das famílias, que expunham uma “doutrina médica” e “conselhos educativos” (DONZELOT, 1980, p. 22). Essa aproximação entre o saber médico e a família, segundo o autor, faz com que se estabeleça uma aliança privilegiada com a mãe, responsável pela organização do ambiente familiar. “Essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida familiar e induzir sua reorganização”⁶⁵.

Tal qual diversos outros aspectos da cultura europeia, esta tendência cientificista difundiu-se por vários países do mundo ocidental, entre os quais, o Brasil. Segundo Ana Magaldi, é possível identificar, a partir de meados do século XIX, uma mobilização do campo médico no sentido de intervir na sociedade a partir de princípios baseados numa lógica higienista, buscando uma aproximação com o Estado. Desta forma, constitui-se no Brasil o campo da “medicina social”, pelo qual

[...] os médicos se propunham a intervir na vida social através da prescrição de um receituário minucioso sobre hábitos e comportamentos que deveriam ser seguidos por indivíduos,

⁶⁵ Ibidem, p. 23.

famílias e coletividades mais amplas. [...] Buscavam, desta forma, forjar a consecução de um ideal higiênico, base do que compreendiam como a saúde física e moral dos indivíduos e da sociedade. (MAGALDI, 2001, p. 167).

A aliança entre o campo médico, detentor de prestigiados saberes científicos, e o governo intervencionista de Vargas, de certa forma, faz-se bem sucedida, na medida em que ambos viam na prescrição e introjeção de determinados modelos de conduta pelas famílias, uma importante estratégia para legitimação de seus discursos diante da sociedade.

A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, esteve entre as mais importantes medidas na área da assistência social. Fundada, inicialmente, com o objetivo de prestar serviços assistenciais às famílias dos brasileiros que combatiam na Segunda Guerra Mundial, a LBA, com o fim da guerra, voltou-se para atuação beneficente junto à população mais pobre. Criada pela primeira-dama Darcy Vargas, a Legião passa a ser utilizada como instrumento de intervenção do governo, já que, pelo decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante a serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas. O decreto estabelece, ainda, uma contribuição financeira especial à LBA, assegurada pelo governo por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, constituída por: descontos sobre a contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, uma cota paga pelos empregadores e uma cota mensal paga pela União. A aplicação dos recursos destinados à instituição deveria ser verificada pelo próprio Ministério, devendo ser encaminhado anualmente a este um balanço referente ao emprego dos recursos. Apesar de claras aproximações com ações filantrópicas, historicamente identificadas à concepção da caridade, da ajuda ao próximo, sob o prisma da moral cristã, cremos ser mais apropriado pensar a iniciativa de criação da LBA a partir de outros termos, já que a entidade obtinha do poder público o seu financiamento, estabelecendo-se, desta forma, no interior do aparato governamental como co-executora de políticas públicas.

Na área da alimentação, pode-se destacar a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Criado em agosto de 1940 e diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o SAPS destinava-se a “assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões”⁶⁶. Segundo as justificativas do decreto para criação do órgão, estudos efetuados pelo Ministério apontariam para a necessidade de se “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a

⁶⁶ Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940.

racionalização de seus hábitos alimentares”. Além de fomentar o fornecimento de refeições aos trabalhadores, através da implantação de restaurantes populares nos grandes centros, uma das tarefas do SAPS seria também educar trabalhadores e suas famílias com relação à formação de bons hábitos alimentares.⁶⁷

A questão da alimentação como fator direto de interferência na atuação do trabalhador aparece no limiar entre educação e saúde, sendo a família vista como instituição potencialmente formadora de saudáveis hábitos alimentares/higiênicos. Ampliando o arcabouço de funções do SAPS, em 1943 um novo decreto estabelece o funcionamento de cursos técnicos e profissionais com vistas à formação de visitadoras de alimentação, sob responsabilidade do órgão. Segundo Ana Maria Evangelista, o Restaurante Central do SAPS no Rio de Janeiro prestava uma série de serviços, além do fornecimento de refeições, tais como: biblioteca, sala de música, setor de encaminhamento a empregos e assistência social, desjejum escolar, seção de cinema, curso de corte e costura para filhas de trabalhadores, entre outros. Este leque de serviços prestados pela instituição deixa claro o viés educativo das políticas sociais voltadas para os trabalhadores e suas famílias, no sentido de fornecer-lhes determinados modelos de conduta.

A área da habitação, da mesma forma, constituiu-se instrumento da política assistencial do Estado Novo. O crescente processo de industrialização e urbanização do início do século XX provoca a conversão de grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, em centros urbanos industriais, caracterizados pela migração de trabalhadores vindos de outras áreas do país, além do contingente de imigrantes estrangeiros. A aglomeração populacional acaba por revelar a ausência de uma infra-estrutura correspondente às exigências dessa nova configuração, que pode ser notada pela precariedade das habitações, especialmente das classes menos favorecidas⁶⁸. A política intervencionista do governo Vargas intensifica a presença do Estado no âmbito das questões urbanas, predominando, a partir de 1930, a visão de que a iniciativa privada não daria conta dos problemas relativos à habitação e, desta forma, a intervenção do Estado far-se-ia necessária, tornando-se este responsável pela promoção da habitação social. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) foram os maiores empreendedores de habitação durante o Estado Novo, responsáveis pela construção de inúmeros conjuntos habitacionais. Os IAPs constituíam-se organizações previdenciárias em torno de categorias funcionais nacionais de trabalhadores, cuja administração ficaria a cargo de presidentes nomeados diretamente pelo presidente da República.

⁶⁷ Cf. EVANGELISTA (2010).

⁶⁸ Cf. MARQUES (s/d).

Casa e família eram, nesse contexto, praticamente uma mesma coisa, donde os esforços das instituições de previdência social no setor habitacional, com a criação de alguns dos chamados parques proletários e dos conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e pensões, entre os quais se destacavam o dos industriários (IAPI) e o dos comerciários (IAPC). (GOMES, 2003 a, p. 449).

Deste modo, voltando-se para as famílias dos trabalhadores pertencentes às categorias dos IAPs, esta política de financiamento das habitações abrangia segmentos de trabalhadores inseridos no mercado formal. Dentro do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Vargas, a habitação era uma área estratégica para o processo de industrialização. Além da promoção da habitação social implicar num custo mais baixo da reprodução da força de trabalho, favorecendo a manutenção de baixos salários na indústria, ela também fortalecia um aspecto simbólico fundamental no processo de desenvolvimento urbano: a casa própria. Do ponto de vista ideológico, o discurso de defesa da casa própria implicava em defender o trabalho e seus frutos, permitindo ao trabalhador propiciar à sua família este símbolo tão almejado.

Promover o acesso à casa era uma questão relevante para o Estado porque implicava a promoção da tranquilidade coletiva e do amparo à família. Esta era a base econômica e moral do homem, seu meio específico de vida. (GOMES, 1982, p. 158).

Na medida em que torna o sonho da casa própria algo acessível, a habitação operária constitui-se área crucial para a manutenção da ordem econômica, política e social, configurando-se elemento importante da relação estabelecida entre o Estado/Vargas e os trabalhadores. Como dito, os beneficiados por estes programas de financiamento envolviam os setores do mundo do trabalho ligados aos IAPs, razão pela qual a aquisição da casa própria teria ficado restrita a pequenas parcelas de trabalhadores, se considerarmos o contingente daqueles que atuavam de maneira informal. A consequente exclusão de boa parte da população em relação a uma política habitacional faz com que favelas e cortiços proliferem, acompanhando o crescimento industrial dos centros urbanos⁶⁹.

Por abrigarem habitações com diversas características de insalubridade - locais com grande aglomeração humana, pouca circulação de ar, com águas estagnadas e sem esgotamento e limpeza adequados - e, assim, tornarem-se ambientes ideais para a propagação de epidemias, os cortiços e favelas são considerados um problema social a ser combatido, um empecilho no processo de urbanização e remodelação dos grandes centros, tornando-se, portanto, alvo de políticas saneadoras nas cidades. Nesse sentido, o governo do Estado Novo promove a criação de Parques Proletários, com o auxílio dos IAPs, com o objetivo de remover os habitantes de favelas construídas no centro da cidade e instalá-los em conjuntos

⁶⁹ Cf. MARQUES, *op. cit.*

habitacionais na periferia. Havia, na concepção do projeto dos Parques Proletários, um caráter higienista-educativo, que incluía normas e regras próprias para os moradores de modo a incentivar/prescrever determinados hábitos de vida saudável às famílias⁷⁰. A preocupação higiênico-sanitária presente nestes projetos de promoção habitacional vai ao encontro da ênfase ao combate às grandes endemias e epidemias que ameaçavam a população, característica das políticas federais de saúde durante o Estado Novo. O modelo de assistência médica consolidava-se, neste momento, a partir da visão de que a saúde pública deveria atuar privilegiando as doenças infectocontagiosas que atingiam a comunidade nacional⁷¹.

Segundo o discurso da propaganda política oficial, a legislação social é entendida como doação do presidente para o “seu” povo. Em contrapartida, o povo, ao tornar-se beneficiário das leis “outorgadas”, assumiria um compromisso moral para com o Estado/ a Nação. Esta relação “dar-receber-retribuir” fundamenta a ideia de pacto social, uma espécie de contrato moral estabelecido entre o povo e o Estado, que configuraria a base ideológica da política de assistência social do governo Vargas. “A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética” (GOMES, 2005, p. 228). Vemos nítida a “produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo”, como se referia Foucault, neste esforço, voltado para adesão da população ao projeto estadonovista. O chamado pacto social, por sua vez, ancorado na promoção de políticas públicas voltadas para o bem-estar das famílias, viabilizaria a legitimação do Estado Novo como uma “democracia social”⁷².

Importante atentar para o contexto mais amplo de crise das democracias liberais observado nas primeiras décadas do século XX. O período “Entre Guerras” é caracterizado por um momento de instabilidade do sistema capitalista e recessão em diversos países, em grande medida, devido aos efeitos da crise de 1929, eclodida nos Estados Unidos. A crise que abala as estruturas do liberalismo capitalista não deixa de repercutir nas estruturas políticas, provocando perda de confiança nas instituições democráticas, identificadas com o capitalismo, e na inspiração liberal da democracia parlamentar. Segundo René Rémond,

Por toda a Europa, entre 1920 e 1930, a democracia clássica, caracterizada pelo apego aos princípios liberais, cede o passo a regimes autoritários: a liberdade recua diante da autoridade. Pode falar-se de uma epidemia de ditaduras. Para se ter uma visão completa do fenômeno, seria preciso ligar-lhe, fora da Europa, os regimes autoritários aparentados: na América Latina, o Brasil com Vargas, ou o Japão com a casta militar. Assim, em numerosos países, a democracia não consegue criar raízes duráveis. (RÉMOND, 2004, p. 63).

⁷⁰ Cf. PINHEIRO (s/d).

⁷¹ Cf. HOCMAN; FONSECA (1999).

⁷² Cf. GOMES, 2005.

Como afirma Boris Fausto, a crise mundial aberta em 1929 e o avanço de ideologias antiliberais/antidemocráticas, constatado no mundo europeu entre os anos 20 e 30, “empurram o Brasil para o caminho autoritário”, na medida em que estes acontecimentos fornecem “uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziriam o país à desordem e ao caos” (FAUSTO, 1999, p. 19). Ainda que fossem perceptíveis aproximações com os regimes de tendência autoritária europeus, segundo o autor,

[...] é significativo assinalar os esforços que os formuladores teóricos do regime de 37 fazem no sentido de demarcar suas diferenças com o nazi-fascismo. Para serem conseqüentes, eles não podiam admitir que recebiam forte influência das ideias autoritárias vigentes no mundo, pois criticavam o liberalismo por ser um decalque de ideias importadas, cuja aplicação no Brasil era artificial e contraproducente.⁷³

Num contexto de crise das democracias liberais, o discurso de um sistema político que, ainda que autoritário, dá ênfase à questão social, ganha terreno diante da opinião pública, sobretudo, das classes menos favorecidas. Alçando a dimensão social a uma posição de instância inquestionavelmente legitimadora do poder político exercido por Vargas, a idealização desta “democracia social” conduziria a uma nova forma de constituição da cidadania, intimamente vinculada à instituição familiar e ao trabalho. Ao lado deste discurso e de políticas públicas sociais, mobilizaram-se argumentos que visavam à desvalorização da atividade política, sendo atribuída a esta prática, como vinha sendo realizada antes do governo Vargas, a responsabilidade pelos problemas enfrentados pela sociedade brasileira.

3.3 A política como vilã da história

“A política atrapalhava tudo. Era ela quem governava, ou melhor, quem desgovernava o Brasil, de alto a baixo.”

(*História de um Menino de São Borja*, p. 68)

Para o governo, apresentar-se como uma “democracia social” pressupunha pôr em relevo as questões sociais, em detrimento de questões políticas. Nas biografias, este esforço expressa-se, principalmente, pela tentativa de desqualificação da atividade política parlamentar. Segundo aponta Avelino, os “devaneios oratórios” e as “abstrações tagarelas”

⁷³ Ibidem, p. 20.

fizeram com que o povo tivesse batizado o Parlamento como um “viveiro de papagaios” (*Uma biografia para gente nova*, p. 27). Seguindo esta mesma linha, em *História de um menino de São Borja*, ao contar sobre os mandatos de Getúlio Vargas como deputado estadual e federal, Tia Olga fala aos sobrinhos que o personagem central de sua narrativa não houvera ficado “muito satisfeito com o ambiente da Câmara de Porto Alegre” e que, chegando à sede da Câmara Federal, no Rio de Janeiro, “piorou a impressão com o ambiente” (p. 41). Interessante a descrição deste ambiente que Tió faz aos sobrinhos:

Vocês, meninos, ainda não podem calcular o que eram essas Câmaras. Vinham homens de todos os cantos do Brasil, muito cheios de ‘prosa’ e de importância, sentavam-se das duas às seis da tarde nas belas poltronas do Palácio Tiradentes, tiravam boas sonecas (alguns roncavam alto), bebiam copos e mais copos de mate gelado, tinham secretários, comodidades sem conta, restaurante, barbeiro e até automóvel – e ainda embolsavam tranquilamente, no fim do mês, a quantia de 6 contos de réis, o chamado ‘subsídio’. Quando dormiam durante as sessões, ainda era bom. Mas quando sofriam de insônia faziam discursos só para atrapalhar e diziam bobagem como gente grande. Para encurtar assunto: a tal Câmara, do jeito que estava, era uma pandega. (*História de um Menino de São Borja*, p. 41).

É possível perceber a conotação negativa atribuída pela publicação à atividade política realizada ao longo da Primeira República e no período entre 1934 e 1937. Os destaques sugerem falta de compromisso e excesso de regalias para os políticos que atuavam nos espaços parlamentares. A utilização de uma imagem, neste momento da narrativa, é estratégica no sentido de reforçar o discurso transmitido pelo texto escrito, possibilitando ao leitor visualizar a realidade daquele ambiente, tal qual descrita pela publicação (figura 10).

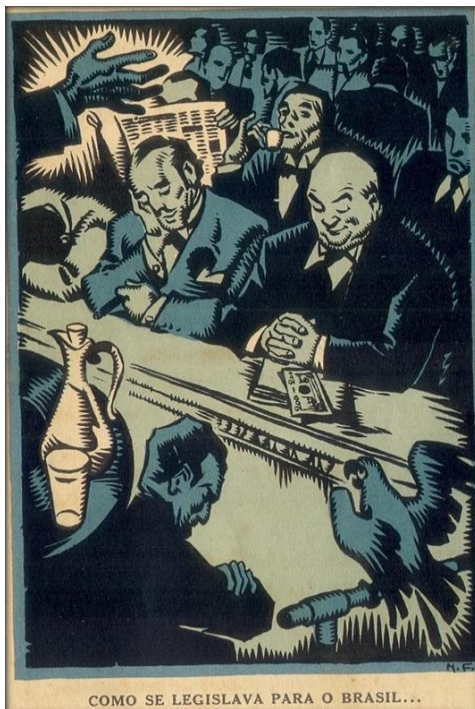


Figura 10- Ilustração de *História de um menino de São Borja*

Trazendo a legenda “Como se legislava para o Brasil...”, a ilustração pretende representar o que seria uma sessão de trabalho da Câmara de Deputados, onde poderiam ser vistos vários políticos dormindo, tomando “copos de mate gelado”, ou mesmo lendo um jornal, enquanto um de seus colegas estaria proferindo um discurso. Note-se que, no canto inferior direito da ilustração, temos a figura de um papagaio, ao que parece, fazendo do cabo de um microfone seu poleiro. Utilizando a mesma referência vista em *Uma biografia para gente nova*, à ave que, segundo o senso comum, é tida como falante e tagarela, a ilustração parece sugerir a incorporação do papagaio ao ambiente da Câmara, como se aquela ave fosse mais um entre os que ali se encontravam e, ao

mesmo tempo, como se expressasse, em sua “tagarelice”, os discursos políticos proferidos no Parlamento, apresentados como vazios.

Esta representação negativa produzida acerca da prática política é atribuída, nas biografias, especialmente ao período da Primeira República e, em certos momentos, também ao período situado entre 1934 e 1937. Sendo assim, a atuação de Vargas como político dar-se-ia neste mesmo ambiente que as publicações tendem a desqualificar. Contudo, segundo as obras, sua postura caracterizava-se por destoar das dos demais políticos. Segundo Tia Olga, em *História de um menino de São Borja*,

O Deputado Getúlio revoltou-se logo de início contra aquela desordem, verdadeira pouca vergonha. Procurou trabalhar o mais possível, para remediar a preguiça dos demais Senhores Nobres Deputados. (p. 42)

Nota-se que as narrativas encaminham-se no sentido de apontar o que seria a unidade moral e virtuosa da personalidade de Vargas como fatores que explicariam sua atuação “diferenciada” no meio político. A própria legenda da ilustração, ao apresentar a ação de legislar no tempo passado, sugere que, a partir de Vargas, aquela situação teria sido modificada. Assim, o termo “política”, quando relacionado à prática parlamentar pré-1930, principalmente, passa a ser imbuído de uma carga simbólica negativa, com o objetivo de opor as realizações de Vargas a tal prática, e associando o foco das mesmas sempre às questões sociais. O nono capítulo desta mesma publicação – “Senhora Dona Política, Coberta de Ouro e Prata” – é significativo nesse sentido⁷⁴.

Para tratar do golpe que instaura o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Tia Olga faz uma espécie de retrospecto da relação entre Vargas e Dona Política. Começa por afirmar aos sobrinhos que “os homens públicos no Brasil sempre trabalharam muito pouco” e que a causa disto seria a “Excelentíssima, Ilustríssima e Fulustrequíssima Senhora Dona Política” (p. 67). Prossegue contando que, nas Câmaras municipais, estaduais e federal,

[...] quem governava, ou melhor, quem desgovernava o Brasil era a Política de intriguinhas, do disse-me-disse, das conversinhas em corredores, das combinações manhosas, uma política medonha, decadente, arruinada, cheia de lombrigas e ignorante como ela só... (p. 68).

Percebe-se a tentativa de desqualificação do período republicano anterior ao governo Vargas explicitada em termos como “decadente”, “arruinada”. A narrativa prossegue e Tió afirma que “tudo o que era senador, deputado, fosse o que fosse de importante, era agarrado pela política”, mas que o menino de São Borja, desde a infância, havia começado a “estudar de longe essa Senhora Dona emproada”. Assim, tendo aprendido todos os “segredos e manhas da bicha”, Getúlio Vargas teria conhecido “todas as manobras e todas as estratégias da

⁷⁴ Sobre a abordagem desta publicação, ver, também, estudo de Ricardo de Araújo (1986), já citado neste trabalho.

Excelentíssima”, tendo até afirmado para a mesma: “Você aqui não me põe as mãos!” (p. 69). O distanciamento que se pretendeu demonstrar existir entre a atuação de Vargas e a prática política associada à Primeira República mostra-se para os leitores da publicação como um verdadeiro embate entre mocinho e vilão.



Figura 11- Ilustração de *História de um menino de São Borja*

A ilustração que apresenta ao leitor a personagem Dona Política, vem corroborar com esta ideia (figura 11). Como se pode notar, a personagem é representada pela figura de uma feiticeira, uma bruxa, vestida com um manto escuro, acompanhada por gatos pretos e segurando um cajado em uma das mãos. A imagem traz elementos recorrentes em histórias destinadas ao público infanto-juvenil, como a disputa entre “bem” e “mal”, o que nos permite mensurar o quão significativa possa ter se apresentado no imaginário do público leitor. Além do cajado, a personagem carrega também um pacote com a inscrição “intrigas”, como mais uma forma de associar à política uma carga simbólica negativa, numa alusão

à atividade parlamentar como fora descrita anteriormente. Note-se, ainda, que a personagem traz em suas costas um papagaio, bastante semelhante àquele que figura na ilustração que representa o que seria uma sessão na Câmara de deputados (figura 10). Na verdade, parece tratar-se do mesmo personagem, como forma de associar a imagem dos parlamentares à da “vilã” da história.

A narrativa prossegue e, Dona Política, segundo Tia Olga, durante a atuação de Getúlio Vargas como Presidente da República antes do Estado Novo, teria tentado, por diversas vezes, “armar novos planos para se vingar do atrevido” e tentado “passar rasteiras no Presidente, sem resultado”. Segundo Tió, “deu ela o braço até a amigos perigosos como o Comunismo – mas o Presidente aparou o golpe e jogou os dois por terra. Que tombo monumental!” (p. 70). Referindo-se ao período de eleições para sucessão presidencial que se realizaria em 1937, Tia Olga conta:

Dona Política entrou no meio e as coisas começaram a complicar-se. [...] Os vermelhinhos aproveitaram-se da confusão e começaram de novo a se manifestar. Esses zumbidos chegaram aos ouvidos do Presidente. E também aos ouvidos do Presidente chegou a voz do Brasil inteiro, pedindo ordem e paz, trabalho e progresso. (p.71)

Fica nítida a intenção de apontar que o período que antecede o golpe de 1937 apresenta-se como um momento de crise e instabilidade social, justamente em virtude da atividade política tal qual praticada naquele momento. A associação do movimento comunista a uma ideia de desagregação e desordem é uma clara tentativa de justificar a instauração do regime ditatorial que se inicia em 1937. Segundo prossegue a narrativa,

A 10 de Novembro de 1937, os deputados que chegaram à Câmara encontraram a casa de portas fechadas: ali não se ouviriam mais bobagens e bate-papos inúteis a 200 mil réis diários por cabeça. O povo saiu em festa para as ruas. O céu se encheu de estrelas. (p. 71)

É possível perceber como as biografias de Vargas analisadas neste trabalho serviram ao amplo projeto educacional do Estado Novo. Um de seus objetivos é fornecer ao público de crianças e jovens uma dada interpretação dos acontecimentos, coerente com os interesses do núcleo de poder. Os esforços voltados para a produção de uma personalidade carismática para Vargas têm, em grande medida, a intenção de revestir sua imagem de um forte apelo popular, possibilitando a personalização do poder público na figura do presidente, que seria o responsável pela expressão da vontade do povo. Em virtude dessa pretensa proximidade e da desqualificação da política, não haveria, então, a necessidade da existência de instituições que intermediassem o contato entre governante e governados, como os partidos políticos e o Parlamento. Reafirmando o esforço de autodefinição do regime como uma democracia social, o nono capítulo de *História de um menino de São Borja* é finalizado por Tia Olga contando aos sobrinhos que, naquela mesma noite, o Presidente anuncia pelo “microfone do rádio” o nascimento do Estado Novo e a morte da “Senhora Dona Política”. Ou seja, no embate entre mocinho e vilão, o herói, Getúlio Vargas, sai vitorioso.

Foi um enterro triste, o da Senhora Dona. Meia dúzia de gatos pingados levaram à última morada os despojos da perversa. E nesse dia, até as minhocas se queixaram de que a carcassa daquela Senhora era indigesta e venenosa. Nem as minhocas quiseram saber da desgraadinha... (p. 72)

Utilizando claramente um viés mais lúdico e que, por isso mesmo, possuiria ressonância no imaginário do público alvo, o conteúdo da publicação deixa ver a intenção que o governo do Estado Novo teve de se situar como um novo início na história do país. Segundo Gomes, esta é a tônica do discurso político dos anos pós- 1937: “A fundação de uma ordem política consentânea com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significava um autêntico redescobrimento do Brasil” (GOMES, 2005, p. 191). A ideia de “morte” da política e, ao mesmo tempo, nascimento do regime, integra-se ao discurso de ruptura que se pretendeu estabelecer com relação ao período da Primeira República. Este

complexo discursivo esteve embasado no ideal de modernidade verificado, em especial, nas primeiras décadas do regime republicano.

Como afirmam Micael Herschmann e Carlos Alberto Pereira (1994), em fins do século XIX e inícios do XX, configurou-se, no Brasil, de modo bastante claro, a montagem de diferentes projetos de “modernidade”. Segundo os autores, este “paradigma moderno” pode ser entendido como “um conjunto de procedimentos, de hábitos internalizados, de questões/problemas capazes de mobilizar e de orientar as reflexões de uma época ou de uma geração” (p. 11). Ao longo deste período, manifestam-se movimentos que visavam, para além da implementação de uma nova ordem republicana, a construção de um novo modelo de Brasil, o modelo de um Brasil *moderno*. De acordo com esta abordagem, os especialistas da medicina, da educação e da engenharia, ao lado da geração literária de 1920, teriam sido os principais responsáveis pela elaboração deste paradigma, que se cristaliza na década de 1930. Neste contexto, idéias como “novo”, “progresso”, “ruptura” e outras, passam a caracterizar o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade. O nacionalismo dá o tom do processo de institucionalização do ideário moderno, que se acentua a partir de 1930 e que, com o Estado Novo, se configura como um “projeto de modernização autoritária” (p. 34). Mudanças importantes como o desenvolvimento da indústria e de um estilo de vida urbano, são acompanhadas de regras de comportamento e valores embasados pelo discurso do “moderno”, afirmando uma ideia de ruptura com um passado “pré-moderno”.

Assim, o governo Vargas foi caracterizado pelo forte investimento na propaganda política, que se ocupou, em grande medida, em desqualificar, especialmente, o período da Primeira República, a fim de legitimar o regime de 1937. Deve-se considerar, contudo, que os grupos políticos que atuaram durante o período que ficou conhecido como “República Velha”, inclusive os das oligarquias regionais, tiveram ativa participação no governo pós-1930, embora com diminuição de seu “poder de fogo”, especialmente durante o Estado Novo⁷⁵. A própria expressão “República Velha”, comumente utilizada em referência ao período da Primeira República, de certo modo, apresenta-se como uma forma de desqualificação do mesmo. A República dos políticos “decadentes” e “carcomidos”, como se referem os textos das biografias aqui analisadas, é situada como contraponto em relação à República “Nova”, ao “Estado Novo”, que traria consigo os ventos de inovação e modernidade, através da liderança de Vargas.

A desqualificação da atividade política realizada no período anterior ao de seu governo baseia-se, também, no princípio da unidade nacional, em detrimento da ideia de

⁷⁵ Cf. PANDOLFI (2003).

fracionamento vinculada à organização de diferentes partidos e às oligarquias regionais que haviam dominado o cenário político, até então.

O regime federativo, instituído em 91, continha em sua essência o germe da desagregação. A Constituição de 10 de novembro pôs termo a esse processo de dissolução, devolvendo ao Poder Central a responsabilidade da integração das forças vivas da nacionalidade. A exagerada autonomia, conferida aos estados, traduzindo-se em descentralização política e administrativa, fragmentava em 20 parcelas o poder que deveria ser uno e indivisível, para que se pudesse transmitir às novas gerações, dentro do mesmo território, uma Nação integrada pelos mesmos motivos de conservação e perpetuidade. (CAMPOS, 2001, p. 109).

O ideal nacionalista, como deixa ver o texto de Francisco Campos, apresenta-se como um dos principais eixos do projeto estadonovista. As práticas individuais deveriam concorrer para o engrandecimento da pátria, culminando sempre na valorização e defesa da nação.

3.4 A nação ensinada aos jovens

“Assim, Getúlio Vargas pôde crescer com força e alegria, como uma jovem árvore plantada na Terra do Brasil.”

(*História de um menino de São Borja*, p. 12)

Acompanhando a abordagem de Norbert Elias (1993) que, em estudo sobre a produção de hábitos e costumes nas sociedades de corte europeias, denomina processo civilizador como um movimento que “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (p. 193); é possível pensar as iniciativas do governo do Estado Novo conformando um projeto que tinha por objetivo civilizar a população, na medida em que tencionavam inculcar-lhe determinados valores morais e hábitos sociais. De acordo com o autor, as atitudes e os costumes dos homens não são naturais, mas, sim, construídos e desenvolvidos *pelo e no* meio social, através do controle social efetuado sobre o indivíduo e que, progressivamente, é convertido em autocontrole – uma regulação constante do próprio comportamento. A teia de relações de interdependência entre os homens faz com que estes sejam levados a regular sua conduta, de modo que cada ação venha desempenhar uma dada função social. Considerando, então, a “modelagem social” e a capacidade individual de autorregular condutas enquanto processos, certamente estes devem ser vivenciados pelo indivíduo desde cedo, sendo infância e juventude consideradas fases fundamentais para a concretização do processo de civilização da sociedade.

Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos, de que precisará para desempenhar funções adultas. Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma autosupervisão automática de paixões. [...] É a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação. (ELIAS, 1993, p. 202; 205).

Partilhando da argumentação de Elias, segundo o qual “nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo”⁷⁶, é possível pensar o projeto político e educacional do Estado Novo como eminentemente civilizador. Ao Estado, caberia fornecer à população valores morais e sociais afinados com os interesses do regime, estabelecendo determinados parâmetros de conduta. Os jovens, através da vivência em um ambiente moralmente sadio e das experiências a partir de modelos definidos, seriam capazes de exercer o autocontrole sobre suas atitudes e comportamentos, aspecto fundamental para a concretização do projeto de construção de uma nação unificada por valores culturais comuns, moderna e civilizada.

As produções biográficas aqui analisadas caracterizam-se por traduzir, em dada medida, este esforço de construção e fortalecimento do nacionalismo em crianças e jovens naquele momento, demandado através de múltiplos meios. Interessante perceber como as publicações, em sua maioria, à exceção de *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, utilizam a imagem do mapa do Brasil como um estímulo inicial à leitura. Em *Uma biografia para gente nova*, isto ocorre na própria capa, única ilustração da obra⁷⁷. A ilustração traz a imagem de um jovem sendo acolhido por uma mulher que, vestida com uma espécie de manto que representa a bandeira brasileira, lhe apresenta um mapa do Brasil. Na figura, os cabelos da mulher parecem dar continuidade ao oceano que banha o país, tendo-se a impressão de que sua figura ajuda a compor a própria imagem deste, como se compusesse a imagem da nação. À direita, há um desenho do rosto de Vargas, a observar a cena, com o olhar vigilante, como sugere a imagem, de quem cuidasse para que a interação entre o jovem e a *mãe-pátria* estivesse preservada. Ao mesmo tempo, a própria pátria parece guiar a criança na direção do presidente.

Em *História de um menino de São Borja*, o primeiro capítulo é iniciado por duas ilustrações: uma representa Tia Olga mostrando aos sobrinhos a localização do Rio Grande do Sul no mapa do Brasil (figura 12), a outra, traz a imagem de um mapa deste estado (figura 13). Após as ilustrações, o texto procura caracterizar o estado do Rio Grande do Sul e a cidade de São Borja, chamando atenção para sua posição geográfica e elementos naturais do espaço, como relevo e hidrografia:

⁷⁶ Ibidem, p. 270.

⁷⁷ Vide figura 3.

O Estado do Rio Grande do Sul guarda as fronteiras do Brasil, como se fosse um couraçado munido de sólidas defesas: coxilhas, lagoas e rios, que são os chamados limites naturais. Rosa-Maria, debruçada no mapa aberto, indica a longa linha azul que marca o Rio Uruguai. - Isso mesmo, minha filha. Tió ia mesmo falar no Rio Uruguai, que separa o Rio Grande da República Argentina em todo o comprimento da fronteira. [...] Vejam a posição de São Borja: planuras de todo lado, para cima a Serra do Espinilho e, para baixo, a Coxilha do Rincão da Cruz.” (p. 8; 9)

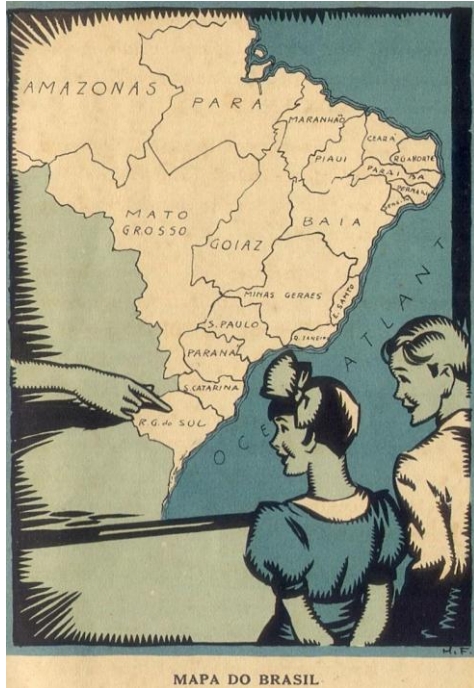


Figura 12- Ilustração de *História de um menino de São Borja*

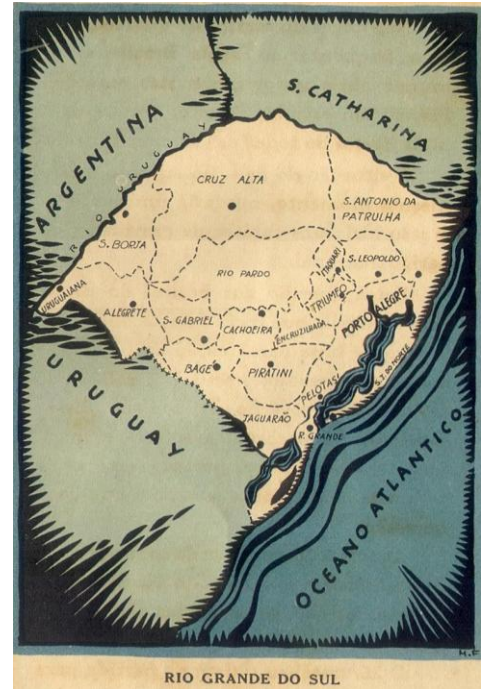


Figura 13- Ilustração de *História de um menino de São Borja*

O autor de *Uma biografia para gente nova* também salienta, logo no início do texto, a posição geográfica da cidade natal de Getúlio Vargas, afirmando que “pela situação fronteiriça, [São Borja] conserva uma intensa vibração brasileira” (p. 6). A publicação *Getúlio Vargas para crianças*, como visto, utiliza-se amplamente de recursos iconográficos como estratégia para alcançar o público infantil. A obra apresenta, de início, uma ilustração representando o mapa do Rio Grande do Sul, com a identificação da localização das cidades de Porto Alegre e São Borja (figura 14).

Na mesma imagem, em menor escala, há um mapa do Brasil, com a área referente ao estado destacada, seguida de uma caracterização deste ambiente, com ênfase para as atividades tipicamente rurais, ali realizadas. Ao longo da narrativa, referindo-se a trechos diferentes do texto, mais três ilustrações apresentam a imagem do mapa do Brasil. Uma representa Getúlio Vargas trabalhando em seu gabinete, no período em que esteve no governo do Rio Grande do Sul e, na parede, ao fundo, é possível ver um mapa (figura 15). Outra

(figura 16) refere-se à instauração do Estado Novo, com destaque para a Constituição que, segundo o autor, “Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro” no dia 10 de novembro de 1937, “um dia predestinado” (p. 84). Na última ilustração da publicação (figura 17), que traz a legenda “Presidente Getúlio Vargas, Homem Simples e Bom”, vê-se representada a imagem de Vargas e, ao fundo, como que sob a vigilância/proteção do presidente, o mapa do Brasil.



Figura 14- Ilustração de
Getúlio Vargas para crianças



Figura 15- Ilustração de
Getúlio Vargas para crianças



Figura 16- Ilustração de
Getúlio Vargas para crianças



Figura 17- Ilustração de
Getúlio Vargas para crianças

É possível avaliar a utilização recorrente do mapa, aliada ao texto que enaltece e valoriza o espaço geográfico e os elementos naturais daquela região, como um reforço simbólico significativo para a associação daquela imagem, representativa do território, à ideia de uma comunidade única e unificada, à ideia de nação. Importante sinalizar para a relação entre regionalismo e nacionalismo, evidenciada pela estruturação das publicações. As primeiras décadas do regime republicano foram marcadas, especialmente no campo de

produções intelectuais e artísticas, pela busca dos traços definidores da identidade nacional. Deste modo, as especificidades geográficas e culturais das diferentes regiões do país, deveriam ser valorizadas enquanto elementos nos quais residiriam as verdadeiras raízes da brasilidade. Segundo Mônica Velloso, em estudo que examina a questão do nacionalismo como um dos prismas do movimento modernista, manifestado no Brasil em inícios do século XX,

O regionalismo aparece como uma mediação necessária para se atingir a nacionalidade, assegurando o ingresso do país na modernidade. [...] Assim, o folclore e as tradições populares das várias regiões brasileiras – do Oiapoque ao Xuí – devem ser valorizados como elementos constitutivos da própria nacionalidade. É portanto a ideia de unidade cultural que interessa resgatar. (VELLOSO, 1993, p. 98).

Deste modo, as diferenças existentes entre as várias regiões brasileiras passam a ser vistas como partes de uma totalidade, representada pela nação. A relação regionalismo-nacionalismo também se apresenta, nas publicações, através da valorização da cultura da região sul. Estabelecer uma identificação de Vargas com sua terra natal significa instituir um vínculo com sua raiz brasileira. O esforço no delineamento desta relação está ancorado na imagem do estado como cenário de tradição na história do país, especialmente com relação à instauração do, então recente, regime republicano.

O gaúcho, por ter nascido no pampa, é impulsivo, não teme nada e enfrenta todas as situações. De dia, a gauchada lida no campo; à noite, sentados no galpão, diante da cuia de mate fumegante, os peões comentam as manhas dos garrotes e contam lendas do Pampa. (*História de um menino de São Borja*, p. 10).

O Rio Grande do Sul é um dos focos de grandeza e heroísmo da história brasileira. [...] Seus heróis são audaciosos e nada temem. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 7).

Pela situação fronteiriça, São Borja conserva uma intensa vibração brasileira, em coincidência com certas tendências políticas que fizeram, dentro da primeira república, a originalidade do governo do Estado do Rio Grande do Sul. (*Uma biografia para gente nova*, p. 6).

Oliveira Viana foi um dos intelectuais que atuaram junto ao governo Vargas na elaboração do chamado pensamento autoritário do Estado Novo⁷⁸. No livro *Populações meridionais do Brasil*, de 1918, com o objetivo de compreender as características originais da sociedade brasileira, Viana distingue alguns tipos característicos na formação do país, entre eles, o gaúcho. Segundo a caracterização do autor:

O campeador do pampa é o mais brilhante batalhador da nossa história. Tem para isso, primeiro: essa índole impetuosa, que as rudes fainas do pastoreio lhe afeiçoaram, feita para as violências das arrancadas e para as agressões fulminantes; segundo: uma treinagem de cem anos de guerra com o estrangeiro e o poder; terceiro: o *habitat* adequado, o meio geográfico propício, a planície ilimitada do pampa, sempre limpa e desafogada, que lhe serve de campo admirabilíssimo de manobras. Com os seus aperos de pastor e as patas do seu cavalo, o gaúcho está admiravelmente armado; se lhe põe na mão uma lança, é um guerrilheiro temível. (VIANA, 2005, p. 386)

⁷⁸ Cf. GOMES (2007).

Na construção social da identidade do gaúcho, como se pode notar, sua figura é associada à virilidade, à honra e à bravura, pela necessidade em lidar com a árdua vida do campo e como referência a elementos que evocam um passado glorioso. Apesar da diversidade interna do estado do Rio Grande do Sul, percebe-se uma tendência para a representação de seus habitantes através deste único tipo social. As peculiaridades do estado contribuem para a construção de uma série de representações em torno do gaúcho, atrelando a este a imagem de um verdadeiro herói. A relação regionalismo-nacionalismo, assim, fica evidenciada neste discurso de valorização das tradições e manifestações culturais da região sul do país.

O governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo, pretendeu construir um Estado capaz de criar uma nova sociedade e de produzir um sentimento de nacionalidade para o Brasil. Uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal.⁷⁹

Como aponta Oliveira, a exploração de uma dimensão simbólica do território brasileiro e de suas belezas naturais constituiu-se um dos caminhos através dos quais se teria buscado construir um sentimento de patriotismo e pertencimento à nação. Da perspectiva ideológica, o progresso nacional dependeria da efetiva ocupação e integração das diferentes regiões do país, inclusive do interior, bem como a exploração de suas riquezas.

Compreendereis facilmente, esperançosos brasileiros, a razão por que a Pátria é uma concretização de todos os brasileiros e aspirações do homem. É porque ela vem da Terra em que o homem nasce e moureja, e sobre a qual tece com o esforço a rede da solidariedade com os outros homens, no anseio de se afirmar entre eles em lances altaneiros, em tarefas ingentes, sempre a serviço de um ideal comum. (*Uma biografia para gente nova*, p. 12)

Como deixam ver os textos das biografias de Vargas, a integração territorial deveria estar aliada à integração moral e cultural entre os habitantes das diferentes regiões, que teriam sua identidade valorizada a partir de sua raiz comum: a terra brasileira.

O verdadeiro sentido da brasilidade está na Marcha para o Oeste! – exclamou, certa vez, em discurso, o presidente Getúlio Vargas. [...] Os resultados estão contribuindo para dar maior vida e maior atividade às regiões ocidentais do Brasil, cuja riqueza sem medida estava exigindo uma valorização imediata, em benefício total de nosso país. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 100).

A Marcha para o Oeste, movimento lançado pelo governo em 1940, teria tornado-se uma diretriz de integração social para o país⁸⁰. O programa de incentivo à migração para regiões do interior visava amenizar os problemas vividos pelos centros urbanos, causados pelo êxodo rural e, ao mesmo tempo, viabilizar a ocupação dos chamados “vazios” territoriais.

⁷⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A conquista do oeste**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

⁸⁰ Cf. Oliveira, *op. cit.*

Desta forma, a campanha em si configurou-se um estímulo à valorização do território brasileiro, reforçando a identificação do povo com sua pátria.

De acordo com as biografias, o Estado Novo é apontado como o regime capaz de restaurar e fortalecer os “laços da unidade brasileira”, que se encontravam “afrouxados” (*Uma biografia para gente nova*, p. 30) antes da Constituição de 1937.

Vejam vocês que, com a Constituição de 10 de novembro de 1937, ele [Vargas] deu ao país em que nós nascemos uma forma nacional incomparável. (*História de um menino de São Borja*, p. 75).

O Brasil ingressava em uma nova fase, perfeitamente adequada aos interesses nacionais, ficando dotado de uma carta política que consulta inteiramente as nossas necessidades sociais e morais. O Estado Novo nasceu com o prestígio do apoio das forças de terra e mar e logo a opinião pública ratificou por completo o gesto de Getúlio Vargas. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 84).

A solução dos problemas do país, segundo esta visão, dependeria, em grande medida, de um regime político nacional que suprimisse os obstáculos do governo anterior, garantindo, então, a unificação e o progresso da pátria. A liderança de Vargas é apontada como fator primordial para o êxito desta empreitada. A intenção dos textos parece ser a de convencer o leitor de que ninguém, além dele, poderia assumir este lugar e conduzir o país rumo ao desenvolvimento. Segundo trecho de *História de um menino de São Borja*, ainda criança, na escola primária do professor Fabriciano Braga, Getúlio já demonstraria ser possuidor de um nato sentimento patriótico:

As aulas corriam normalmente. Fabriciano explicava a organização do governo. De repente, no meio do silêncio, o Menino de São Borja levantou o dedo e perguntou:

- Professor...Por que é que há tantas bandeiras no Brasil? Não bastava a bandeira verde e amarela para ser o símbolo da Pátria?

[...] ‘Esse menino promete...’ – monologava o professor. (p. 16;17)

Utilizando-se do elemento da “predestinação” do jovem Vargas a seus “altos destinos”, como visto anteriormente neste trabalho, a narrativa pretende demonstrar que o patriotismo, manifestado desde a infância, atinge seu ápice através da criação do Estado Novo, regime que seria responsável pelo estabelecimento da unidade/integração nacional:

Aquela preocupação das bandeiras da escola do velho Braga foi transformada em realidade por ele: hoje o Brasil, que é um só, possui um único símbolo, que é a bandeira auri-verde. Os ventos que sopram sobre o Brasil, hoje, só agitam um único pavilhão – e esse pavilhão sagrado é o símbolo da Pátria unificada pelo Menino de São Borja. (p. 75)

A simbologia da qual se reveste a imagem da bandeira nacional, como representação da pátria, é utilizada de modo a exaltar a almejada integração das diferentes regiões do país e reforçar a questão da unidade nacional, em detrimento da divisão atribuída à organização por estados. O emblemático episódio de cremação das bandeiras estaduais, ocorrido durante cerimônia de comemoração pelo Dia da Bandeira, menos de um mês após a implantação do

regime, marca, a nível simbólico, uma maior unificação do país e o enfraquecimento dos poderes regionais/estaduais. A cerimônia, ocorrida no dia 27 de novembro, na Esplanada do Russel, no Rio de Janeiro, contou com a presença de Getúlio Vargas, a apresentação de coros orfeônicos, regidos pelo maestro Heitor Villa-Lobos, além de desfile cívico de estudantes, trabalhadores e militares. Ao som do Hino Nacional, tocado pelas bandas de música, Getúlio Vargas hasteou a Bandeira Nacional no palanque principal da cerimônia. Em uma área especialmente reservada, crianças das escolas públicas hastearam vinte e uma bandeiras nacionais, substituindo as vinte e uma bandeiras estaduais que estavam hasteadas. Estas foram simbolicamente incineradas numa grande pira, ao som do Hino Nacional⁸¹. Segundo Carvalho (1990), a bandeira e o hino são, tradicionalmente, os símbolos nacionais mais evidentes na construção da representação simbólica da República. Assim, a cerimônia de cremação das bandeiras estaduais, bem como os textos das biografias de Vargas, tencionam forjar um sentimento coletivo de unidade que deveria ser partilhado por todos os brasileiros, através da utilização da imagem da Bandeira Nacional como emblema da pátria.

O regime autoritário de 1937 redefine a questão da identidade nacional, desenvolvendo uma ideologia segundo a qual Estado e nação constituiriam uma unidade indissolúvel, cuja base política seria a figura do chefe de governo e sua política nacionalista⁸². Contudo, é importante atentar para o fato de que os debates em torno da questão nacional já se encaminham mesmo antes do governo Vargas. Segundo estudo de Lúcia Lippi Oliveira, realizado a partir da análise de produções literárias das primeiras décadas do regime republicano, entender e construir o Brasil era uma meta fundamental para a atividade intelectual naquele momento e, neste contexto, a construção do sentimento brasileiro teria significativa importância, sendo a nacionalidade o critério básico de avaliação daquelas produções.

A nação passa a ser colocada como o valor mais alto na escala de símbolos político-culturais, conseguindo integrar diferentes tradições, religiões, etnias e classes. A nação constitui a entidade máxima a qual se deve lealdade. O ideal nacional envolve o desenvolvimento de um tipo específico de solidariedade que vem predominar sobre outras formas de consciência de pertencimento. (OLIVEIRA, 1990, p. 30).

É possível perceber que o esforço de construção/fortalecimento de um sentimento nacional de viés cívico e patriótico, insere-se no rol de preocupações do regime republicano desde o momento de sua instituição, ganhando contornos bem definidos ao longo do governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo. Neste momento, os esforços voltados para a valorização de um ideal nacionalista, se entrecruzam com aqueles mobilizados para a

⁸¹ Cf. PARADA (2009).

⁸² Cf. CARVALHO (1998).

construção de uma personalidade carismática para Vargas, sendo forjada uma identificação direta entre a nação e o regime, corporificado na própria figura do presidente.

“Nós podemos dizer, a esta altura do regime, que o Estado Novo é o Presidente”. A fala de Francisco Campos traduz a intencionalidade do arcabouço ideológico do regime de 1937, de estabelecer as realizações do governo como iniciativas de Vargas, uma importante estratégia de aproximação de sua imagem junto ao povo e identificação com a própria imagem da nação. Um dos principais objetivos deste complexo discursivo foi a produção de uma imagem idealizada de Getúlio Vargas diante da população, a construção de um verdadeiro mito em torno da figura do presidente.

3.5 O “brasileiro mais brasileiro”: a imagem da nação em Vargas

“Nunca houve em nossa terra um brasileiro mais brasileiro que ele.”

(*História de um Menino de São Borja*, p. 75)

O trecho supracitado permite mensurar o caráter apologético do qual se revestiram as biografias de Vargas aqui analisadas. As narrativas encaminham-se na direção de situar a trajetória de Vargas entre as de personagens históricos como Tiradentes, como menciona Capanema na apresentação de *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, ou D. Pedro II, Anchieta e Duque de Caxias, como deixa ver a composição da coleção da qual faz parte *Getúlio Vargas para crianças*. A escrita das biografias produz todo um conjunto de representações organizado em torno da figura de Vargas, com o objetivo principal de fortalecer sua imagem e do Estado Novo, e legitimar a figura do presidente como líder incontestado do governo e chefe da nação.

O mito, apesar das diferentes conotações do termo, incluindo sentidos negativos associados à ilusão, fantasia ou inverdade, constitui-se em narrativa repleta de significação, que faz parte do imaginário social, do sistema simbólico produzido pela coletividade. Segundo apontado por Eunice Maciel, “um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa” (FELIX; ELMIR, 1998, p.85). Francisco Campos afirma, a respeito da importância do mito na arquitetura política do regime:

Não tem sentido indagar, a propósito de um mito, do seu valor de verdade. O seu valor é de ação. O seu valor prático, porém, depende, de certa maneira, da crença no seu valor teórico, pois um mito que se sabe não ser verdadeiro deixa de ser mito para ser mentira. Na medida, pois, em que o mito tem um valor de verdade, é que ele possui um valor de ação, ou um valor pragmático. (CAMPOS, 2001, p. 16).

Assim, considerando que o valor prático do mito está em seu “poder mobilizador” e que depende das relações que estabelece com “as experiências imediatas das *massas*” (GOMES, 2007, p. 97), não pretendemos aqui adentrar na seara da verdade ou inverdade que se possa atribuir ao mito. Interessa-nos reter sua eficácia simbólica, pensar o mito Vargas pela perspectiva do sentido e significado que se esperava que assumisse no imaginário social naquele momento, mais especificamente, no imaginário infanto-juvenil. Acompanhando a abordagem de Roger Chartier, que considera a produção de representações como prática cultural e categoria fundamental de organização e apreensão do mundo, torna-se possível estabelecer tais representações como componentes e produtoras da própria realidade social. Segundo o autor,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) [...]. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Nesta perspectiva, procuramos investigar de que forma as configurações inscritas nas biografias utilizadas nesta pesquisa construíram representações do mundo social, que deveriam ser interiorizadas pela mocidade brasileira, e como se constituíram, elas próprias, produtoras daquela realidade. Na medida em que o mito permite tornar inteligível a complexidade da vida social, não consideramos que real e imaginário sejam contrapostos ou antagônicos, mas, sim, indissociáveis, na medida em que o real pressupõe o imaginário. Afirmar que o mito situa-se no campo do imaginário não significa excluí-lo da realidade. Ao contrário, significa considerar que sua existência implica um processo de construção e produção de representações acerca daquilo que se pretende mitificar. Em nosso caso particular, quer dizer que a produção do mito Vargas demandou do governo do Estado Novo uma série de providências encaminhadas nesse sentido. A produção de impressos como livros, folhetos e cartilhas, a utilização de meios de comunicação como instrumentos de propaganda, a organização de grandiosas cerimônias cívicas, como já visto, são exemplos deste conjunto de medidas, no qual estão incluídas as biografias aqui analisadas.

Mitos políticos exigem intensa e sofisticada propaganda governamental, mas é preciso que o que está sendo propagado faça sentido para a população receptora, vinculando-se à sua

experiência de vida, seja direta, seja indiretamente. A construção de um mito, portanto, não é mera obra de mistificação.⁸³

Partimos do pressuposto que, para ser bem sucedido, o discurso mítico produzido precisa encontrar eco no imaginário dos indivíduos aos quais se dirige, isto é, precisa estar adequado às significações do sujeito. O mito não se enraíza se não dialogar com as tradições culturais do meio e, deste modo, sua produção implica a construção de elos de identificação e aproximação com o público a que se destina. Em nosso caso, é possível perceber que a relação que se pretendeu estabelecer entre Vargas e a população infanto-juvenil esteve mais ancorada numa ideia de aliança e confiança que de obediência ou subserviência. A máxima estadonovista, de que, com a instituição do regime, haveriam acabado os intermediários entre o governo e o povo, expressa esta pretensa relação de aproximação, evidenciada pelas biografias, que procuram mostrar existir um forte laço de afetividade entre Vargas e a população:

[Getúlio Vargas] É figura vossa conhecida, por quem tendes muito devotamento; um devotamento, fruto da sua simpatia, do seu sorriso, da sua simplicidade, vindo da posição em que está ao vosso encontro. [...] Gostais dele sem cálculos, sem interesses e sem ambições de vos fazerdes querer, pelo fato de ser o Presidente do Brasil. (*Uma biografia para gente nova*, p. 5).

O povo, tranqüilo, satisfeito, aclamava nas ruas o Chefe do Governo Provisório, que era o dono do sorriso mais acolhedor de todo o Brasil... [...] Ao sair da Assembleia, depois de receber o mandato para o novo período de governo, agradeceu, com a mesma serenidade e com o mesmo sorriso de sempre, à alegria carinhosa do povo seu amigo. [...] Quer ver a realidade e quer conversar com os homens do povo. [...] Gosta de viver ao ar livre e de parar, nas ruas, para conversar com as crianças que encontra. (*História de um menino de São Borja*, p. 61, 63, 76, 77).

De fato, jamais o Presidente se sentiu tão bem como quando esteve, em suas viagens e excursões, entre as massas populares, recebendo do contato com o povo a mais decidida aprovação a todos os seus atos e a todas as suas atitudes. [...] Getúlio Vargas nunca encontra, em seus passeios, uma criança, sem se deter para lhe dar uma palavra. Nas Escolas que visita, as crianças saúdam-no com ruído e emoção. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 93, 98).

Mesmo *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, que não aborda sua atuação como político após a conclusão do curso de Direito, fornece ao leitor a imagem de Getúlio como detentor de uma personalidade afetuosa, quando, por exemplo, afirma que, nos tempos da faculdade, “apesar de um tanto retraído, sem se extremar em reserva que daria falsa impressão de frieza de alma, incompatível com sua flama interior, era afável, ria e sorria com frequência” (p. 25). Os textos exploram uma ideia de afeto mútuo, tencionando forjar uma relação quase íntima, como de amizade, entre o presidente de “sorriso acolhedor” e “seu” povo. É possível notar a intenção de apontar a figura de Vargas como aquele que cuida dos jovens, dos trabalhadores e de suas famílias, aquele que zela por seu bem-estar, enfim, o “pai dos pobres” e amigo da

⁸³ GOMES, Angela de Castro. **O mito Vargas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVargas>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

juventude. Exemplo disto é uma publicação do DIP, de novembro de 1940, intitulada “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”⁸⁴. Ao longo de suas trinta e duas páginas, o livro, destinado ao público infanto-juvenil, aborda realizações do Estado Novo, especialmente as ligadas à área da educação e da legislação social, apresentando diversas fotografias do presidente em contato com crianças e jovens. Alguns trechos da obra são significativos, neste sentido:

Criança brasileira, nascida no Amazonas ou nas coxilhas do Sul, volta teus olhos, com orgulho, para o grande brasileiro que é o teu maior amigo e faz de tua admiração por ele culto fervoroso. Ele não é teu amigo apenas porque sorri quando te encontra e conversa contigo quando cruza no teu caminho. Ele não é teu amigo somente porque te protege, porque te dá escola e te oferece os mais sadios exemplos de patriotismo.

Não é só por isso que o deves considerar teu amigo.

Considera-o como tal porque ele está fazendo a felicidade do Brasil; porque ele despertou o ‘gigante adormecido’ e está fazendo o Brasil marchar com passo firme para os seus grandes destinos; ele é teu amigo porque está construindo a grandeza de tua Pátria, preparando o Brasil para os teus dias vindouros! (DIP, 1940, p.30, 31).

A última fotografia da publicação mostra Getúlio Vargas, acompanhado de outras autoridades e de algumas crianças, subindo uma escada, carregando uma menina ao colo. À imagem, segue o trecho abaixo, com o qual é finalizada a obra, e que merece ser transcrito:

Criança brasileira! Repara bem nesta fotografia. Vê o teu grande amigo galgando essa escada grande, carregando nos braços uma criança. O que o flagrante te sugere? Por acaso não vês nele um instantâneo do momento excepcional que está vivendo a Pátria? Não é o Presidente que te ampara, subindo a escada do futuro?

Medita na verdade que transluz desta fotografia e continua a estimar o teu grande amigo, a procurá-lo quando quiseres, a receber os seus sorrisos como a demonstração de quanto ele te admira e de quanto confia em ti. E não faltes aos compromissos que assumistes para com ele, porque ele quer que tu, mais tarde, concorras com a parcela do teu esforço para a felicidade do Brasil.

E, assim, pagarás o tributo da amizade que te consagra GETÚLIO VARGAS, O AMIGO DAS CRIANÇAS. (p. 32)

Sugerindo que a foto seria um “flagrante”, ou seja, o registro de uma atitude espontânea do presidente, fica clara a intenção do texto, tal como das biografias, de se estabelecer entre os leitores e a figura do presidente, uma relação mútua de aliança e confiança, uma relação que poderia ser traduzida como uma espécie de pacto entre ambas as partes. A produção do álbum ilustrado “A Juventude no Estado Novo” constitui uma outra iniciativa encaminhada nesta direção. Também publicada pelo DIP, a obra apresenta fragmentos de discursos de Vargas, dirigidos ao público de crianças e jovens, que tratam de temas como a importância da educação, a unidade nacional e o enaltecimento da pátria, ressaltando-se o papel conferido aos jovens diante destas questões. As figuras 18 e 19, mostradas a seguir, referem-se a páginas extraídas desta publicação.

A imagem de Vargas devia ser a de um presidente especialmente atento à situação dos trabalhadores do Brasil e, com igual ênfase, à situação das mulheres/mães, dos jovens e das

⁸⁴ Foi consultado exemplar da publicação disponível para consulta no acervo do CPDOC/FGV.

crianças, que garantiriam o futuro do país. [...] Povo e presidente deviam estar próximos, deviam confiar um no outro.⁸⁵



Figura 18- Página extraída da publicação *A Juventude no Estado Novo*

“... nunca apelei, em nome da Pátria, para os brasileiros, que, na vanguarda dos seus defensores, não visse formados os jovens vibrantes de entusiasmo, dispostos aos maiores sacrifícios.

... e espero que o vosso exemplo se espalhe e frutifique, dando ao Brasil inteiro a segurança de que os moços de hoje saberão transmitir, íntegra e honrada, às gerações futuras, a grande Pátria construída pelos seus maiores.”

“Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos de intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação.”

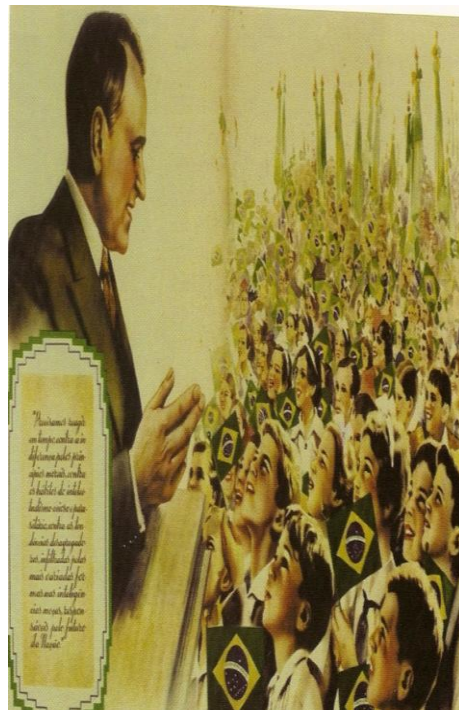


Figura 19- Página extraída da publicação *A Juventude no Estado Novo*

⁸⁵ GOMES, *op. cit.*

Segundo Ricardo de Araujo (1986), em texto que examina aspectos relacionados à produção do mito Vargas, “este mito implica, resumidamente, a atribuição de qualidades excepcionais a Getúlio, qualidades que dariam sentido, direção e legitimidade ao seu governo” (p. 104). O modo como as publicações tratam do episódio de desligamento de Vargas da Escola Militar de Rio Pardo, já mencionado neste trabalho, deixa clara esta preocupação. Segundo *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, a atitude de Vargas, “repassada de altivez e lealdade” (p. 13), teria sido puro ato de solidariedade para com os colegas, já que o jovem não teria participado do fato que teria gerado a punição. De acordo com *Uma biografia para gente nova*, da mesma forma, Getúlio figuraria entre os desligados, simplesmente “para não quebrar o compromisso puramente virtual de solidariedade em fatos a que fora estranho”. O autor completa, afirmando que não haveria “atitude de mais desinteressada correção” (p. 15).

Interessante perceber que, tratando do mesmo episódio, as outras duas biografias realizam uma abordagem diferente. Segundo estas publicações, Getúlio não teria sido desligado da escola, mas, sim, promovido. De acordo com *Getúlio Vargas para crianças*, nesta instituição, o jovem “curra duas séries com distinção, sendo classificado no 25º Batalhão de Infantaria, com sede em Porto Alegre” (p. 17). Indo ainda além nos detalhes, em *História de um Menino de São Borja*, Tia Olga afirma aos sobrinhos que “o Diretor da Escola chamou-o, apertou-lhe as mãos e comunicou-lhe que, em vista das belas notas e dos belos resultados que alcançara, ia ser transferido para Porto Alegre – onde serviria no 25º Batalhão de Infantaria” (p. 25). É provável que esta diferença na abordagem do mesmo tema, ocorra em virtude do público mais específico ao qual se dirigem as publicações, como visto inicialmente. De todo modo, seja pelo sentimento de solidariedade para com os colegas, ou pelo notável desempenho escolar, ambas as abordagens põem em relevo, para os jovens, aquelas qualidades excepcionais que caracterizariam a personalidade de Getúlio.

A retórica, como arte de bem falar, de bem argumentar, assume papel fundamental no exercício da atividade política. “A argumentação consiste na persuasão e no convencimento, baseada no uso da linguagem vinculada a valores morais, sociais, políticos. A persuasão lida com os afetos” (BONFIM, 2004, p. 7). O bom orador, assim, é aquele capaz de conduzir o discurso de modo a torná-lo comovente/convincente diante de seu auditório. Essa capacidade de exprimir-se facilmente é apontada como mais uma das qualidades características da personalidade de Vargas. Nas biografias, é possível perceber a expressão desta categoria através do destaque a uma suposta destreza no trato com as palavras, desde o tempo do colégio. Esta habilidade estaria representada, principalmente, na figura do orador de turma.

Ainda no ensino secundário, na Escola Brasileira, Getúlio Vargas teria sido eleito orador do Clube Literário Brasileiro, criado pelos alunos daquela instituição. Nesta função, seria responsável por realizar discursos ligados às atividades do clube, experiência esta que “teria sido oficialmente a sua primeira manifestação oratória” (*Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, p. 20). O texto vem carregado de elogios a esta que seria mais uma habilidade excepcional apresentada pelo jovem Vargas: “O jovem orador possuía sóbria gesticulação, falava pausadamente e à retórica rendia o apreço suficiente para justificar o gosto próprio da idade pelo ornato da frase” (p. 20). Ao longo do curso de Direito, também teria desempenhado esta função, realizando discursos em movimentos estudantis como “porta-voz da mocidade” (p. 38), além de ter sido orador de sua turma na cerimônia de formatura. “Sua palavra era fácil, sem atavios, mas impregnada de vivo conhecimento das questões, do exato termo das realidades” (*Uma biografia para gente nova*, p. 21). Referindo-se ao período da atuação de Vargas como deputado, Avelino resume em seu texto a tentativa expressa nas biografias de apontar a retórica como mais um sinal de sua excepcionalidade.

Outra estratégia para caracterizar a exemplaridade da imagem de Getúlio traduz-se na tentativa de atribuir-lhe uma tendência nata para a liderança, uma capacidade singular em assumir a direção de situações nas quais a figura de um chefe far-se-ia fundamental. Estas situações, consideradas momentos de crise, constituem conjunturas nas quais seriam necessárias a presença e a atuação de um guia, um tutor capaz de reverter o estado de conflito. “A construção do herói envolve a vitória sobre alguma adversidade, demanda algum sacrifício” (OLIVEIRA, 2000, p. 166). Nas biografias aqui analisadas, fica claro que os períodos de crise no qual Vargas teria exercido o papel de guia, seriam: quando assume o governo do Rio Grande do Sul, o do Movimento de 1930 e o da instauração do Estado Novo. As biografias tendem a caracterizar estes períodos como momentos de intensa instabilidade social.

Apesar de a abordagem de *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* se encerrar no período de conclusão do curso de Direito, o autor, André Carrazzoni, aponta para uma atmosfera de turbulência que considera envolver a política riograndense, caracterizada, principalmente, pelas disputas entre os partidos Republicano e Federalista. A abordagem da criação do Bloco Acadêmico Castilhistas, que teria nascido “das conversações entre os estudantes no quarto do bacharelado Getúlio Vargas” (p. 48), aponta para uma espécie de iniciação de Getúlio no ambiente das disputas partidárias de seu estado. Segundo *História de um Menino de São Borja*, “as lutas políticas nesse Estado [Rio Grande do Sul] ferviam de um modo assustador” (p. 46). Nessa mesma perspectiva, Georgino Avelino, em *Uma biografia para gente nova*,

afirma que “as oposições, em Estado como o Rio Grande do Sul, constituíam ameaças constantes à ordem interna” (p. 23).

Começou seu governo pela pacificação política do Rio Grande. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 30).

O Presidente Getúlio Vargas viu que não lhe seria possível governar nesse ambiente de agitação dos espíritos. E tratou de promover a pacificação política do Estado – o que conseguiu. (*História de um Menino de São Borja*, p. 46).

A missão do homem de govêrno foi, de começo, construir união sólida entre os riograndenses. (*Uma biografia para gente nova*, p. 22).

Nota-se que caracterizar pela instabilidade o momento que antecede a chegada de Vargas no governo do estado, é estratégia utilizada nas narrativas para, em seguida, indicar que sua liderança viria ser responsável pela transformação do ambiente turbulento em ambiente ordenado, pacificado.

O momento que antecede o movimento de 1930, da mesma forma, é marcado nas biografias pelo clima de “desorganização política que imperava em todo o território nacional” (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 34). A metáfora da represa que arrebenta, utilizada em *História de um menino de São Borja*, e a expressão “ebulição social”, em *Uma biografia para gente nova*, ilustram esta ideia de agitação e instabilidade pela qual se pretendeu caracterizar o período. Novamente, a figura de Vargas aparece como a de condutor do grupo, aquele que seria responsável por “dar remédio à desordem”.

Só por feliz intervenção de coincidências a que poderíamos chamar providenciais, é que, em alguns casos, uma revolução encontra condutores que a interpretem e dirijam a fins verdadeiramente renovadores e construtivos. (*Uma biografia para gente nova*, p. 25).

Neste momento de crise, como sugerem os textos, a condução de Getúlio Vargas é apontada como fator primordial para o êxito do movimento, sendo concentrada em sua figura a responsabilidade pelo “restabelecimento” da ordem social.

O período entre 1930 e 1937 é tratado nas biografias de modo a exaltar as realizações de Vargas à frente do governo, demonstrando seus esforços voltados para o que seria a reorganização do país. Contudo, segundo o encaminhamento das narrativas, a instabilidade na área política é o que caracteriza o período, especialmente entre 1934 e 1937, como uma conjuntura de crise. A Constituição de 1934 é considerada como um desvio no percurso iniciado com o Movimento de 1930 e a instauração do regime de 1937 significaria, então, uma retomada dos princípios e ideais políticos da “revolução”. Referindo-se a este momento, uma das publicações é enfática neste sentido:

Os agitadores, os mercenários a soldo de ideais estranhos, os sem-pátria e os aproveitadores de todas as situações começaram a perturbar o ambiente da pátria com os movimentos desagregadores e dissolventes. Inimigos de Deus, inimigos do Brasil e inimigos da Família Brasileira começaram a pregar, em associações supostamente nacionais, idéias que punham

em perigo a garantia da ordem e a estabilidade de nossas instituições. Essa agitação visava a obtenção do poder, com o fim de transformar o Brasil em um país de opressão e miséria, em que as liberdades perdessem e o trabalho passasse à escravidão. (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 78).

Pode-se notar a conotação negativa conferida aos movimentos de oposição ao governo. O discurso veiculado é o de que estes movimentos acabam por configurar um momento de crise, na medida em que constituiriam uma ameaça à ordem política que vinha sendo estabelecida por Vargas. Neste momento, em meio a uma “crise que caminhava para consequências extremas” (*Uma biografia para gente nova*, p. 29), a instituição do Estado Novo é apontada pelas biografias como uma reação contra a desordem. Nova conjuntura de crise e, mais uma vez, Getúlio Vargas aparece como tutor da nação, neste caso, segundo as narrativas, responsável por garantir a manutenção da tranquilidade e coesão social.

Mitos políticos são construções modernas, possíveis quando a política se torna uma atividade central para uma sociedade e quando as ‘massas’ se tornam um ator necessário, porém temido. Mitos políticos, especialmente quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem o papel de guias para o povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos.⁸⁶

A questão da identidade é outro aspecto privilegiado no processo de produção do mito Vargas. Pressupõe um elo entre o herói e a memória coletiva, estando relacionada à identificação de sua imagem com a história regional/nacional. O período da infância de Vargas, tal qual abordado pelos textos analisados, enfatiza a imagem de seu pai, Manuel Vargas, como figura importante na cidade de São Borja e cujo prestígio devia-se, principalmente, à sua atuação como militar.

Em São Borja nasceu o Menino da nossa história. Seus pais pertenciam a antigas famílias locais. O General Manuel do Nascimento Vargas, estancieiro, exemplo de bravura e de desinteresse, quando passava pelas ruas da cidade natal era apontado a dedo pelos pais aos filhos:

- Aquele dali é o general Vargas, que esteve na guerra do Paraguai. (*História de um Menino de São Borja*, p. 9).

Esse destaque conferido à figura do pai remete à ideia de tradição da família Vargas na história local, o que configura um primeiro aspecto de identificação de Vargas ao “seu” povo. A vivência no ambiente do campo aparece como elemento de aproximação entre a figura de Vargas e a vida local. Segundo os textos, Getúlio teria crescido “saltando e correndo pelos campos, andando a cavalo, conversando com os peões...” (*Getúlio Vargas para crianças*, p. 10). A utilização, nesta mesma publicação, da imagem do menino montado em um cavalo, em meio ao ambiente rural, parece ter a intenção de reforçar, no imaginário do leitor, a ideia de completa integração de Vargas àquele ambiente e, conseqüentemente, uma forte identificação com aquele cenário social (figura 20).

⁸⁶ GOMES, Angela de Castro. **O mito Vargas**. *Op. cit.*



Figura 20- Ilustração de
Getúlio Vargas para crianças

Interessante perceber como esta questão da identidade é explorada em *História de um Menino de São Borja*. Ao longo de toda a narrativa, Tia Olga refere-se a Vargas, na maioria das vezes, como “o menino de São Borja”, mesmo nas passagens referentes a acontecimentos de sua fase adulta. O que parece estar implícito é a tentativa de identificar a imagem de Vargas à sua terra natal e ao “seu” povo, como um modo de forjar/reforçar essa relação de aproximação e identificação. Além disso, procura-se estabelecer, neste caso, um vínculo mais estreito com o próprio público leitor, que

poderia se reconhecer na figura daquele “eterno menino”. A valorização de características geográficas e culturais, próprias daquela região, e a identificação de Vargas com estas, guarda estreita relação com um forte sentimento de nacionalismo, que seria próprio do presidente. A relação regionalismo-nacionalismo, abordada anteriormente, torna o vínculo de Getúlio Vargas com sua terra natal, um vínculo com a própria nação:

O Menino de São Borja era mais que Menino de São Borja e mais que gaúcho: logo que se sentiu gente já era brasileiro da gema. [...] Antes de entrar para a escola, o Menino aprendeu todas as realidades da vida no contato com a própria vida, no campo aberto do Pampa, na região fronteiriça em que, por singular capricho, os brasileiros ainda são mais brasileiros que todos os outros brasileiros. [...] Havia ali um homem fora do comum. E os homens fora do comum logo se elevam sobre os homens comuns. (*História de um Menino de São Borja*, p. 12; 40).

A sensibilização do público leitor para esta identidade construída, a de um presidente identificado, familiarizado com “sua” terra e “seu” povo, possibilitaria, então, a legitimação de uma imagem idealizada de Vargas, vinculada simbolicamente ao herói e protetor, responsável pela unidade nacional. Afinal, quem melhor que o “mais brasileiro” entre todos os brasileiros, para governar o Brasil? A imagem daquele homem “fora do comum”, com particular e inigualável sentido de patriotismo, é, assim, revestida da forte simbologia de um verdadeiro mito, ao mesmo tempo, destacado, por sua suposta superioridade, e próximo da população.

[Vargas] era distinto por sua superioridade, mas, justamente por ela, estava também próximo, junto do povo. A face pública da autoridade ganhava dimensão *familiar*, havendo identidade/intimidade com o poder. (GOMES, 2007, p. 103) [grifos da autora].

A atribuição de qualidades excepcionais a Vargas, como inteligência e sentido de liderança, tem a intenção de tecer uma personalidade singular e, por isso mesmo, exemplar. Aliado a isso, pretende-se, através da identificação de sua imagem com sua terra natal, estabelecer uma relação de identificação com a própria pátria, buscando a aproximação entre a figura de Vargas e o povo. Ao apontar que tais características se manifestariam desde sua infância e juventude, as narrativas constroem uma ideia de predestinação para que Getúlio chegasse ao lugar de chefe da nação, o que justifica e contribui para a legitimação de uma imagem mitificada do presidente, que corporifica a imagem da própria pátria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é obra do acaso que, ainda hoje, os tempos de Vargas sejam revisitados. Se isto ocorre é porque, no presente, deparamo-nos com questões que nos levam a este passado. Recuperar o passado de uma sociedade, através da reflexão histórica, significa tentar compreendê-la, para, que, de algum modo, esta compreensão forneça elementos que possibilitem a inteligibilidade do presente e um melhor planejamento para o futuro. Certamente, o governo Vargas continuará sendo tema constante desta permanente relação presente-passado-futuro, por todas as implicações que esta experiência política trouxe para a sociedade brasileira. Em especial, para os historiadores da educação, já que é marcante o legado deste período para o campo educacional. O projeto político-educativo posto em prática durante aquele período, de certo modo, guiou a política educacional do país durante anos, mesmo após o fim do regime estadonovista.

A população infanto-juvenil foi preocupação constante das políticas públicas do Estado Novo. Este amplo projeto ancorou-se numa concepção alargada de educação, pensada como principal via para a formação do “homem novo”, adaptado ao novo Estado que o governo anunciava estar construindo. Neste contexto, a imagem de Vargas como líder legítimo da nação foi explorada à exaustão, através de extenso e intenso aparato governamental, sobretudo pelos órgãos oficiais de propaganda e ministérios da Educação e do Trabalho.

As políticas sociais implementadas pelo governo, bem como o esforço de produção de um mito em torno de sua figura, visavam, assim, forjar uma relação de aproximação entre povo e presidente. Buscava-se estabelecer uma aliança, ou um pacto, que fosse capaz de sustentar as condições de governabilidade naquele momento. Neste sentido, os jovens, para além disso, representavam um importante recurso político, na medida em que, através deles, seria possível vislumbrar um futuro para o Estado Novo e para a liderança de Vargas. Assim, o Estado ocupou-se da educação de crianças e jovens, a partir de valores morais e sociais que estivessem afinados com a ideologia do regime. O processo educativo deveria, então, ser conduzido por múltiplos meios, devendo culminar sempre na valorização da nacionalidade e na afirmação do Estado Novo como o regime ideal à realidade brasileira.

A produção de impressos revestidos deste caráter cívico-pedagógico, como visto, constituiu uma importante estratégia orientada no sentido da formação infanto-juvenil. Deste modo, o estudo das biografias de Getúlio Vargas realizado neste trabalho, tornou acessíveis

algumas dimensões destas iniciativas no âmbito da política educacional do regime. Por um lado, as publicações, como narrativas patrióticas, inserem-se no rol de providências encaminhadas pelo governo, constituindo-se produto de intervenção do Estado naquele momento. Além disso, a iniciativa de produção de impressos educativos num contexto em que a educação formal atingia, ainda, parcelas limitadas da população, sinaliza para o lugar de destaque que esta assume no momento, enquanto requisito para o desenvolvimento do país sob o signo da civilização e da modernidade.

Os conteúdos das publicações, por sua vez, apresentaram-se, para a realização deste trabalho, como rica fonte de pesquisa. Através destes, nos foi possível acessar algumas das representações sociais que o núcleo de poder produziu para o público de crianças e jovens, naquele momento. Como se pôde perceber, estas giravam em torno, principalmente, de valores como família, trabalho, educação e nação. Utilizando a trajetória de vida de Vargas, tal qual apresentada pelas obras, como pano de fundo para exaltação e popularização destas representações, as narrativas tencionam, ainda, forjar uma imagem idealizada do presidente, dando sua parcela de contribuição para o esforço de produção do chamado “mito Vargas” e para a propaganda política do Estado Novo. Os episódios contados conformam um discurso no qual a história de vida de Getúlio se confunde com a própria história da nação, buscando estabelecer uma forte identificação entre ambos e fornecendo ao público leitor uma dada interpretação dos acontecimentos.

A mocidade de Vargas, segundo as publicações, marcada pela retidão e pela virtuosidade, configuraria, em si, uma lição para as crianças e jovens do Estado Novo. Sua trajetória lhes forneceria um modelo de conduta e parâmetros de comportamento considerados adequados à nova realidade que o regime tencionava estabelecer. Como dito inicialmente, nosso objetivo com esta pesquisa foi analisar a leitura prescrita destas biografias, ou seja, refletir acerca das intenções embutidas em sua produção. Apesar de não ter sido pretensão deste trabalho mensurar as implicações efetivas destas obras no imaginário do público leitor, o escopo da investigação nos permite uma afirmação: de um modo ou de outro, tanto para consentir, quanto para criticar ou mesmo para subverter o escrito, certamente, a leitura destas biografias produziu efeitos.

Seguramente, nem todos foram aqueles pretendidos por quem as produziu. Contudo, se retomamos a imagem inicial utilizada neste trabalho, a da comoção popular provocada pela ocasião da morte do presidente, fica a sensação que, de alguma forma, estes textos, entre diversas outras iniciativas, como visto, tiveram sua parcela de responsabilidade na produção de uma imagem idealizada de Vargas. Considerando a necessidade de maior embasamento,

arriscamo-nos, no entanto, a afirmar que “o Getúlio” que predomina no imaginário social brasileiro, até hoje, é menos o ditador, autoritário e repressor, e mais o “pai dos pobres”, o presidente sorridente, carismático, que olhou pelo trabalhador e por suas famílias. Uma imagem habilmente construída, conformada, também, pela contribuição de narrativas como as das biografias em foco nesta investigação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. O dono da casa: notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. **Religião e Sociedade**, São Paulo, 13/2, julho 1986.

AVELINO, Georgino. **Uma biografia para gente nova**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.

BARROS, Orlando de. *Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos meses do DIP*. In: FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (Orgs.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010. p. 229-270.

BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas para crianças**. Rio de Janeiro: Grande Consórcio Suplementos Nacionais, 1940.

BOMENY, Helena. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *Infidelidades eletivas: intelectuais e políticas*. In: _____. (Org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Definições básicas de Retórica*. In: _____. **Palavra de Presidente - Discursos de posse: de Deodoro da Fonseca a Lula**. Brasília: Lge, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=39619&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Lei nº 452 de 5 de julho de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.402 de 5 de julho de 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7165&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.077 de 29 de dezembro de 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=34101>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940. Disponível em: <http://ciespi.org.br/media/decreto_lei_2024_17_fev_1940.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.072 de 8 de março de 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/_quadro.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.200 de 19 de abril de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/_quadro.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1942-04-09;4244>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=3405&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BURKE, Peter. *A nova história, seu passado e seu futuro*. In: _____. (Org.); tradução de Magda Lopes. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.

CARRAZZONI, André. **Perfil do Estudante Getúlio Vargas**. 3. ed. Rio de Janeiro: A Noite, 1943.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Brasil: nações imaginadas*. In: _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CENSO Demográfico de 1940 – População e Habitação. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

CERTEAU, Michel de. *Uma variante: a edificação hagiográfica*. In: _____. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

_____. “A quimera da origem”. *Foucault, o Iluminismo e a Revolução Francesa*. In: _____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

D’ARAÚJO, Maria Celina. *Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215-239.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

EAGLETON, Terry. *O que é ideologia?* In: _____. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: UNESP, Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2.

_____. *A individualização no Processo Social*. In: _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967)**. Disponível em: <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FAUSTO, Boris. *O Estado Novo no contexto internacional*. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Jorge Luis. *O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto*. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade*. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 a.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 b.

GETÚLIO Vargas: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1940.

GOMES, Angela de Castro. *A construção do homem novo*. In: GOMES, Angela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual*. In: _____. (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional*. In: GONDRA, José; ALVES, Cláudia; MAGALDI, Ana Maria. **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: São Francisco, 2003 a.

_____. *As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, história do Brasil e política cultural na Era Vargas*. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p. 116-133, set./nov., 2003 b.

_____. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. In: _____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas*. In: MARTINHO, Francisco Palomanes; PINTO, António Costa. (Orgs.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Orgs.). *O imaginário moderno no Brasil*. In: _____. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOCMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. *O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45*. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

JUNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JUVENTUDE no Estado Novo, A. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, s/d. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

_____. *A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930*. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 5, p. 213-231, jan./jun. 2003.

_____; XAVIER, Libânia Nacif. (Orgs.). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

MARINHO, Igenesil; INNECO, Luiz. **O Colégio Pedro II: Cem anos depois (1937)**. Rio de Janeiro: Arquivo NUDOM, s/d.

MARQUES, Maria de Fátima Cabral. **Habitação e Questão Social: análise do caso brasileiro**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-194-26.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

NAHES, Semiramis. *Revista Fon-fon: a retórica do Estado Novo e a doutrinação da mulher (1937/1945)*. In: _____. **Revista Fon-fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NUNES, Clarice. *As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas*. In: BOMENY, Helena. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da Educação e fontes*. In: GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

_____. *Um mapa do terreno*. Resenha do livro “Mitos e heróis: construção de imaginários”. **Revista Estudos Históricos** (Heróis nacionais), v. 14, nº 25, 2000.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-37.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

PINHEIRO, Jaqueline de Cassia. **Políticas assistenciais como alternativas para educação: considerações sobre as habitações populares durante o primeiro governo Vargas**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2004.

REZNIK, Luís. **Tecendo o amanhã** (A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945). 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Ana Paula da. *Educações no Estado Novo: uma análise da Reforma Gustavo Capanema*. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, 9., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

TIA OLGA. **História de um menino de São Borja**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1939.

VASCONCELLOS, Eduardo Pinto Coelho de. **Biografias dos maiores vultos do Brasil..** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves – Paulo de Azevedo & Cia, 1937.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 145-177.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, Cleber Santos. **Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Daryle. *Gustavo Capanema, ministro da Cultura*. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Revista do Centro de Educação**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, 2005, Universidade Federal de Santa Maria.